

A Descolonização Da Guiné E Cabo Verde Perante O Cenário De Guerra Fria

Marvin Rodrigues Silva e Silva

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais
– área de especialização em Relações Internacionais**

Marvin Silva A Descolonização Da
Guiné E Cabo Verde Perante O
Cenário De Guerra Fria 2016

Abril, 2016

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre
em Ciência Política e Relações Internacionais na área de
especialização em Relações Internacionais,
realizada sob a orientação científica do
Professor Doutor Daniel da Silva Costa Marcos

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais,
pelo amor e incentivo demonstrado
ao longo de toda minha vida.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar minha família, sem eles a pessoa que sou hoje não existia.

Com uma importância enorme para o resultado final aqui alcançado, quero deixar o meu reconhecimento ao orientador desta tese, Professor Daniel da Silva Costa Marcos, pelo apoio e incentivo constante.

Uma palavra a todos os colegas e amigos com quem fui partilhando as aventuras e desventuras da realização de uma tese de mestrado. Em particular gostaria de agradecer minha amiga Stephanie Lima.

A descolonização de Guiné e Cabo Verde perante o cenário de Guerra Fria

Marvin Rodrigues Silva e Siva

RESUMO

Palavras-chave: Relações Internacionais; Guerra Fria; Descolonização africana; PAIGC, Independência de Guiné e Cabo Verde.

O presente trabalho consiste na Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Pretende analisar a forma como o PAIGC se aproveitou do cenário bipolar característico da Guerra Fria para alavancar sua caminhada rumo a independência.

Neste sentido analisámos a história da Guerra Fria, seguido do processo de descolonização a partir do final da Segunda Guerra Mundial para depois concentrarmos no caso específico do PAIGC, desde sua formação em 1956 até o início do confronto armado com o governo português. Numa fase posterior analisámos o modo como o PAIGC consegue as ajudas provenientes do Bloco Comunista e, em que moldes essa ajuda foi materializada.

Com o intuito de demonstrarmos no final de que forma o cenário bipolar acabou por facilitar ao PAIGC a obtenção do seu objetivo maior que era a independência da Guiné e Cabo Verde. Houve a preocupação de alcançar os objetivos propostos chamando a atenção para os grandes temas e momentos mais relevantes que caracterizaram o período em análise.

Marvin Rodrigues Silva e Silva

ABSTRAT

Keywords: International Relations; Cold War; Decolonization; PAIGC; Independence of Guinea and Cape Verde.

The proposed work here consist in Masters Degree in Political Sciences and International Relations, from the Faculty of Social and Human Sciences of the Universidade Nova de Lisboa. Its goal is to analyse the way PAIGC managed the bipolar scenario of the Cold War to establish their path to Independence.

Therefore we analyze the history of Cold War, following the decolonization that started in the end of the Second World War so that later we could focus on the specific case of PAIGC since its formation in 1956 until the beginning of the armed confrontation with the portuguese government. Afterwords we follow an analysis of the way PAIGC managed the foreign aid provided by the comunist party and by what means this help was established.

The bottom line was to demonstrate the way that the bipolar scenario facilitated PAIGC in the conquering of the Independence of Guinea and Cape Verde. The concern was to achieve the previously settled goals by showing the great moments and discussions that characterized this period.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>2</u>
<u>I - CAPÍTULO</u>	<u>4</u>
1. TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	4
1.1. REALISMO E NEO-REALISMO	4
1.2. LIBERALISMO E NEO-LIBERALISMO	8
1.3. MARXISMO	11
<u>II - CAPÍTULO</u>	<u>16</u>
2. CONTEXTO HISTÓRICO	16
2. 1. O QUE FOI A GUERRA FRIA	16
2.1. O DESENCADear DO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO APÓS AS GUERRAS MUNDIAIS	30
2.2. ANTECEDENTES DOMÉSTICOS E INTERNACIONAIS DO 25 DE ABRIL	44
<u>III - CAPÍTULO</u>	<u>55</u>
3. - PARTIDO AFRICANO PARA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE (PAIGC).	55
3.1. A LUTA ARMADA NO TERRITÓRIO DA GUINÉ	59
3.2. A MORTE DO LÍDER AMILCAR CABRAL	72
3.3. A AJUDA EXTERNA MILITAR RECEBIDA PELO PAIGC	79
<u>IV - CAPÍTULO</u>	<u>85</u>
4. O DESENROLAR DOS ACONTECIMENTOS EM CABO VERDE	85
4.1. A SEPARAÇÃO DO PARTIDO APÓS A INDEPENDÊNCIA	96
<u>CONCLUSÃO</u>	<u>100</u>

Bibliografia

Lista de abreviaturas

PAICV	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ONU	Organização das Nações Unidas
COMINFORM	Escritório de Informação dos Partidos Comunistas e Operários
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
MPLA	Movimento Popular Para a Libertação de Angola
UNITA	União Nacional Para a Independência Total de Angola
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
APODETI	Associação Popular Democrática Timorense
APODETI	Associação Popular Democrática Timorense
UDT	União Democrática de Timor
FRETILIN	Frente Revolucionária de Timor Leste Independente
NATO	North Atlantic Treaty Organization
OUA	Organização da Unidade Africana

INTRODUÇÃO

No âmbito do trabalho de mestrado do curso de Ciência Política e Relações Internacionais considerámos importante aprofundar o tema da descolonização da Guiné e Cabo Verde perante o cenário de Guerra Fria.

O objeto de estudo deste trabalho é analisar o processo de descolonização da Guiné e Cabo Verde perante o cenário de Guerra Fria. Pretendemos fazer uma análise do modo como o PAIGC conseguiu aproveitar o confronto entre os Estados Unidos e a União Soviética, num mundo pós Segunda Guerra Mundial e, com a emergência tanto de novos organismos internacionais, como de novos países na comunidade internacional.

Iniciamos esse trajeto com uma abordagem as Teorias das Relações Internacionais, não de uma forma exaustiva, mas considerámos aquelas que nos pareceram ser mais importantes para o objeto de estudo. Começamos este o capítulo por descrever o Realismo e o Neorrealismo, primeiramente os autores mais conceituados e suas ideias, para depois relacionar essa forma de ver as Relações Internacionais com o modo de agir dos atores principais neste contexto. Em seguida analisamos a corrente teórica denominada de Liberalismo e sua vertente Neoliberal, também com a apresentação dos autores e suas ideias, para no final relacionar com a ação dos intervenientes.

Por último, a corrente de grande influência no líder do PAICV, Amílcar Cabral, o Marxismo, que teve como grandes pensadores em um primeiro momento Karl Max, que nos falava da relação entre burgueses e proletariado, e que foi depois alargado ao cenário mundial por Lenine, defendendo o Imperialismo como produto do capitalismo.

No segundo capítulo, fazemos um enquadramento geral do cenário onde está inserido o objeto de estudo, começando pela Guerra Fria, onde além de descrevermos esse processo desde o final da Segunda Guerra Mundial até a queda da União Soviética, com especial atenção aos seus momentos mais marcantes, também estabelecemos uma relação entre os acontecimentos que viriam a moldar o pensamento dos líderes dos movimentos anticoloniais.

Em seguida, analisamos o desencadear de todo processo de descolonização após as guerras mundiais, onde fazemos referências aos primeiros casos do género, com uma descrição dos

moldes da descolonização inglesa e francesa, para depois entrar naquela que é mais importante para o nosso trabalho, ou seja, o caso português.

Para finalizar este capítulo, falamos sobre os antecedentes domésticos e internacionais do 25 de Abril de 1974, devido a importância dessa data no processo de descolonização português, analiso o cenário interno de Portugal que precede o golpe, como também o cenário internacional na qual o governo português vinha combatendo para manter seu reino no ultramar.

No terceiro capítulo, começamos por fazer uma apresentação do PAIGC ou Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde, onde retrato a caminhada do seu líder máximo Amílcar Cabral, e seu percurso até a fundação do movimento anticolonial. Depois abordamos as questões motivacionais que levaram o partido a vislumbrar no confronto armado a única solução para que pudessem alcançar seus objetivos, e de que forma essa luta acontece no território da Guiné. É um capítulo onde analisamos também a luta entre dois personagens muito importantes no desenrolar daquela guerra, Amílcar Cabral e o General português António de Spínola, que vinha com uma tática bem delineada para conquistar o povo guineense e acirrar o clima entre cabo-verdianos e guineenses como forma de abalar internamente o partido. Descrevemos simultaneamente toda a repercussão que teve a morte do líder do partido Amílcar Cabral, na evolução do confronto.

Pensamos desta forma demonstrar onde o PAIGC conseguiu ir buscar o apoio necessário para se manter ao longo da guerra contra o governo português e, quais foram os países que o auxiliaram e a forma como esse auxílio se materializara.

Por fim analisamos principalmente o desenrolar dos acontecimentos no arquipélago, principalmente após o 25 de Abril de 1974 e terminamos descrevendo os eventos que levaram a desintegração do PAIGC, pouco tempo depois de terem conseguido seus objetivos, que passavam pela independência da Guiné e Cabo Verde. Ao longo deste trabalho, foram utilizadas várias fontes, tanto primárias como secundárias, também aproveitamos diversas fontes impressas que foram muito importantes para desenvolvimento do tema em análise. Procuramos elaborar as temáticas abordadas neste trabalho com base em bibliografias nacionais e internacionais, mantendo-nos a par das publicações mais recentes. Tudo para que o trabalho aqui feito possa ser, uma contribuição importante na compreensão do modo como ocorreu a descolonização de Guiné e Cabo Verde no cenário de Guerra Fria.

I - CAPÍTULO

1. Teoria das relações internacionais

1.1. Realismo e Neo-Realismo

Neste trabalho, iremos analisar a descolonização associada ao fenómeno da Guerra Fria. Utilizaremos as correntes teóricas próprias das Relações Internacionais para tentar explicar da melhor forma essa relação.

As teorias sobre as Relações Internacionais, vêm sendo elaborados desde a Grécia antiga, mais precisamente na Guerra do Peloponeso, com Tucídides, general e historiador das guerras; passando pelo “Príncipe” de Maquiavel e também o “Leviatã” de Hobbes, no qual o autor discute a natureza imperfeita dos homens e seu desdobramento político. Tudo isso fica conhecido como a vertente clássica das Relações Internacionais.

Para autores como William C. Wohlforth, (2008, p.130) o realismo político é uma das correntes de pensamento mais fortes dentro do estudo da Teoria Internacional. O estudo da política sem a lente realista se tornaria de certa forma difícil de explicar e, com isso as outras teorias também ficariam mais difíceis de compreender.

Wohlforth, (2008, p.131) identifica quatro gerações que vieram dar continuidade ao desenvolvimento da teoria realista, sendo estes, Niebuhr, R. e Carr, E. no período entre-guerras, seguido por Morgenthau H., Kennan, G. e Aron, R. no período pós-guerra e início da Guerra Fria. Posteriormente temos a geração da détente, representada por Kenneth Waltz's, Stephen Krasner e Robert Gilpin, seguido pela geração do pós Guerra Fria, liderado por John Mearsheimer e também representada no trabalho de Walt, S., Schweller, R. e Glaser, C.

Começando pela teoria realista das Relações Internacionais, que aparece como uma alternativa face ao descrédito sofrido pelo Idealismo na prevenção e antecipação da Segunda Guerra Mundial.

Dois autores se destacam, Edward H. Carr (2001), através da sua obra de referência “Vinte anos de crise: 1919-1939”. Na qual ele critica o Idealismo e traz de volta o Estado como foco principal no cenário internacional e, o poder como alvo principal do próprio estado. E, Hans

Morgenthau (2003) com o trabalho intitulado “A política entre as nações”, onde estabelece as bases teóricas do realismo moderno.

Segundo Carr (2001, p.141), “*o poder é um instrumento indispensável de governo*”, pelo que divide o poder político dentro da esfera internacional em três categorias, sendo a primeira: a) poder militar, b) poder económico, c) poder sobre a opinião.

Enquanto os idealistas concentram sua atenção no Direito Internacional como instrumento moderador dos estados, realistas como Carr. E., acreditam que o poder é a razão motivadora dos estados e toda relação entre eles tem como base primordial essa premissa.

A preocupação central do estado deve ser sempre a sua sobrevivência. Isso só pode ser alcançado dentro da comunidade internacional com a demonstração de força, é com base na força que os estados se relacionam entre si e não como proclamavam os idealistas, através de um bloco de leis internacionais.

Seguindo essa linha de crítica ao Idealismo, temos aquele que é considerado o expoente máximo da nova teoria realista, Hans Morgenthau (2003). Para que possamos entender melhor o seu trabalho, não podemos esquecer o contexto mundial em que ele se situa ao escrever suas obras, Segunda Guerra Mundial, seguido da Guerra Fria, com duas superpotências dominando o cenário internacional.

Morgenthau, H. (1904-1980) servirá como guia teórico importante, segundo Sartafi (2005, p. 92), a teoria desse autor pode ser sintetizada em seis princípios básicos:

- 1- A política obedece a leis objetivas que são fruto natureza humana, por isso, qualquer melhoria social deve levar isso em conta.
- 2- O interesse dos Estados é sempre definido em termos de poder.
- 3- O conceito de interesse traduzido em poder é uma categoria objetiva de validade universal (ou seja, é constante na história da humanidade).
- 4- Os princípios morais universais não podem ser aplicados aos atos dos Estados, senão filtrados e analisados a partir das circunstâncias de tempo e lugar.
- 5- As aspirações morais de uma nação em particular não podem ser identificadas com os preceitos morais que governam o universo.
- 6- A esfera política é autônoma, ou seja, não é subordinada a nenhuma outra esfera.

Morgenthau, H. (2003), tem a evidente preocupação em separar o campo político das outras esferas do conhecimento. Ele chega a dizer que até mesmo a estrutura das Relações Internacionais tem vindo a distanciar-se da realidade da Política Internacional, explicando que apesar de todos os Estados serem considerados “soberanos”, na realidade temos duas superpotências, estados fortes e estados que apesar de serem soberanos, não possuem meios para intervir na comunidade internacional.

Outro aspeto a termos em conta, na relação entre estados, seria os interesses nacionais de cada um, segundo John T. Rourke (2008, p. 22). Para este autor, o dilema na conciliação de interesses estatais, traduziria no elemento de maior relevância no cenário internacional e, que por isso, os estados dentro de um sistema darwiniano deveriam procurar sempre o poder para assegurar a sua sobrevivência.

Temos uma outra vertente do realismo, defendida por Mearsheimer, J. In Dunne, Kurki e Steve (2010, p. 78), já não tão centrada na natureza humana como causa principal dos estados procurarem mais poder, ao invés disso, o foco está voltado á estrutura do sistema internacional, principal responsável pela procura incessante de poder por parte dos estados.

Segundo Santos e Ferreira (2012, p.116), John Mearsheimer, com o foco mais na estrutura e defensor de um realismo ofensivo, considera que, por ser anárquico, a estrutura do sistema internacional influencia o comportamento dos outros estados, fazendo com que estes, procurem sempre mais poder para superarem a concorrência.

De acordo com Brown e Ainley, (2009, p. 119) *“a teoria realista clássica das RI tendia a centrar-se no agente, com os Estados a funcionarem como os agentes em questão, mas Kenneth Waltz, no seu livro O Homen, o Estado e a Guerra (1959), provocou uma pequena revolução na disciplina, ao sugerir que a natureza do sistema internacional (uma variável estrutural) era a melhor explicação, embora não a única, para a guerra”*.

Segundo Michael C. Williams (2011), Waltz estava extremamente receoso que o medo gerado e previsto por outros realistas, com respeito ao sistema anárquico, pudesse de alguma forma diminuir ou limitar o processo democrático de outros países face as exigências da política externa.

Tanto que no livro de Waltz (2011, p.59)¹, de acordo com Michael C. Williams, seria uma “*explicação do porquê das democracias não precisarem se curvar ao medo do realismo clássico e, servir de guia de como eles deveriam se conduzir para garantir que estes medos não se tornassem realidade*”.

Waltz dedica-se, um primeiro momento a explicar como podem ser classificadas as teorias de política internacional. Chega a conclusão que as políticas que se concentram somente em indivíduos ou estados, seriam consideradas reducionistas, isto porque, fariam o estudo das partes para conhecer o todo. O autor considera essa prática extremamente inadequada para compreensão da política internacional, na medida em que, a nível internacional, diferentes estados produziram resultados similares e diferentes em suas relações, assim como estados parecidos forneceriam resultados também diferentes e similares.

O próprio Waltz (1979, p.37) refere que “*as mesmas causas podem levar a diferentes efeitos, e os mesmos efeitos são, muitas vezes, o resultado de causas diferentes*”.

Depois dessa explicação, num segundo momento, o autor concentra sua atenção na estrutura do sistema internacional, Waltz (1979, p.80) diz-nos que, a estrutura não é uma coleção das instituições políticas, mas sim, um arranjo delas e, que somente mudanças nesse arranjo podem ser consideradas mudanças estruturais.

De acordo com Carlos Gaspar (2013, p.9), ao fazer uma análise sobre Waltz, diz-nos que, a guerra entre estados seria uma consequência da ordem anárquica do sistema internacional. E, que “*a guerra é normal nas relações entre os estados e inevitável porque na anarquia internacional não há nenhuma entidade que a possa impedir.*”

Para finalizar, essa pequena introdução aos autores e obras fundamentais sobre o realismo, seria importante dizer que o Realismo foi sem dúvida uma das teorias de maior relevância durante o período da Guerra Fria. Mesmo apesar de ter sido duramente criticada por não ter conseguido prever o final desse sistema bipolar.

Na opinião de Leffler e Westad (2010, p. 9) para além de todo o mal causado pelas duas Guerras Mundiais, estas ainda ajudaram a moldar o próximo conflito, ou seja, a Guerra Fria, isto porque essas guerras puseram uma ênfase sem precedentes na segurança nacional de cada

¹ Theory of International Politics

país, fazendo com que a vigilância doméstica e a inteligência nacional ganhassem também destaque nas políticas de cada governo.

De acordo com Walt, S. (1998, p.1) a razão do realismo ter dominado no período da Guerra fria, foi por oferecer-nos uma explicação simples mas poderosa sobre guerra, alianças, imperialismo e os diferentes obstáculos a cooperação. E, por sua ênfase na competição ser consistente com a rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética. É interessante notarmos que segundo este autor (1998, p. 2) com o final da Guerra Fria, o realismo se tenha operado uma mudança em seus paradigmas. No seu modo de ver o mundo e as relações entre estados, o realismo afastou um pouco da versão concebida por Morgenthau (2003).

O realismo e o neo-realismo foram durante muito tempo, as melhores lentes para que pudessemos observar e entender a Guerra Fria. Um sistema bipolar, em que tanto os Estados Unidos como a União Soviética procuravam antecipar-se entre si e, conseguir um melhor posicionamento para o caso de haver um confronto. Algo que fica muito difícil a partir do momento em que a União Soviética conseguiu também desenvolver suas armas nucleares.

Ou seja, tínhamos agora um cenário que Raymond Aron descreve como sendo uma *“guerra impossível e paz improvável”*, em que as duas super potências estão constantemente na luta por seus interesses e conquista de novos aliados, financiando pequenas guerras, mas nunca mais do que isso, para sobrevivência do próprio sistema.

No próximo capítulo, começamos pelo Idealismo, para depois chegar às teorias liberais e neoliberais. Estas abordagens são muito importantes na análise do trabalho porque essas visões realçam a importância dos órgãos internacionais na relação entre os estados e, nesse período da Guerra Fria, podemos perceber como o PAIGC utiliza estes órgãos para tentar passar sua mensagem.

1.2. Liberalismo e Neo-Liberalismo

O idealismo acentua a importância dos valores morais e das normas legais do internacionalismo, do pluralismo e da harmonia de interesses entre os estados, relativamente ao interesse nacional ou ao poder. O Idealismo é um tipo de pensamento político que, apesar de reconhecer os problemas da segurança e do poder, centra-se não apenas sobre as condições

e as soluções racionais para esses problemas, mas também nos projetos de mudança evolutiva do ambiente relacional, logo da sociedade internacional, Santos e Ferreira (2012, P.116).

Representado por pensadores como Marsílio de Pádua (1285-1343), Thomas More (1478-1535), Abade de Saint-Pierre (1658-1743), Jean-Jacques Rousseau (1722-1778), e Hugo Grotius (1583-1645) que teve seu ápice na década de 1920-30. Mas seu grande precursor contemporâneo foi Thomas Woodrow Wilson (1856-1924), que aproveita o período entre-guerras para tentar construir uma nova comunidade internacional baseada em torno da ideia de respeito às regras do direito internacional, Sarfati, G. (2005).

Enquanto o realismo, aceita o fenómeno da guerra, como algo que faz parte do relacionamento entre os estados, o Idealismo, oriundo do período entre guerras, não aceita essa realidade. Ou seja, é um modelo que prefere a “ *estruturação de uma ordem mundial mais influenciada pela anterioridade dos projetos idealizados, do que pela análise factual dos acontecimentos vividos.* ” como referem Santos, V. M. e Ferreira, M. J., (2012, P.127).

Para os liberais, de acordo com Burchill, S., Devatak, R., Donnelly, J., Paterson, M., Smit-Reus, C. E True, J. (2005), a paz é o estado natural no relacionamento dos estados e, que as leis da natureza ditam a harmonia e cooperação entre as pessoas. Com base nisso, a guerra não seria um comportamento natural ou racional por parte dos estados.

O Idealismo não sobrevive ao advento das duas guerras mundiais, mas com o final da Guerra Fria, em que temos agora um cenário completamente diferente daquele que vigorava no período das guerras, o realismo não consegue por si só explicar esse novo ambiente.

Segundo Russett, B. (2010), fazendo referência ao trabalho de Kant, um dos grandes nomes do Idealismo, para que o sistema internacional pudesse superar o dilema de segurança, esta teria de ser assente em bases como, interdependência económica, a lei internacional, juntamente com as organizações internacionais.

Para Kant, esses elementos em conjunto iriam fortalecer-se e produzir um mundo mais pacífico, visto também que os indivíduos desejam ser livres e prósperos. Com a expansão da democracia e do comércio, tudo isso iria conduzir naturalmente ao crescimento da lei internacional para que pudesse facilitar todo esse processo Dunne, Kurki e Smith, (2010, p. 97).

Como já tínhamos referido anteriormente, essa corrente ideológica não resiste às duas guerras mundiais que se seguiram. O realismo pode então reinar durante muito tempo como a melhor teoria para descrever o sistema internacional.

O idealismo, depois da segunda Guerra Mundial, ressurgiu no cenário mundial, agora revigorado e sob o nome de Liberalismo. Aceitando a importância do poder na maneira como os estados se relacionam, mas agora, exaltando novos fatores que tendo em conta o cenário atual seriam de grande importância.

Segundo John Rourke, T. (2008, p. 23) o liberalismo, acrescenta novos fatores nesse relacionamento estatal, como, moralidade, ideologia, hábitos de cooperação e até mesmo altruísmo, como fator que influencia o comportamento de líderes nacionais. Os Liberais também contrariam a noção de “Soma Zero”, dizendo que os estados podem sim estabelecer acordos para benefícios mútuos.

Com o final da segunda guerra mundial, à medida que a interdependência foi envolvendo quase todos os países e, o capitalismo se estabeleceu como modelo a ser seguido pela maioria dos estados, segundo Nye, J. (2002). O liberalismo voltou ao cenário internacional, baseado na vertente econômica, social e política sendo esta última constituída por duas partes, instituições e democracia.

A corrente econômica, apresenta-se centrada fortemente sobre o comércio, *“os liberais sustentam que o comércio é importante, não porque impede os estados de entrarem em guerra, mas porque os pode levar a definirem os seus interesses de uma forma que torne a guerra menos importante”*. A segunda corrente é a social, devido ao constante contacto possibilitado pelas novas tecnologias, *“ajudam a promover uma compreensão mútua, fazendo com que os outros pareçam menos estranhos menos dignos de aversão, e com isso reduzir o risco de guerra.”*

O liberalismo vem realçar a importância das instituições, também conhecida por “neoliberalismo”, porque segundo Nye, J. (2002), elas proporcionam um sentimento de continuidade, como também oportunidade de reciprocidade, garantem o fluxo de informação, e estabelecem formas de resolução de conflitos. Por fim, os valores democráticos, em que o autor refere a existência de uma menor propensão a guerra por parte dos países democráticos, por parte das democracias liberais e não entre todas as democracias.

E assim temos o ressurgimento da teoria Liberal, que segundo Moravcsik, A. (2003, p.161-164), *“coloca as relações entre estado e sociedade no centro das políticas mundiais”*, e que se baseia no princípio que o fator de maior influência no comportamento de um estado, é justamente o modo como se relaciona com os fatores internos e transnacionais na qual está

inserido. Segundo o autor a teoria liberal distingue-se da teoria realista, com base nesses três argumentos: em primeiro lugar com a natureza dos atores na política internacional, estabelecendo que os atores primordiais nas relações internacionais são os indivíduos e grupos privados, que se organizam para promoverem seus interesses; em segundo lugar, a natureza do estado, na medida em que os estados representam uma subseção da sociedade doméstica, e por último, a natureza do sistema internacional, que nos diz que a configuração das preferências do estado é que vão ditar o seu comportamento na comunidade internacional.

O Neoliberalismo, que surge nos anos 70 e 80, mais ou menos no mesmo período do neorrealismo, até concorda com a ideia dos neorrealistas, que a competição entre estados soberanos, num ambiente anárquico possa gerar conflitos. Apesar de que, para os neoliberalistas, o sistema não é tão anárquico como fazem crer a outra corrente, o sistema é marcado por uma complexa interdependência e que os estados estão ligados uns aos outros por diversos aspetos, sociais e económicos, que acabam aumentando a cooperação e limitando o conflito, Rourke, J. (2008,p. 24).

Para este autor, essa interdependência complexa, contribui para o uso da lei internacional, e a criação de mais e melhores organizações internacionais, para lidarem com o aumento das relações entre estes países. Com o tempo, esse alastramento da lei internacional e suas organizações, provocariam uma redução na anarquia e no conflito dentro do sistema.

A análise desta teoria, é importante por causa das normas e do direito internacional, como vamos constatar mais a frente, será a forma como o PAIGC, utiliza palcos criados por exemplo, pela Organização das Nações Unidas (ONU), para denunciar o colonialismo português e também, para conseguir estabelecer novos apoios a sua causa.

1.3. Marxismo

O pensamento de Karl Marx, foi tão revolucionário a ponto de ter servido de base na criação de uma corrente teórica, que na época, apresentava-se capaz de rivalizar com o Capitalismo, chegando mesmo a ser considerada como a nova etapa desse sistema.

Segundo Jackson e Sorensen (2007), *“para Marx, o capitalismo contribui para uma revolução socialista, na qual os meios de produção serão colocados sob controlo social para*

o benefício do proletariado, a ampla maioria. Essa é a meta revolucionária do pensamento marxista”.

De acordo com Boucher, D. (1998, p.357), o capitalismo foi o primeiro verdadeiro modo de produção a nível internacional e, quebrou assim as barreiras nacionais para a exploração do mercado mundial. Para este autor, enquanto esse sistema vê a competição por preços e mercados como algo natural do próprio sistema, já Marx via isso como guerra.

Marx, classificou o Capitalismo como um sistema desigual, em que aqueles que tinham o capital e os meios de produção, considerados “burgueses”, estariam sempre numa posição privilegiada em relação ao resto da classe trabalhadora, o “proletariado”. O que inevitavelmente iria originar ganhos desiguais e o aprofundamento da divisão de classes, com os burgueses a lucrarem cada vez mais, enquanto a mão-de-obra proletária seria explorada ao limite.

Marx, na sua visão, os acontecimentos seguiriam uma determinada sequência, primeiramente com uma série de embates entre o proletariado e a burguesia, o que resultaria no aumento das hostilidades, até a erupção da revolução e, esse aumento de tensões conduziria ao fim da burguesia Dougherty, E, Pfaltzgraff, Jr., Robert L. (2001, p. 430)

Segundo Jackson e Sorensen (2007, p. 253) “ *A visão marxista é materialista. Tem por base a reivindicação de que a atividade central de qualquer sociedade gira em torno da forma como os seres humanos produzem seus meios de sobrevivência. A produção económica é a base para todas as outras atividades humanas, incluindo a política*”.

Marx chama a atenção para o fato da burguesia manter um controlo sobre a esfera económica, fazendo com que esse poder se manifeste no campo político também. Ou seja, seriam os burgueses a determinar que caminhos políticos o país iria seguir. E, isso iria inevitavelmente refletir na relação desse estado com outros estados, para Jackson e Sorensen, (2007, p. 204) “ *os estados não são autónomos; são orientados pelos interesses da classe governante e aqueles capitalistas são movidos, principalmente, pelos interesses de suas burguesias*”.

De acordo com Marx e Engels (2007, p.15) “ *A necessidade de um mercado em expansão constante para seus produtos persegue a burguesia por toda a superfície do globo...A burguesia por meio de sua exploração do mercado mundial, deu um carácter cosmopolita para a produção e o consumo em todos os países*”.

Seguindo essa lógica marxista, podemos até ir mais longe e dizer que esses conflitos entre classes capitalistas de diferentes países estariam no foco das tensões mundiais que resultaram em diversas guerras. O Capitalismo seria o propulsor na escalada desse conflito ao nível mundial, através da colonização e do imperialismo segundo Jackson e Sorensen, (2007, p. 255).

De acordo com Linklater, A. (2005, p.120) tanto Lenin, como Bukharin, desenvolveram a teoria do Imperialismo, precisamente para explicarem as causas da Primeira Guerra Mundial. E que a guerra seria o produto dessa incessante procura por novos mercados para poderem comercializar seus excedentes de produção.

O próprio Lenin, dois anos passados depois do início da Primeira Guerra Mundial, já via a história das gerações passadas, como uma constante batalha entre os países capitalistas mais avançados para controlarem as colónias e os mercados, Dougherty, J. Pfaltzgraff, Jr. e Robert, L. (2001, p. 435).

Karl Marx tinha ao longo do seu trabalho, deixado indicações de como o capitalismo iria se auto destruir, pela sua própria natureza consumidora e, com isso um novo sistema surgiria a nível mundial. Tal fato não aconteceu e isso deixou uma mancha muito forte aos teóricos marxistas.

O que não os impediu de voltarem a fazer previsões que não se realizaram de fato. Um pouco antes do período de descolonização, os marxistas previram que quando os territórios coloniais ganhassem sua independência, eles seriam os únicos senhores do seu destino económico e por causa disso os capitalistas iriam lutar até o fim para que tal não acontecesse, Dougherty, Pfaltzgraff e Robert (2001, p. 446).

Estes autores consideraram que na prática não foi isso que sucedeu, houve sim conflitos, o processo não foi simples, mas registámos que já em 1960 e 70, quase todas as colónias na Ásia e África tinham alcançado sua independência. E quando tudo indicava que que iriam entrar em colapso depois da perda de suas colónias, aconteceu exatamente o contrário, ao ser registado um incrível aumento no nível de vida dos europeus.

Um facto reconhecido pelo próprio Lenine, em que ele estabelece uma “ *ligação direta com o fracasso da previsão marxista. A exploração capitalista das regiões coloniais mais pobres do mundo melhorou o nível de vida da classe trabalhadora europeia a ponto de retardar ou adiar a sua revolta.* ” Dougherty, J. Pfaltzgraff, Jr. e Robert, L. (2003, p.553).

O Marxismo apesar de todas suas previsões não realizadas, ainda assim, depois do final da Segunda Guerra Mundial, e com um dos vencedores (URSS) sendo um forte adepto da sua visão do mundo, ela manteve-se viva e adaptada por Lenin ao Estado Soviético.

Segundo Engerman, D. (2010), a ideologia soviética é mas fácil de explicar do que o pensamento americano, isto porque, os líderes soviéticos faziam questão de proclamar suas ideologias obsessivamente. Tudo tinha sua origem nas ideias do Marxismo-Leninismo e depois pelo Marxismo-Leninismo-Stalinismo.

O ponto de partida para a ideologia soviética foi a teoria sobre o capitalismo de Marx, que segundo o próprio, era baseada na exploração do proletariado pela burguesia, que pagava aos trabalhadores o mínimo possível para que pudessem maximizar seus lucros, de acordo com Engerman, D. (2010, p. 22).

Para este autor, a retirada das instituições burguesas capitalistas, serviu também para remodelar as noções de política externa soviética. Visto que as relações entre Governos, serviam somente aos interesses da burguesia, os líderes soviéticos iriam estabelecer relações somente com estados que partilhassem da sua aversão ao capitalismo e, também com forças revolucionárias.

Esse Marxismo-Leninismo, ganha mais força aquando do início da Guerra Fria, tornando-se numa alternativa credível perante os novos países que emergiram ou estavam tentando livrar-se de seus colonizadores. A URSS se disponibilizou a ajudar esses países nas suas lutas para libertação nacional, esperando com isso incentivar outros a seguirem seu modelo social-económico.

Essa estratégia funcionou e o Capitalismo americano ganhava assim um novo rival. Tratava-se de uma guerra para ganhar posições, estabelecer esferas de influência ao redor do mundo e, um provar-se superior ao outro.

De acordo com a autora, Caroline Kennedy-Pipe, C. (2000, p.744), certos aspetos da liderança soviética, foram em determinados pontos, conduzidos pelas noções do Marxismo-Leninismo. A crise que iria abater-se sobre o capitalismo, acabaria por paralisá-lo, permitindo assim um bom espaço de manobra a URSS.

O Marxismo é uma teoria que fala sobre as dificuldades dos mais desfavorecidos, com relação aos mais abastados e, a forma desigual como são tratadas essas pessoas que possuem

somente sua força de trabalho. Ou seja, é uma teoria que apela aos mais fracos no sentido que juntos teriam mais chances de mudar o status quo.

Essa teoria é muito importante neste trabalho, porque serve para que possamos entender o apelo exercido na mente dos líderes dos movimentos anticoloniais. Além de se apresentar como uma alternativa ao capitalismo que suportava Portugal.

Amílcar Cabral foi um grande apreciador da teoria Marxista segundo Julião Soares Sousa (2012, p. 135-136) e, vendo que os Estados Unidos não estavam fazendo pressão suficiente sobre Portugal para libertarem suas colónias e a URSS desde o início apresentando-se do lado desses movimentos de libertação nacional, todos esses fatores juntos poderiam explicar a aproximação do PAIGC pelo bloco socialista.

As teorias das relações internacionais aqui analisadas, desde o Realismo até ao Marxismo são de grande importância para o entendimento do trabalho na medida em que, estas teorias nos ajudam a perceber o modo de pensar não só das potências como Estados Unidos e União Soviética, como também dos movimentos anticoloniais, neste caso, o PAIGC.

Não somente a interpretação do modo de pensar e agir desses atores, como também aproveitamos a teoria liberal para realçar a importância do cenário internacional, neste caso dos novos órgãos internacionais que passaram a ter mais peso na comunidade e, como as ações do PAIGC e de Portugal são orientadas por instituições como a ONU.

II - Capítulo

2. Contexto Histórico

2. 1. O que foi a Guerra Fria

Neste segundo capítulo, pretendemos descrever a Guerra Fria, os motivos que precipitaram essa batalha pela conquista do mundo entre Estados Unidos e União Soviética. Além de identificar os acontecimentos de maior importância. Vejo esse período como um aspecto fundamental para enquadrar o meu objeto de estudo, a descolonização da Guiné e Cabo Verde.

A Guerra Fria, é o período marcado após o final de Segunda Guerra Mundial, até a queda da União Soviética (1991), uma batalha ideológica, material e económica, que destacou-se pelo embate indireto entre seus representantes, nomeadamente os Estados Unidos e a União Soviética.

Para Kissinger (2007, p. 369), o período pós-guerra, deixou um vazio de poder. Com a queda da Alemanha nazi, esse espaço teria de ser preenchido, mas os objetivos dos aliados não estavam alinhados na mesma direção. Isso acabaria por resultar na desintegração dessa aliança e desencadear uma corrida por esse espaço.

Gaddis (2005, p. 10), descreve o período pós Segunda Guerra Mundial da seguinte forma, a morte do presidente americano Franklin Delano Roosevelt em 1945, catapultou o inexperiente vice-presidente Harry S. Truman ao cargo. Três meses depois, temos uma derrota inesperada de Winston Churchill nas eleições, o que fez de Clement Attlee, o novo primeiro-ministro Inglês.

A União Soviética continuava com Stalin, um líder que comandava desde 1929, que transformou seu país e a conduziu à vitória na Segunda Guerra Mundial. Mesmo apesar de todas as perdas sofridas pela União Soviética durante a guerra, os russos tinham um líder que sabia exatamente o que pretendia alcançar, segundo Gaddis (2005, p.10).

Os objetivos de Josef Stalin no pós guerra, centravam-se na segurança para ele e seu regime, como também sua ideologia, exatamente nessa ordem. Ele tentou garantir que nenhum perigo doméstico pudesse prejudicar seu reinado absoluto e, que nenhuma ameaça externa pudesse por em causa seu país, (Gaddis, 2005, p. 11).

Nos Estados Unidos, a segurança era inquestionável, apesar da falta de convicção quanto ao modo de agir para a alcançar, os americanos estavam perante um dilema, como servir de modelo para o resto de mundo, ao mesmo tempo que tentavam manter uma política isolacionista. Os Ingleses, ainda sob a liderança de Churchill, tinham como objetivo principal, sobreviver a todo custo, mesmo que isso custasse a coalizão entre ingleses e americanos. Mesmo se fosse necessária uma colaboração com o regime soviético, segundo Gaddis (2005, p. 17).

Roosevelt e Churchill, pretendiam um novo mundo, baseado no equilíbrio de forças e dirigido por certos princípios comuns, um novo modelo da Sociedade das Nações, uma organização de segurança coletiva e também, estar na linha de frente para fomentar a integração económica e autodeterminação. Enquanto Estaline, tinha uma visão mais centrada em seus próprios interesses, pretendia *“uma ordem que garantisse a segurança da sua pessoa e do seu país estimulando ao mesmo tempo as rivalidades entre os capitalistas que ele acreditava iriam provocar uma nova guerra”* (Gaddis, 2007, p. 37).

Segundo Odd Arn Westad in Leffler e Westad (2010, p.9), a Guerra Fria foi vista logo no início, após o final da Segunda Guerra Mundial, como um problema de emergência de segurança e que, só a partir de 1950 iria-se transformar numa batalha de alianças globais e de ideologias políticas. O número astronómico de perdas sofridas no decorrer das guerras, por parte das potências envolvidas, serviram para convencer duas gerações seguintes de líderes, que a falta de preparo militar e determinação política teriam de ser evitados a todo custo no futuro.

Nos Estados Unidos havia muitos centros de poder, apesar da administração presidencial ter a última palavra, a legislação, os tribunais e os governos estaduais tinham grande poder de influência. Tanto nas decisões específicas, como também na forma como era feita a política. Já na União Soviética, a política por outro lado, era extremamente centralizada, destinada desde a sua criação, para servir uma ditadura de um só partido. O regime soviético durante o terror de Stalin em 1930, desenvolveu somente um centro universal de poder, o partido comunista denominado de Politburo e seu secretário geral, segundo Westad in Leffler e Westad (2010, p. 10).

Esse modo de pensar dos soviéticos fazia com que os americanos vissem a expansão soviética como um golpe direto ao seu senso de liberdade, ao contrário dos observadores

soviéticos, que viam a expansão americana como prova final que a crise do capitalismo estava próxima.

Aos poucos, depois da Segunda Guerra Mundial, os aliados começaram a mudar a percepção um do outro, mais precisamente, os Estados Unidos e a Inglaterra, começaram a reparar nos indícios deixados por Estaline. Neste contexto não podemos deixar de referir o famoso telegrama de George Kennan, em 1946, que veio confirmar as suspeitas dos americanos com relação aos caminhos que a União Soviética pretendia seguir. Nesse telegrama, o diplomata norte-americano deixa claro que os Estados Unidos deveriam fazer tudo ao seu alcance para demonstrarem sua força e determinação no cenário internacional.

George Kennan alerta seus conterrâneos para o fato de os soviéticos e seus aliados estarem prontos a explorar quaisquer divergências entre os capitalistas, no intuito de promoverem a discórdia e assim facilitar aquilo a que ele chama Guerra Imperialista. E, que os Estados Unidos deveriam num incansável esforço travarem a subida ao poder de líderes socialista.

Como um conflito ideológico, a Guerra Fria é definida segundo David C. Engerman in Leffler e Westad (2010, p. 33) em quatro aspetos; primeiro, que essa disputa seria marcada por uma competição para conquistar novos integrantes para um ou para outro sistema económico e social. Segundo, o local principal de conflito estaria sempre em constante mudança geográfica, dependendo das nações que estivessem para pender de um lado ou do outro. Em terceiro lugar, a produção económica e o avanço tecnológico seriam sempre considerados uma mais-valia, os instrumentos chaves no decorrer da competição que delineava sua capacidade de influência ao redor do mundo e também demonstrava a superioridade de cada um. E por fim, a Guerra Fria girava a volta dos entendimentos de um sobre o outro, os líderes soviéticos acreditando que o imperialismo era o estado mais avançado do capitalismo, viam o modelo americano como um ato desesperador para evitar seu colapso. Já os líderes americanos, enxergavam a expansão soviética como uma tentativa clara de estabelecer uma revolução ao nível mundial.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, a Europa estava de rastos, uma sinergia demonstrava-se necessária entre as potências para reerguer não só o continente mas também, o mundo como um todo. Isso aconteceu mediante certos compromissos, todos os países necessitados de ajuda, foram-lhes apresentados dois modelos de governação como únicas alternativas, ou seja, teriam de escolher entre o capitalismo americano, ou o comunismo soviético. A Guerra Fria segundo David C. Engerman (2010, p.40), na sua conquista pelo

mundo, dividiu em primeiro plano a Europa, depois a Ásia, seguida da América Latina e eventualmente a África. Com o aparecimento do denominado Terceiro Mundo, o foco dessa batalha voltava para a conquista das mentes e corações desses novos atores.

Ainda de acordo com Engerman, a URSS tinha duas vantagens em relação aos Estados Unidos. Em primeiro lugar, o apoio fornecido aos seus aliados europeus através do Plano Marshall, fazia com que muitos líderes anticoloniais ficassem assim mais próximos da influência soviética. Segundo, o sistema económico da URSS tendo recentemente se transformado numa moderna sociedade industrial, fazia dela um caso de sucesso e uma inspiração para essas novas nações, que estando muito impacientes, não tinham tempo para um processo gradual promovido pelas agências norte americanas.

Apesar disso, o sistema americano para aproximar o Terceiro Mundo para sua esfera de influência, tinha também suas vantagens, primeiro que o registo económico norte-americano era de longe mais forte que o da URSS, mesmo que ambos estivessem no patamar de superpotências, o modelo económico americano era superior ao modelo soviético. Em segundo lugar, a imagem de um país democrático atraía a atenção de muitos líderes e intelectuais do Terceiro Mundo, mesmo que depois essa imagem fosse minada pela desigualdade racial dentro do próprio estado americano (Engerman, 2010, p.40).

Essa competição entre os Estados Unidos e a União Soviética, deu-se a todos os níveis, segundo Westad (2010, p.10), destacam o papel da ciência no decorrer da Guerra Fria, que acabou por ajudar a moldar essa disputa em um conflito distinto, bem mais perigoso e difícil de combater. O aumento no fornecimento de energia para produção industrial e produção da indústria voltada para destruição, era de extrema importância durante a Guerra Fria. O melhoramento nos transportes e comunicações revelou-se de grande ajuda para as superpotências, porque permitia-lhes projetar seu poderio militar por todo o globo e, nesse aspeto, a União Soviética vinha sempre atrás.

O avanço em biologia e medicina, contribuíram fortemente para competição por sistemas sociais. A invenção de vacinas, melhoria na saúde reprodutiva e tratamento de bebés foram de grande importância, isso porque, na Europa e no Terceiro Mundo, estes aspetos seriam decisivos na sua escolha. A expansão da ciência e tecnologia serviu de motivação sem precedentes na escola e educação universitária durante a Guerra Fria, tanto a União Soviética, como os Estados Unidos colocaram a educação no centro das suas políticas sociais e, isso servia também para atrair jovens da Europa e do Terceiro Mundo (Westad, 2010, p.13).

As origens da Guerra Fria podem certamente ser encontradas no final da Segunda Guerra Mundial, com a criação e utilização da Bomba Atômica. Um ação que segundo Gaddis (2007, p.30), serviu para derrotar o Japão sem necessitar da ajuda soviética, podendo *“assim negar aos Russos qualquer papel significativo na derrota e ocupação do Japão, Estaline via-a também como um meio pelo qual os Estados Unidos procurariam obter concessões da União Soviética depois da guerra”*.

Os líderes das potências não estavam a procura de um novo confronto na fase inicial dessa nova era, mas eles foram aos poucos perdendo a fé na estratégia de colaboração entre ambos. Tanto nos Estados Unidos, como na Inglaterra, sua percepção da União Soviética começava a mudar na passagem de 1945 para 46, apesar que já havia uma certa pressão interna para que houvesse uma mudança nessa política, de negociação para confrontação, os líderes políticos ainda não estavam prontos para irem tão longe, segundo David Reynolds (2006, p.284). Para este autor foi a força dos eventos, seguido da mudança nessa percepção que conduziu a Inglaterra e os Estados Unidos a agirem, especialmente com a presença do comunismo na sua esfera de influência e sobre o impasse registado na Alemanha. Os Estados Unidos adotam a Doutrina Truman para ultrapassarem os problemas domésticos e, a Inglaterra apesar de estarem mais dispostos a aumentar o passo em relação a União Soviética, isso só aconteceu em 1948.

O novo presidente americano Harry Truman, viria a estabelecer um conjunto de medidas políticas, que ficariam mundialmente conhecidos pela Doutrina Truman e, seu alvo prioritário era a contenção do avanço soviético na Europa, segundo John Lewis Gaddis (2005, p.27). Um dos projetos de maior destaque, foi sem dúvida o Plano Marshall, um programa de reconstrução europeia, que a princípio estaria disponível para todos os países dentro ou fora da influência soviética.

De acordo com Gaddis (2005), esse plano foi moldado seguindo várias premissas, mas a ideia central era que a maior ameaça não estava na possibilidade da União Soviética fazer uma intervenção militar, mas que o risco da fome, da pobreza e desespero poderia fazer com que os europeus votassem em seus próprios comunistas, que consequentemente iriam acabar servindo os interesses dos russos.

A mudança de percepção por parte dos russos é mais difícil de exemplificar, mas quando o Plano Marshall entra em ação em 1947, Stalin sentiu-se claramente obrigado a agir por medo que o seu programa de segurança estivesse em perigo e, ele reage criando o Comitê de

Informação dos Partidos Comunistas Operários, a COMINFORM (1947), segundo Reynolds (2006).

A COMINFORM, tinha como missão, a unificação dos principais partidos comunistas europeus, sob o comando da União Soviética, buscando ao mesmo tempo afasta-los da influência norte americana.

Um dos principais focos de tensão entre os vencedores da Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos, Inglaterra, União Soviética e França, foi sem dúvida a divisão da derrotada Alemanha. De acordo com Hans-Peter Schwarz in Leffler e Westad (2010, p.134), os aliados falharam em não conseguirem fazer uma ocupação conjunta. As causas disso eram muitas, como a divisão da Alemanha em zonas de ocupação, o vazio de poder na Europa Central, a incompatibilidade ideológica existente entre os aliados, as controvérsias sobre as reparações e a interdependência da economia alemã com a economia europeia ocidental.

De todas as Conferências falhadas, no que diz respeito a remodelação da Alemanha, os americanos começaram a ficar impacientes com relação ao tempo de duração deste processo e decidem então através do Plano Marshal, transformar as zonas ocidentais, na Europa Ocidental, como um elemento central da sua política na Guerra Fria (Schwarz, 2010, p.143).

Stalin não se sentindo totalmente seguro, resolveu criar um bloqueio dentro da já dividida Alemanha, tentando assim dificultar as vias de abastecimento americano na sua área de direito: “ *O único acesso a Berlim que lhes restava era por ar. Para abastecer as suas forças e alimentar a população alemã dos sectores ocidentais da cidade, foi lançada uma gigantesca ponte aérea, que depressa se transformou num símbolo da resistência ocidental às ameaças comunistas.* ” (Gilbert, 2011, p.315).

A Alemanha ficava assim dividida em dois extremos, sob a tutela dos soviéticos temos a RDA ou República Democrática Alemã e, sob o controle ocidental, temos a RFA ou República Federal Alemã. “*A União Soviética nada pôde fazer para impedir que a democracia emergisse na Alemanha Ocidental. Menos de três semanas depois das eleições, Estaline levantou o bloqueio de Berlim.* ” (Gilbert, 2011, p.319).

Apesar disso, o líder soviético não se deixa abater, de acordo com Gaddis (2005), ele cria também a COMECON, ou Concelho para Assistência Económica Mútua, em 1949. Era mais uma variação do Plano Marshall e tinha também como objetivo principal, a reconstrução econômica da europa.

A relação da União Soviética com os países ocidentais deteriorou-se muito, cinco anos após o final da Segunda Guerra Mundial. O motivo foi, de acordo com David Holloway in Leffler e Westad (2010, p.379), a obtenção da bomba nuclear por parte dos soviéticos, ou seja, já não era somente os Estados Unidos a deter o monopólio nuclear. O papel da bomba nuclear foi subtil mas, de grande importância, na deterioração dessa relação entre União Soviética e Estados Unidos. A prova disso foi à julho de 1948, aquando da crise de Berlim, em que o presidente americano Truman, enviou aviões com capacidade para transportar bombas atômicas, apesar de não estarem com esse tipo de carregamento. A mensagem era clara, os Estados Unidos iriam defender seus interesses na Europa a todo custo, incluindo armamento nuclear.

O problema da bomba nuclear atingiu outro patamar quando, em 29 de Agosto, no ano de 1949, os soviéticos adquiriram esse poder. O medo do confronto nuclear tornava-se cada vez mais real. Apesar de nunca terem chegado a esse ponto (de um confronto nuclear), a sombra atômica teve grande influência nas decisões tomadas a partir de então segundo David Holloway (2010, p.378).

Com isso os americanos reagiram fortalecendo suas parcerias com outros países, através da criação da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), a 29 de Abril de 1949. Uma aliança político-militar dos países ocidentais, em que seus integrantes se comprometiam em auxiliar na defesa de qualquer um de seus membros. Isso teve um efeito duplo para os soviéticos, além da cautela perante esse cenário, fazia também com que a União Soviética ficasse menos disposta a se comprometer, por medo de parecer vulnerável a intimidação de acordo com Holloway (2010, p.380).

Essa ação, claramente não passou despercebida pelos russos, que em 1955, anunciaram ao mundo o Pacto de Varsóvia (Tratado de Assistência Mútua da Europa Oriental), mais uma vez tentando copiar os movimentos dos estados capitalistas, Stalin tentava assim unir as forças militares do leste europeu.

A União Soviética perdeu dois polos de referência durante a Guerra Fria, a Jugoslávia de Tito e a China de Mao Tse Tung, estes dois líderes chegaram ao poder sem a ajuda de Stalin, e, ao princípio estavam abertas a trabalhar com a URSS. Mas a pressão por parte da URSS em submeter Tito ao programa russo, fez com que este rompesse as relações com os russos, para seguir sua própria ideia de comunismo. Com a vitória de Mao Tse Tung na China, algo que tanto os russos como os americanos não estavam a espera, segundo Gaddis (2005, p.30),

Mao Tse Tung tinha dois aspetos que o levariam a associar-se com Stalin, primeiro era a questão ideológica, Mao admirava a revolução bolchevique, considerando-a como a mais bem-sucedida da história. E, em segundo lugar, ele não esquecia o fato de os Estados Unidos terem apoiado seus adversários durante a guerra civil chinesa.

A Guerra da Coreia (1950), veio demonstrar ao mundo o modelo de conflito que iria ser implementado pelo resto da Guerra Fria. Ou seja, as potências financiando confrontos fora de seus territórios e, enviando soldados para combater e defender seus interesses. Segundo William Stueck in Leffler e Westad (2010, p.268), os americanos e soviéticos não consultaram os coreanos no momento de ocupar e dividir seu território mediante suas forças. Os soviéticos não queriam um governo unificado, que não estivesse sob seu total controle, preferindo então que as potências se retirassem do território, para que os coreanos resolvessem eles mesmos seus problemas. Mas, os Estados Unidos não queriam deixar o território sem estabelecer um governo independente. A Coreia ficou dividida em duas áreas de influência, o norte fica do lado da URSS e, o sul, com os Estados Unidos. Assim, quando a Coreia do Norte resolveu invadir o Sul, recebendo para isso ajuda tanto dos russos como dos chineses, não restou alternativa aos americanos, a não ser auxiliar seus “companheiros” e recuperar o terreno perdido.

Uma guerra que era considerada a princípio fácil, tornou-se em um longo conflito principalmente após a entrada dos chineses e, em meio a esse embate militar, os Estados Unidos elegeram um novo presidente, Dwight Eisenhower em 1952. Uma das promessas da sua campanha era precisamente terminar essa guerra o quanto antes, além claro de fazer recuar o comunismo no mundo, segundo Joseph S. Nye Jr. (2002, p.156). Depois de 3 anos de intenso conflito, eles chegam a um acordo que permanece até os dias de hoje, uma divisão total do país a partir do paralelo 38, com o norte seguindo a linha socialista, mesmo após a queda da URSS, e o Sul, sob os ideais capitalistas.

Com a morte de Stalin a 5 de Março de 1953 e, a subida ao poder de Nikita Krushchev, este opta por uma política menos tensa com o ocidente. Mas essa atitude não agrada a Mao, que acabaria por cortar a relações com a URSS quando este revelou que não iria mais apoiar o programa nuclear chinês.

Em Abril de 1955, temos um grande sinal de mudança neste contexto internacional. A realização da Conferência de Bandung, onde foram convidados vinte e cinco países, sendo estes: *os países árabes independentes (Egito, Líbia, Iraque, Líbano, Síria, Jordânia, Arábia*

Saudita, Iémen); a Turquia, o Irão, o Afeganistão, outros países muçulmanos da Ásia; a Etiópia, a Costa do Ouro (futuro Gana), a Libéria, o Sudão e a Federação da África Central, de África; o Camboja, o Laos, os dois Vietnams, a Tailândia, as Filipinas e o Nepal, do Sudeste Asiático; por último, a China e o Japão. Além do grupo de Colombo, representado por, Índia, Paquistão, Ceilão, Birmânia e Indonésia, de acordo com Jean-Baptiste Duroselle e André Kaspi (2014, p.206). Constituído na sua maioria por ex-colónias, logo a questão do colonialismo ainda existente foi unanimemente condenado. As implicações dessa conferência na mente daqueles que ainda viviam sob o manto colonial, foram de extrema importância, algo que trabalharemos nos próximos capítulos.

Khrushchev, apesar de se ter apresentado mais aberto ao diálogo com os Estados Unidos, é precisamente sob seu comando que por pouco não haveria uma guerra nuclear entre ambos. Nomeadamente naquela que ficou conhecida como a Crise dos Mísseis de Cuba, aquando da sua tentativa de posicionar arsenal nuclear bem perto das fronteiras americanas. Uma ação na qual, a União Soviética de Khrushchev's, empreendeu sem consultar seus supostos parceiros, a China e a própria Cuba, o que resultaria na quebra de confiança entre estes países, segundo Sergey Radchenko in Leffler e Westad (2010, p.351).

A tentativa de posicionar armamento nuclear no território cubano, ameaçando diretamente os Estados Unidos, tinha sido fortemente motivada pela vontade de Khrushchev. Tudo, para reforçar seu papel como líder máximo do comunismo no mundo e contrariar as afirmações chinesas que a União Soviética estaria perdendo vigor. Uma ação que não foi aceite pelo então presidente John F. Kennedy, que reagiu efetuando um bloqueio naval, na tentativa de dissuadir os russos de prosseguirem com o intuito de posicionarem mísseis ao alcance dos Estados Unidos, de acordo com James G. Hershberg in Leffler e Westad (2010, p.70).

A separação entre União Soviética e a China, bem como a crise cubana, foram eventos que tiveram um peso enorme no decorrer da Guerra Fria. Isto porque, essa separação representou uma divisão dentro do Comunismo e isso abriu grandes oportunidades para os movimentos de libertação nacional, que agora poderiam beneficiar-se da ajuda dos dois blocos (Westad, 2010, p.158). Isso é algo que poderá ser evidenciado nos capítulos seguintes do trabalho, ou seja, a forma como os movimentos de libertação nacional passaram a receber a ajuda advinda destes blocos. Iniciava a competição entre a China e União Soviética para garantirem seus polos de influência.

No início dos anos 60, os soviéticos começaram a desconfiar das intenções da China. Eles estavam convencidos que a China tinha como objetivo principal, destronar a União Soviética como representante máximo do Comunismo ao nível internacional e a forma de fazer isso passava pelo Terceiro Mundo (Westad, 2010, p.161).

Essa relação deteriorava a cada ação da União Soviética, isso aquando da guerra entre a China e a Índia, em 1962, o que aconteceu no momento que Krushchev terminava uma negociação em que vendia aviões de combate Mig-21 e, ter financiado a Índia com helicópteros e aviões de transporte. O que só viria a ser cancelado depois de Krushchev saber da condenação chinesa, segundo Sergey Radchenko in Leffler e Westad (2010, p.354).

A própria Détente, que Krushchev buscava com os Estados Unidos, não era visto com bons olhos pela China, o que piorava ainda mais essa relação, fazendo com que a China publicasse artigos detalhando a violação do Marxismo pela União Soviética, algo que não agradou os russos, de acordo com Sergey Radchenko in Leffler e Westad (2010, p.356).

Outro evento de grande impacto nesse período de guerra fria, foi a Guerra do Vietname, em que os Estados Unidos apoiavam o Vietname do Sul, e os russos apoiavam o Vietname do Norte, mas foi somente os americanos que participaram de forma direta nesse confronto. Para a União Soviética, a separação da China, bem como o aumento de atividades além-fronteiras da Cuba e do próprio Vietname, significava que sua política para o Terceiro Mundo poderia estar em perigo, justo no momento em que a descolonização começava a abrir oportunidades para o avanço do socialismo fora da Europa.

Segundo Bruce W. Jentleson (2007, p.128), esse período terá sido o mais desastroso em toda política externa americana durante a Guerra Fria. Muitos há viam como a primeira guerra que os Estados Unidos perderam de facto, sendo algo muito debatido, mas que essa guerra tinha alterado o modo de fazer política dentro e fora dos Estados Unidos era inegável.

Uma guerra que tinha suas raízes no final da Segunda Guerra Mundial, Pinto (2013, p.675)

“... quando os Franceses, em 1945, a seguir à guerra e à ocupação japonesa. Tentaram recuperar o controlo da Península Indochinesa, constituindo uma federação de cinco países. Para inviabilizar esta solução, os comunistas do Vietminh, sob liderança de Ho Chi Minh, e graças à benevolência dos Japoneses nas vésperas da rendição, tomaram de assalto o poder e proclamam, no Norte, a independência da República Democrática do Vietname.”

O desenrolar dos acontecimentos que não estavam no agrado dos americanos, tem seu ápice, aquando do ataque sobre dois navios americanos no Golfo de Tonquim, em 1964, o que levaria o senado americano a autorizar por unanimidade o uso da força na região, segundo Nogueira Pinto.

É importante salientar, de acordo com Westad (2010, p.194), que essa guerra teve influência direta no estabelecimento daquele que ficaria conhecido como o período da Détente, de 1968 a 1975. Devido a pressão colocada por essa guerra na economia dos Estados Unidos e nas suas alianças na Europa ocidental, onde essa guerra era há muito impopular.

Começava assim uma escalada no conflito da qual os Estados Unidos não se veriam livres tão facilmente. Estes, que por sua vez não quiseram aproveitar sua superioridade aeronaval contra o Norte, para não alarmarem a opinião pública e europeia. Também para não atrair para a guerra, o envolvimento direto de países como a China e a URSS, segundo Nogueira Pinto (2013, p.680). O autor, destaca o principal erro dos americanos, que estaria no fato destes, quererem *“manter uma guerra de desgaste sem perceber que o desgaste político e psicológico atuava muito mais depressa sobre seu centro vital - o povo e o Congresso - do que sobre o centro vital norte-vietnamita que, pela estrutura monopartidária do regime, não tinha de se preocupar com a opinião pública”*.

Segundo o mesmo autor, os efeitos dessa guerra de longa duração, acabariam também por influenciar o povo americano, na escolha do seu novo representante, nas eleições de 1968, surge Richard Nixon, acompanhado do seu novo Conselheiro nacional de Segurança, Henry Kissinger. E juntos, apresentam uma nova abordagem para esse problema, *“A ideia da Administração Nixon para cumprir os três objectivos norte-americanos-contenção do comunismo, defesa do Vietname do Sul e credibilidade internacional-era recorrer à vietnamização, isto é, a uma progressiva entrega de responsabilidades nas mãos do Governo e das Forças Armadas de Saigão. ”*

Depois da progressiva retirada, para não dizer derrota dos Estados Unidos. Com outros problemas internos, como o conhecido escândalo Watergate, que teve participação do próprio presidente, com isso, Nixon deixa o cargo no Verão de 1974, e foi substituído pelo seu vice-presidente Gerald Ford, mas Kissinger é mantido no cargo de secretário de Estado.

A guerra no Vietname teve enormes consequências durante o período da Guerra Fria, porque demonstrou que a luta de guerrilha tinha sua importância. Se um grupo de soldados

quando bem orientados e sem uma fração do equipamento bélico do adversário, podiam fazer frente a maior potência mundial, os Estados Unidos, então havia razões para os movimentos de libertação acreditarem na sua vitória, (Westad, 2010, p.190).

É interessante notar-mos as implicações desse “afastamento” dos Estados Unidos, do cenário internacional. Ao longo desses acontecimentos internos, que vieram a possibilitar, de acordo com Nogueira Pinto, uma nova abordagem da URSS. Que nesse meio tempo conseguiu trazer para sua esfera de influência países como Vietname, Cambodja e Laos, bem como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (Westad, 2010, p.748).

Outro evento de grande importância no decorrer da Guerra Fria, foi sem dúvida a invasão do Afeganistão por parte da URSS, em 25 de Dezembro de 1979, uma guerra difícil e que provaria há longo prazo ser bastante custosa ao império russo. Os russos que não tiveram muitos problemas como os Estados Unidos estavam tendo, mas agora, iriam eles mesmos ingressar numa guerra de longa duração.

Numa altura em que as potências estavam procurando conter essa corrida armamentista nuclear, com algumas medidas significativas para controlar e limitar as armas nucleares, através de acordos de não proliferação, entre os Estados Unidos e a URSS, conhecidos por SALT ou Tratado de Limitação de Armas Estratégicas, segundo Eric Hobsbawm (1995, p.240).

Esses acordos que vinham desde, Agosto de 1963, proibindo os seus signatários de fazerem experiências nucleares atmosféricas. O segundo acordo, estabelecido em Julho de 1968, sobre a não proliferação dessas armas. Segundo Duroselle e Kaspi (2009, p.339), isso não passava de uma medida para impedir o acesso a estas mesmas armas por outros países.

Para Gaddis (2007, p.215), a Détente, não teve tanta importância no decorrer dos acontecimentos. E, que ela tinha sido uma tentativa de congelar os resultados da Guerra Fria, tal como a própria Guerra Fria tinha sido uma tentativa de congelar os resultados da Segunda Guerra Mundial.

Ainda segundo o autor, a Détente, não conseguiu travar a corrida aos armamentos e nem por fim as hostilidades entre a União Soviética e os Estados Unidos. E, “*nem sequer impedir a União Soviética de voltar a utilizar a força militar para salvar o «socialismo»*”.

O que foi verdadeiramente um passo para o desanuviamento do clima de terror entre as potências. Aconteceria mais a frente, quando o presidente Nixon e o atual líder da URSS, Leonid Brejnev, assinaram um acordo em 26 de Maio 1972, sobre os sistemas de mísseis antibalísticos e um outro acordo, provisório, relativo à limitação do armamento ofensivo (Duroselle e Kaspi, 2009, p.339).

Mas estas negociações foram interrompidas por Jimmy Carter, aquando a invasão soviética no Afeganistão, em 1979. O então presidente americano, “ *reagiu com várias medidas, desde a interrupção das negociações do SALT II até ao boicote pelos EUA e aliados dos Jogos Olímpicos de Moscovo de 1980*” como refere Nogueira Pinto (2013, p.750).

De acordo com Vladislav M. Zubok (2010, p.102), essa invasão aconteceu devido há dois erros de cálculo por parte da URSS, em primeiro lugar, a fixação dos russos na competição geopolítica bipolar como sendo uma extensão natural do paradigma imperial-revolucionário. Em segundo lugar, seu processo de decisão fica comprometido devido ao crítico estado de saúde de seu representante máximo na altura, Leonid Brejnev.

Gaddis (2007, p.217), nos diz que a União Soviética sob o controle de Brejnev, estava a atuar sem uma estratégia clara e bem definida: “ *Sob o governo titubeante de Brejnev a URSS tornara-se incapaz de realizar a tarefa mais elementar de qualquer estratégia efetiva: o uso eficiente de recursos disponíveis para atingir os fins escolhidos*”.

Ao contrário do sucedido no Vietname, desta vez foram os russos que tiveram uma participação direta no confronto, além da resistência do povo afegão, os Estados Unidos tiveram uma participação indireta mas de extrema valia para o desenrolar dos acontecimentos, com o envio de mísseis terra-ar para auxiliar os rebeldes.

De acordo com Nye (2002), o final da Guerra Fria deveu-se principalmente a um homem, Mikhail Gorbachev, que teria tanto na política interna como na externa, lançadas práticas que aceleraram o existente declínio soviético e apressaram o fim da Guerra Fria.

Na tentativa de mudar o pensamento do povo russo, Gorbachev lançou a ideia de Perestroika e Glasnost, a primeira enfatizava uma reestruturação econômica, mas devido a constante interferência dos burocratas, não conseguia reestruturar a partir do topo. E, para conter esses mesmos burocratas, ele aplica a Glasnost, ou discussão aberta e democrática,

fazendo com que as pessoas pudessem expressar suas vontades, como refere Nye (2002, p.160).

Isso tudo aconteceu a nível interno, mas sua política externa também contribuiu para o fim da Guerra Fria, Gorbachev acreditava viver agora em um mundo de crescente interdependência e, que todos poderiam se beneficiar disso, além de que as bombas nucleares tornavam a guerra em algo despropositado.

Outra mudança de pensamento, foi com relação ao expansionismo soviético, que estava sendo mais prejudicial do que benéfica, essa tentativa de controlo soviético sobre um império na Europa de Leste, juntamente com a invasão do Afeganistão estavam drenando grande parte dos recursos económicos da URSS.

Nas palavras de Tiago Moreira de Sá, “ *A ascensão de Gorbachev ao poder, para além das reformas internas já referidas, significou não apenas a existência de um interlocutor do outro lado do muro, mas também uma profunda revisão da política externa soviética, traduzida em 4 princípios ambiciosos.*”

Princípios esses que, na opinião de Tiago Moreira de Sá (2014, p.15) passavam por, primeiramente, a saída do Afeganistão, seguida de uma redução dos compromissos fora de seu território, principalmente no Terceiro Mundo. Acabar com a Doutrina Brejnev, deixando claro que não haveria mais intervenções militares e, por fim, a redução do armamento nuclear, devido a razões económicas.

Não é o âmbito deste trabalho apontar quem venceu ou perdeu essa guerra, muitos foram os fatores que influenciaram o desfecho desse confronto, mas na opinião de Sá (2014, p.15)

“ *É certo que há várias decisões tomadas pelo governo norte-americano, que contribuíram para o colapso da URSS...Contudo, dito de forma simples, não foram os Estados Unidos que ganharam a Guerra Fria, mas sim, a URSS que a perdeu. E aqui, Gorbachev foi o grande protagonista.*”

Nas palavras de Henry Kissinger (2007, p.667) o imperialismo soviético cometeu um erro enorme, que foi a perda do sentido de proporção, sobrevalorizando a capacidade do seu sistema e, “*esquecendo que desafiavam literalmente todas as outras principais potências a partir de uma base muito pouco consistente.*”

Neste capítulo, analisamos os acontecimentos de maior relevância no período conhecido como Guerra Fria. Pudemos observar as ações de determinados atores, sendo os principais, os Estados Unidos e a União Soviética e, como estes acontecimentos ajudaram o PAIGC nas suas aspirações. Como por exemplo, importância da Conferência de Bandung na formação do “Terceiro Mundo” e sua crítica ao colonialismo. A separação entre a China e a União soviética, algo que abriu grandes possibilidades para que os movimentos de libertação passassem a usufruir da competição entre estes dois países. A guerra do Vietname também foi considerado por Westad, como uma esperança para estes movimentos de libertação, isto porque, essa guerra serviu para demonstrar a importância e valor na luta de guerrilha. E, não esquecendo o grande palco que foi a ONU durante todo esse processo.

2.1. O Desencadear do processo de Descolonização após as Guerras Mundiais

Neste capítulo, irei analisar o processo de descolonização a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Com uma pequena descrição do modelo francês e inglês, para depois analisar a descolonização portuguesa.

Analisando agora o processo de descolonização, de acordo com Mark Philip Bradley (2010), decisores políticos dos Estados Unidos e da União Soviética, como também diversos outros estudiosos da área, chegaram a conclusão que os movimentos para independência que surgiram no pós guerra, tinham sido produtos do sistema geopolítico bipolar dominado pela rivalidade dos dois extremos ideológicos. Essa rivalidade entre as super potências fez com que os movimentos revolucionários e os estados recentemente tornados independentes tivessem todo o apoio necessário, para perseguirem seus objetivos.

Desde o final da Primeira Guerra Mundial, em que Woodrow Wilson defendeu a autodeterminação dos povos como sendo uma norma internacional, vários foram os líderes que se deslocaram aos Estados Unidos a procura de auxílio. Mas quando tornou-se claro que os Estado Unidos e seus aliados europeus não tinham essa imediata disposição para abrir espaço para essa autodeterminação, boa parte desses líderes acabariam por voltar suas atenções para a revolução bolchevique, de acordo com Bradley (2010, p.466).

O próprio Kwame Nkrumah (1977, p.75), reconheceu que estas potências não queriam abandonar o continente africano, mesmo apesar de entenderem que estariam a “*remar contra a maré ao tentar impedir a liquidação total e definitiva do sistema colonial*”.

Segundo Bradley (2010, p.467) movimentos anticoloniais na Índia, no Vietname receberam ajuda da Comintern, que também preparou escolas para receber dezenas de ativistas do mundo colonial e, esses mesmos acabavam saindo de lá tendo como modelo o estado soviético.

O autor refere que as experiências deixadas pela Segunda Guerra Mundial, alteraram dramaticamente os movimentos anticoloniais, até mais do que os deixados pela Primeira Guerra Mundial. A guerra teve um papel central e, motivador nesse processo de consciencialização e mudança no sistema internacional.

Martin Shipway (2008), também credita os primeiros movimentos anti-colonialismo ao período entre as duas Guerras Mundiais, realça ainda outro fator de grande importância, que foi a Grande Depressão, uma crise que abalou as economias coloniais.

A França e a Inglaterra, aproveitaram a guerra para fomentar uma mobilização militar de seus súditos. Mas isso teria consequências, visto que esses mesmos súditos, depois de várias demonstrações de coragem e capacidades, fez nascer neles uma expectativa de gratificação por parte de seus senhores e, essa expectativa viria a alterar o sistema colonial, segundo Shipway.

Na Primeira Guerra Mundial (1914-18), a França mobiliza cerca de 175 mil soldados senegaleses e, na Segunda Guerra Mundial, foram perto de 100 mil, chegando mesmo a constituir 9% da força militar francesa. E desse total, 24,270 soldados desapareceram durante o armistício e mais 15 mil feitos prisioneiros (Shipway, 2008, p.65).

Para Shipway (2008, p.66) esse serviço “prestado” de certa forma, ao exército francês, não teve o retorno esperado pelos soldados africanos, que vieram a ser substituídos (os que sobreviveram), por soldados brancos, seguindo ordens de Charles de Gaulle. O pouco reconhecimento e mau tratamento dado há estes soldados foi o suficiente para despoletar as primeiras rebeliões, nos campos a sul da França, em Dezembro de 1944, sendo severamente reprimidas pelos franceses.

Os ingleses também requisitaram soldados africanos, em um primeiro momento, estavam restritos ao continente africano e só entraram em ação quando a Itália invadiu a Etiópia e Somália. Depois combateram também no norte da África, Madagáscar e no Extremo Oriente de acordo com Shipway (2008).

As administrações coloniais portuguesas e espanholas, não tinham essa imediata necessidade de mobilizar seus “recursos humanos” para guerra, mas isso não os impediu de utilizá-los como mão-de-obra para trabalhos públicos Shipway (2008, p.68).

A invasão japonesa no Sudeste Asiático, teve diversas consequências no processo de descolonização. Segundo Shipway (2008, p.69), essa invasão influenciou profundamente esse processo de descolonização, em primeiro lugar, o tratamento dado pelos japoneses não era melhor do que o aplicado pelos antigos colonizadores. Em segundo lugar, apesar dos japoneses defenderem uma “*Ásia para os asiáticos*”, essa ocupação representou uma oportunidade para os movimentos nacionais, que aquando da derrota dos japoneses, nacionalistas em Burma, Indonésia e Indochina alcançarem o poder. E para finalizar, os antigos poderes coloniais depois da Segunda Guerra Mundial, foram confrontados com a necessidade de recriar o estado colonial do zero, o que implicaria muito trabalho.

Podemos dizer que os bombardeamentos atômicos de Hiroshima e Nagasaki e a consequente rendição japonesa, deixou um vazio de poder no sudeste asiático, que ninguém esperava que pudesse acontecer tão rapidamente. Nem mesmo os governos franceses e holandeses tinham conhecimento desse bem-sucedido ataque, segundo Shipway (2008).

Desde a Primeira Guerra Mundial, os ingleses começam a aplicar um modelo de controlo sobre suas colónias. Em que eles concediam a tão desejada liberdade aos seus colonizados, mas ao mesmo tempo, fazendo com que estes ficassem sob seu controle através do que ficou conhecido como “the British Commonwealth of Nations”, Shipway (2008, p.81).

Esse sistema já tinha sido aplicado antes no Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul e, em 1921, no estado livre irlandês. Apesar de que, em relação à Índia, isso demorou a acontecer porque o modelo parlamentar inglês não era aplicável nesse país.

Os ingleses iniciaram o processo de descolonização território por território, em que primeiramente, as colónias passavam do estatuto de “*colónias da Coroa, para o estatuto de colónias com governo responsável dotadas de uma legislatura e gerindo as suas finanças*,

tornando-se depois colônias com self-government muito mais autónomas”, segundo, Duroselle e Kaspi, (2009, p.239).

De acordo com estes autores, a primeira colônia britânica africana que conseguiu sua independência foi a Costa do Ouro. Através de um movimento nacionalista liderado por Kwame N`krumah, que se tornou o primeiro chefe de Governo. Com a independência alcançada a 6 de Março de 1957, passou a denominar-se de Gana.

Martin Shipway (2008, p.173), considerou a vitória de Kwame N`krumah como um marco importante que ajudou a demarcar uma nova fase nas políticas coloniais. Ele estabeleceu duas razões para isso, em primeiro lugar, a ação de N`krumah foi tida como exemplo a ser seguido, inspirando assim outros movimentos anti colonização que não tardariam a aparecer na Nigéria, África francesa e na África oriental pertencente à Inglaterra. Em segundo lugar, a vitória de N`krumah alterou a forma como passou a funcionar os regimes coloniais, com reformas dentro do sistema, encorajando uma rápida formação de partidos políticos e de sindicatos.

No caso da Nigéria, os ingleses estavam mais confiantes que conseguiriam controlar essa reforma, e manterem-se à frente das demandas dos nacionalistas, para poderem assim contê-los dentro de uma constituição federal, de acordo com Shipway (2008).

Através da criação do partido em 1944, liderado por Nnamdi Azikiwe, passando pelo processo inglês, foi concedido o sistema de “self-government” em 1954, para depois tornar-se independente a partir de 1 de Outubro de 1960, sob o regime da “Commonwealth” britânica.

Temos na África Oriental, as colônias britânicas que começaram o processo de descolonização foram; a Tanganica em 28 de Dezembro de 1961, comandada por Julius Nyerere, também no quadro da “Commonwealth”, depois o Quênia, com um processo mais violento, liderado por Jomo Kenyatta, que foi até mesmo preso ao longo desse processo e mesmo assim seu partido intitulado de KANU ou Kenya African National Union, venceu as eleições em 1961, mas a independência só veio mesmo em 12 de Dezembro de 1963, segundo Duroselle e Kaspi (2009, p.241).

A Uganda também conseguiu sua independência em 9 de Dezembro de 1962, seguido pelas ilhas de Zanzibar, que alcançaram a soberania interna em meados de 1963 e, a independência no final do mesmo ano. Mas que depois viriam a se formar um estado duplo em 1964, transformam-se na república de Tanganica e Zanzibar presidida por Julius Nyerere.

Os franceses tiveram uma abordagem diferente dos ingleses, no que diz respeito ao processo de descolonização. Não o efetuaram passo a passo como os ingleses, mas sim, através de um conjunto de normas gerais e, a partir da Constituição de Outubro de 1946, todas as antigas colónias da África Negra e de Madagáscar, tornaram-se colónias Ultramarinas segundo Duroselle e Kaspi (2009, p.243).

Para estes autores, no período entre 1946 e 1958, a França tinha assim sob seu controle, o Madagáscar, os territórios ultramarinos da África Ocidental e da África Equatorial, por fim, os antigos territórios sob mandado do Togo e dos Camarões.

Em Madagáscar, depois das eleições de 1956, o governo francês passou no parlamento uma lei em 23 de Junho de 1956, a República Francesa manteria sua condição de potência colonial, mas iriam ser aplicadas medidas de descentralização, em que as assembleias locais de cada território seriam alargadas e teriam maior poder legislativo.

Passaram a ter, agora, um Conselho Governativo, com ministros exercendo poder executivo, mas, o presidente desse órgão seria francês, com o título de Governador, ou seja, por mais que comesçassem a ceder um pouco as rédeas, eram sempre os franceses a terem a última palavra.

Duroselle e Kaspi (2009, p.244) referem que, nas federações da África Ocidental Francesa e da África Equatorial Francesa, denominados de grupos de territórios pelos franceses, seriam administrados *“por altos-comissários, representantes da República, com um Conselho Magno formado por delegados escolhidos pela assembleia local de cada território e com direito a votar um orçamento federal”*.

No Togo e Camarões, que tinham a denominação de *“território sob tutela”*, em primeiro lugar, o Togo tem essa descrição alterada pelos franceses em 1 de Setembro de 1956. Passando agora a se chamar de República do Togo, mas ainda pertencendo a União Francesa, desfrutava de uma completa autonomia interna, em 1957 e 1958, segundo Duroselle e Kaspi (2009, p.245).

Tornou-se independente, aquando da realização das primeiras eleições legislativas de Abril de 1958, que conduziram ao poder, Sylvanus Olympio, que logo exigiu a suspensão da tutela internacional e, em 24 de Abril de 1960, torna-se de facto independente.

E por fim, nos Camarões, onde apesar de algumas revoltas internas, eles receberam em Maio de 1957, o estatuto de República autónoma, mas que depois foi suspenso pelas Nações Unidas. Mas conseguiram sua tão esperada independência, a 1 de Janeiro de 1960.

A Argélia revelou-se num grande quebra-cabeças para os franceses, nem mesmo a ida do General De Gaulle ao país, serviu para aliviar as tensões. Com o intuito de propor eleições com um único colégio, o General fez um apelo ao povo desse território para encerrarem essa luta fratricida, Duroselle e Kaspi (2009, p.253). O seu objetivo principal era que a França não estivesse envolvida nesse confronto por mais tempo, porque estava prejudicando o prestígio e a influência da França no Mundo. Uma independência amigável além de ser mais vantajosa, teriam ainda a possibilidade de estabelecer uma cooperação. Em 8 de Abril de 1962, através de um novo referendo em França, a independência argelina obteve uma maioria de 90%, e com isso terminava assim a guerra da Argélia, que muito custou à França.

O Congo, desde de 1908 era colónia da Bélgica, que mantinha um “sistema paternalista” de acordo com Duroselle e Kaspi (2009, p.247 a 249). Sistema esse que funcionou até final da Segunda Guerra Mundial, mas os belgas tinham consciência que isso não iria durar e que reformas seriam inevitáveis. No início de 1960, numa mesa redonda em Bruxelas, os congoleses exigiram sua imediata independência, mas foi somente a 30 de Junho do mesmo ano, que os congoleses conseguiram sua independência, representados pelo movimento Lumumba e tendo como chefe de estado, Kasa-Vubu.

Mudando o foco agora para o sistema colonial português, enquanto África estava sendo arrastada pelos movimentos de independência, Salazar, não tinha nenhuma intenção em ver-se livre das suas colónias e, que essas colónias não estavam destinadas a adquirirem essa liberdade.

De acordo com Basil Davidson in Madox e Welliver (1993, p.166), Portugal tinha-se transformado numa “*meia colónia*” sob o manto de poderes imperialistas mais fortes. E que, mesmo assistindo a ação de países como Inglaterra, França e Bélgica, que apesar de fazerem concessões políticas, souberam preservar sua influência nas suas antigas colónias, nada disso convenceu Salazar, que manteve o discurso de caso Portugal enveredasse por essa via, não teriam mais volta.

O regime colonial português não era tão bem preparado, “*o sistema colonial português sofria de uma vulnerabilidade estrutural - a sua dependência de uma metrópole pobre, sem*

recursos financeiros, e sem poder político no contexto internacional”, sem contar “o fosso entre as economias mais avançadas e a de Portugal, que não acompanhara o desenvolvimento da Revolução Industrial, contando-se entre as mais atrasadas da Europa”, Valentim (2006).

Portugal até então não recuava, mas a mudança no cenário internacional ganhava cada vez mais força. E, novos fatores que vieram reforçar o sentimento de mudança, tem sua origem, na década de 50. Nas palavras de Valentim Alexandre (2006), convocada para analisar os problemas que interessavam especialmente os povos da Ásia e da África, com participação de dezoito Estados asiáticos e seis Estados africanos, a Conferência de Bandung “*deu o sinal mais evidente da emergência do desde então chamado Terceiro Mundo, que constituía um novo elemento de pressão sobre as potências e de apreensão sobre os Estados Unidos.*”

De acordo com Adriano de Freixo (2007), as antigas colônias africanas e asiáticas, articularam-se no Bloco do Terceiro Mundo. Com suas raízes na Conferência de Bandung (1955) e consolidação na Conferência de Belgrado (1961) pronunciando “*pela neutralidade na Guerra Fria, pelo distanciamento em relação à URSS e ao Ocidente, e pelo compromisso dos povos já liberados de ajudar a libertação dos povos ainda dependentes*”.

A Conferência de Bandung e a Crise de Suez (1956), tiveram uma grande importância para tomada de consciência dos povos e seu posicionamento neste novo mundo. “*Para os Estados Unidos, Bandung demonstrou que a mudança que ocorria nestes dois continentes iria ter uma influência determinante para a evolução da Guerra Fria e, em particular, iria acelerar os acontecimentos no continente africano*”, Fonseca e Marcos, in Jerónimo, M. (2014, p.112). Para estes autores já a Crise de Suez, fez soar o alarme para o fato, que “*mais cedo ou mais tarde, os interesses das potências coloniais europeias, incluindo os de Portugal, colidissem com os propósitos da política externa norte-americana*”.

De acordo com Pedro Aires Oliveira (2007, p.177), estes dois acontecimentos aliados a guerra da Argélia, às primeiras independências africanas, serviram para demonstrar que “*o mundo colonial estava a mudar rapidamente e as ondas de choque dessas transformações não podiam deixar de se repercutir no ultramar português.*”

Podemos também afirmar que, este acontecimento em Suez, fez com que o mundo se apercebesse de fato que os Estados Unidos e a União Soviética, eram sem dúvida, as potências mais fortes no mundo pós Segunda Guerra. E, o fato de estas duas potências terem

conseguido que a Inglaterra e a França recuassem em Suez, fez com que Salazar se apercebesse que uma aproximação com os Estados Unidos era irremissível.

Em 1962, os únicos territórios não independentes de África eram de acordo com Duroselle e Kaspi (2009, p.251), o Sara Espanhol (Rio de Ouro), presídios espanhóis, pequenas cidades costeiras do Mediterrâneo Ocidental na costa marroquina, a Somalilândia Francesa e, por fim, as colónias portuguesas que englobavam, além das ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, tinham também, a Guiné Portuguesa, Cabinda, Angola e Moçambique.

Nas palavras de Luís Moita (1985, p.17), Portugal não foi o protagonista do seu processo de descolonização. “ *Isto porque, a descolonização portuguesa não resultou de uma definição política unilateral nem sequer de uma concertação multilateral, mas antes da sucessão de acordos bilaterais realizados ao longo de 1974-75 entre o poder português e os poderes emergentes dos povos colonizados.*”

Valentim Alexandre (2006), realça dois fatores de grande importância para explicar o fato de Portugal não querer abrir mão das suas colónias africanas. Primeiramente, foi o aumento registado nos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, com grande destaque para o café de Angola. Em segundo lugar, como consequência da primeira, temos pela primeira vez, a deslocação de uma significativa parte da população metropolitana, para os territórios do ultramar, criando núcleos consistentes de população branca em Angola e Moçambique.

A vontade de manter essas colónias era tanta, que em 1951, elas recebem o nome de províncias do Ultramar. Em que todos os habitantes eram cidadãos e tomavam parte na eleição do Presidente da República e, ainda foram-lhes designados para deputados da Assembleia Nacional, três representantes de Angola, três de Moçambique, um da Guiné e outro de São Tomé e Príncipe.

Essa revisão na constituição de 1951, tinha sido o resultado de todo esse processo de descolonização que estava acontecendo. Fazendo com que o “Ato Colonial” e expressões como “Colónia” e “Império” fossem substituídas por “Províncias Ultramarinas”, segundo António E. Duarte Silva (1997, p.27).

O autor nos diz também que a partir de 15 de Junho de 1951, “o Ministério das Colónias passou a designar-se por Ministério do Ultramar e pelo Estatuto de 1955 (Decreto nº 40 223,

de 5 de junho de 1955) a Guiné portuguesa passou a ser «a província da Guiné» ou seja, uma pessoa coletiva de direito público gozando de autonomia administrativa e financeira.”

De acordo com Daniel Marcos (2001), essa revisão constitucional permitiu assim, que Portugal recusasse ceder informações no âmbito do artigo 73º da carta das Nações Unidas. Artigo que referia diretamente às questões dos territórios não autónomos. Baseando-se no argumento de que não possuía mais colónias, mas sim, Províncias Ultramarinas.

Essa resposta do governo português, segundo Aurora Almada (2011) fez com que a ONU fosse confrontada com diversas questões quanto ao conceito de territórios não autónomos. Para ultrapassar essa polémica, foi criada em Dezembro de 1959, o Comité dos Seis. “ *Que teria como missão estudar os princípios que deveriam guiar os estados para apurarem se tinham ou não obrigatoriedade de transmitir informações às Nações Unidas sobre um determinado território.*” Esse comité apresentou uma lista de territórios que se enquadravam na categoria de não autónomos, sobre os quais existia a obrigatoriedade de transmissão de informações ao secretário-geral da ONU. Esta lista englobava: Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe e suas dependências, São João Baptista de Ajudá, Angola, Moçambique, Goa e o restante do estado português da Índia, Macau e suas dependências, Timor e suas dependências. Para a autora, essa ação da ONU representou uma mudança de postura por parte das Nações Unidas, que passaria agora a desempenhar um papel mais ativo em relação à questão colonial.

António E. Duarte Silva (1997, p.66), dividiu a descolonização portuguesa em 3 episódios diferentes, começando pela própria guerra colonial, passando pelos acontecimentos que caracterizaram o 25 de Abril e terminando nos acordos de descolonização celebrados com os movimentos de libertação nacional.

Começando por São Tomé e Príncipe, que teve sua independência negociada em Argel, em Novembro de 1974, essa independência foi concedida pelo governo português, ao MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe). Mas, depois de uma grave crise que ocorreu no governo de transição, vencendo a ala mais conservadora do partido, tendo como representante maior, o alto-comissário Pires Veloso, (Dugos, 1975, p.70).

Em Guiné e Cabo Verde, dos primeiros territórios onde Portugal estabeleceu colónias, ao passo que em Cabo Verde nunca tiveram muitos problemas, já na Guiné, foi onde mais se lutou e foi lá que começara a resistência anticolonial, com a criação do PAIGC em 1956.

Inicialmente, mais moderado o PAIGC, começou com uma atividade mais reivindicativa, com a organização de uma greve em Bissau (1959), tendo sido violentamente reprimida, isso fez com que esse movimento encontrasse nas armas sua única forma de conseguir alcançar sua independência.

O Massacre de Pidjiguiti, é como ficou conhecido esse triste episódio, serviu para provar aos dirigentes do PAIGC, que caso continuassem com essas reivindicações e não tivessem um suporte bélico, tais investidas seriam derrubadas imediatamente por Portugal.

A luta armada começou a 23 de Janeiro de 1963, depois de uma declaração do líder Amílcar Cabral à imprensa em Dakar, a 26 de Dezembro de 1962 e, que a estratégia implementada por Cabral, era de uma *“luta simultaneamente em três frentes: a interna, a circunvizinha e a internacional.”*, Oliveira et al (1979, p.210)

Os mesmos autores consideram que também é preciso realçar que um dos aspetos mais significativos da luta do PAIGC, era o facto de que eles não se limitavam a luta armada para libertação do seu povo, eles tinham uma ação política e medidas de carácter económico, além de tentativa de proporcionar uma escolarização das populações e assistência médica.

A forma dinâmica como estabeleceram sua luta armada, tirando proveito do conhecimento geográfico do meio, a ligação entre as técnicas de combate e a teoria revolucionária, a excelente diplomacia efetuada à nível exterior, com o encontro e discurso de Amílcar Cabral para um grupo representante da ONU, tudo isso dificultaria ainda mais a vida ao Governo português.

Uma luta que durou anos e foi travada em zonas de floresta equatorial. Apesar que o PAIGC estava lutando pela libertação de dois territórios, o combate armado aconteceu somente no espaço geográfico da Guiné. O nome mais sonante desse movimento era do próprio Amílcar Cabral, que apesar de todos seus esforços é-lhe negado ver os frutos da sua luta aquando da sua morte em 20 de Janeiro de 1973.

O PAIGC, obteve diversas vitórias a nível internacional, entre eles, estava o reconhecimento da sua independência por parte do Brasil e mais importante, a admissão do país como membro nas Nações Unidas, de acordo com Stewart e Pinto (2003, p. 22).

Nesse mesmo ano, em 23 de Setembro de 1973, na Madina do Boé, foi proclamada a independência da República da Guiné-Bissau, mesmo com a administração portuguesa ainda

no território. Apesar do imediato reconhecimento dessa independência por vários países, Portugal só reconheceu oficialmente um ano depois, no dia 10 de Setembro de 1974, Dugos (1975, p.75).

Portugal tinha um grande dilema pela frente, de acordo com Carlos Burgos (1975, p.32), que era a escolha entre independência ou autodeterminação e, isso seria o primeiro grave abismo a dividir a revolução portuguesa. Ainda nas palavras do autor, “ *a curto prazo essa divisão produziu a queda do I Governo Provisório; a médio prazo ela provocou a demissão de Spínola; a longo prazo criou situações catastróficas no Ultramar, especialmente em Angola e Timor*”.

Cabo Verde, foi o território onde quase não se verificaram conflitos, comparado com as outras colónias, o que não quer dizer que não tenha havido tensões na população. E foi a única colónia a ser descolonizada por iniciativa da própria metrópole, segundo Stewart e Pinto (2003, p. 22).

O posicionamento estratégico de Cabo Verde e o importante aeroporto situado na ilha do Sal, davam ao arquipélago maior dimensão internacional. Tudo isso fazia com que Portugal temesse uma intervenção dos poderes ocidentais, principalmente dos Estados Unidos, durante uma eventual transferência de poderes ao PAIGC, Stewart e Pinto (2003, p.23).

No caso de Cabo Verde, o governo português conseguiu adiar um pouco mais sua libertação e só em 5 de Julho de 1975, é que finalmente alcançaram a tão desejada independência. Mas de acordo com António José Telo (2008), o PAIGC poderia sim ter obtido a independência de Cabo Verde ao mesmo tempo que o da Guiné, mas eles não demonstraram essa imediata necessidade.

No caso da Angola, foi mais complicado, devidos as diferentes forças que estavam em jogo e, pela riqueza que abundava neste território, que nas palavras de Carlos Dugos, (1975, p.73), “ *quem possuir nas suas mãos o Zaire e Angola controla toda a economia africana e, por extensão, uma boa parte da economia mundial*”.

De um lado estava o MPLA apoiado por Moscovo e pelos países do Leste da órbita soviética. Do outro lado, a FNLA e UNITA, que formavam um bloco anti URSS e tinham o apoio dos Estados Unidos, através do Zaire de Mobutu e em parte pela China, segundo Carlos Dugos. Mas não podemos esquecer também dos próprios portugueses que estavam lutando para manterem esse território sob seu controle.

Um facto no mínimo interessante, é que segundo Telo, J. (2008, p.166), *“qualquer um dos três movimentos de Angola dedicava mais energia e recursos a combater os outros dois que os Portugueses”*.

Portugal apresentou para Angola, um plano com eleições, mas essa ideia foi logo recusada pelos líderes de pelo menos dois grupos, MPLA e FNLA. O que eles queriam era uma solução semelhante à da Guiné, uma trajetória direta para independência.

Segundo Macqueen, N. (1998, p.56) no começo dos anos 70, o MPLA estava num ponto de relativa eficácia, enquanto a FNLA estava enfraquecida. A UNITA era militarmente fraca e funcionava apenas como movimento nacionalista. Nesse período a Angola foi alvo de uma série de ofensivas portuguesas. Que utilizavam táticas usadas pelos Estados Unidos no Vietname, como às bombas de napalm e herbicidas. Tudo para dificultar as movimentações dos guerrilheiros na floresta.

Com muita dificuldade, é assinado em Janeiro de 1975, o Acordo de Alvor, onde Portugal reconheceu esses três movimentos de libertação como únicos representantes do povo angolano. Mas isso não encerrou a questão, pelo contrário temos agora uma escalada da violência, com a URSS a aumentar consideravelmente seu apoio militar ao MPLA.

Essa ação foi considerada por Telo (2008, p.166) *“um passo inédito em toda a Guerra Fria, a primeira vez que unidades regulares completas de um estado do bloco de leste eram projetadas para outro continente, fora da sua esfera de influência própria, o que demonstrava a grande determinação da URSS”*.

Apesar que os Estados Unidos ainda não se sentiam prontos para outras aventuras fora da suas fronteiras, esse empenho da URSS fez com que eles prestassem mais atenção ao que estava acontecendo em Angola e enviassem grandes montantes de dinheiro para ajudar tanto a FNLA, como também a UNITA.

Com os portugueses em retirada, a 11 de Novembro, o MPLA declara a independência em Luanda, território por eles dominado, algo que os dois outros grupos não tardam a imitar, o que resulta na criação de dois estados angolanos, visto a FNLA e a UNITA terem estabelecido um acordo (Telo, 2008, p.172).

No caso de Moçambique, a situação é menos caótica, com apenas um movimento de libertação representando o povo, mas com diversos apoiantes, dentro de África, como

Tanzânia e Zâmbia, mas também à nível internacional, como China e a URSS, para além de Estados africanos, da Holanda, da Suécia e de alguns estados árabes segundo Telo (2008, p.172).

Em Moçambique, temos um movimento de libertação chamado de FRELIMO, que surge dos esforços de Marcelino dos Santos e Eduardo Mondlane, que fundam esse grupo em 1960-61. E que até 1967, foi o mais poderoso movimento de libertação a atuarem em colónias portuguesas, segundo Carlos Dugos (1975).

Nas palavras de Norrie Macqueen (1998, p.68), “ *Para além dos mortíferos conflitos internos, havia que contar com o nada negligenciável problema das Forças Armadas Portuguesas. Depois do estalar da luta em Angola e na Guiné, os Portugueses pareceram surpreendentemente impreparados para o início da guerra de guerrilha em Moçambique, embora isso não lhes tivesse causado grande prejuízo.*”

No ano de 1964, a FRELIMO iniciou sua atividade militar contra os portugueses e, foi aos poucos ganhando o apoio das populações. Mesmo apesar da morte do seu principal líder, Eduardo Mondlane, morto em Dar-es-Salam, por uma encomenda-armadilha no ano de 1969, (Dugos, 1975).

Para Norrie Macqueen (1998, p.67), o assassinio de Mondlane ocorreu em circunstâncias tão obscuras quanto as que rodearam a morte de Amílcar Cabral. Os dissidentes do movimento estariam segundo o autor na primeira linha de conspiração. Apesar do número de soldados ter aumentado de cerca de 4000 para uma média de 40 000 e 50 000 durante a guerra, nos primeiros anos foram raros os grandes confrontos. “ *Tal como em Angola e, em menor medida, na Guiné, os Portugueses recorreram em Moçambique às operações psicológicas que chamavam insistentemente a atenção para o facto de a direção da FRELIMO ser dominada por Rondas e Tongas, etnias do Sul “estranhas” às zonas de conflito*”

A FRELIMO conseguiu alcançar a independência de Moçambique em 25 de junho de 1975, mas o processo de instalação da paz ainda estava longe, porque depois da independência, segundo Telo (2008, p.178) “*com o crescimento da resistência de parte da população às medidas iniciais tomadas pelo Governo da FRELIMO, nomeadamente à desastrosa reforma agrária de inspiração soviética, é que a guerra civil se instala*”,.

O Timor também foi alvo de muitas complicações para Portugal, com o estabelecimento de três partidos locais, a APODETI, a UDT e a FRETILIN. A princípio, as autoridades portuguesas não deram muita atenção ao Timor, devido ao processo de transição à democracia, e com outra descolonização em curso, mas depois dos primeiros conflitos que apareceram em finais de Julho e em Agosto, as autoridades portuguesas tiveram de abandonar o território, segundo António Costa Pinto (2001).

De acordo com Luís Moita (1985, p.17), Portugal não soube conduzir esse processo. Além de não avaliarem a natureza do nacionalismo maubere, também subestimaram seu carácter fortemente implantado na sua população. O autor nos diz que “ *a capacidade de 10 anos de resistência à invasão, envolvendo o sacrifício de mais de um quarto dos timorenses, vem confirmar dramaticamente o enraizamento do sentimento nacional*”.

Segundo António Costa Pinto (2001, p.80), a FRETILIN declarou a independência de Timor a 28 de Novembro, com isso a UDT e a APODETI se associaram com Indonésia para logo depois invadirem o território. Com isso, “ *Portugal não reconheceu nem a independência nem a ocupação indonésia, retirando-se da ilha de Ataúro no dia seguinte à invasão*”.

O que leva Luís Moita (1985, p.17) a concluir que, “ *Timor-Leste é ainda uma ferida aberta na descolonização portuguesa*”. Além de apontar outros erros cometidos por Portugal, ao longo do processo geral de descolonização, erros esses que tiveram sérias implicações na vida das populações das ex-colónias.

Para o autor, nos anos de 1974-75, “ *o reconhecimento da independência das colónias portuguesas, aparecia como historicamente necessário, eticamente imperioso, obrigatório à luz do direito da comunidade internacional, militarmente aconselhável, conjunturalmente inadiável*.”

Moita (1985) também afirma que, caso Portugal tivesse enveredado pela via descolonizadora, isso poderia ter beneficiado o próprio país. “ *Portugal teria uma oportunidade para se reencontrar a si próprio. Perdido o império, novas condições se abriam para a definição de um projeto nacional autónomo, em que o povo português redescobrisse as vias da democracia e do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, redefinisse sua colocação internacional*.”

Ao longo deste capítulo, pudemos observar que apesar da Inglaterra e França terem optado por uma transferência de poderes nas suas antigas colónias, o mesmo não se sucedeu no caso português. Também pudemos constatar a importância que eventos como a Crise de Suez e a Conferência de Bandung tiveram na consciencialização dos povos sob o manto colonial. Portugal combateu até o último minuto para manter suas colónias, mesmo isso afetando sua credibilidade internacional e estabilidade nacional. O próximo capítulo será mesmo sobre a repercussão gerada dentro e fora do território português ao longo do processo de descolonização.

2.2. Antecedentes domésticos e internacionais do 25 de Abril

De acordo com António José Telo (2008), a revolução dos Cravos, o 25 de Abril, não poderia ter surgido em melhor momento, principalmente ao nível internacional. Pois é nesta altura que deparamos com um cenário extremamente propício à realização desse processo revolucionário na história portuguesa. Numa altura em que tínhamos os Estados Unidos, bastante traumatizados com a derrota no Vietname e com o caso Watergate. Enquanto a URSS procurava alargar sua expansão no território africano e, com a Espanha também concentrada nos seus problemas internos.

Tudo isso permitiu que Portugal conseguisse espaço de manobra para resolver seus problemas internos, o que não aconteceria tão facilmente, segundo José Telo (2008, p.151), *“se o 25 de Abril tivesse surgido uns anos antes.”* Neste contexto, a atitude dos EUA, da URSS, da CEE ou da própria Espanha *“seria muito diferente, tanto na Europa como em África. Em África, por exemplo, os EUA teriam um empenhamento mais forte e a URSS pensaria duas vezes antes de lançar em aventuras em Angola ou noutros pontos.”*

Após o término das duas Guerras Mundiais e com os novos conceitos de liberdade, Direito Internacional e Direitos Humanos. Ideia de estado moderno e o aparecimento de entidades como ONU (1945) e NATO (1949), ou seja países trabalhando em conjunto e principalmente na sua mútua defesa.

Não obstante esse novo cenário, Portugal é convidado a fazer parte dessas Instituições Internacionais. Apesar de se apresentar como regime autoritário: *“Portugal foi facilmente*

integrado no novo sistema internacional e o veto soviético à presença portuguesa na Organização das Nações Unidas foi largamente compensado pela participação de Portugal no Plano Marshall e pelo convite para ser membro fundador na Organização do tratado do Atlântico Norte” segundo Rodrigues in Jerónimo, M. (2014, P.57).

A estratégia de Salazar, era de utilizar o contexto da Guerra Fria e, a aversão ao comunismo, para assim ganhar o apoio dos integrantes desse organismo internacional. Segundo Pedro Aires Oliveira (2009, p. 61) os responsáveis portugueses utilizavam estas justificativas para reclamar uma maior solidariedade para o seu combate em África.

Um fator agora de cariz económico, também de grande importância, que explica em parte o porque de certas potências terem tolerado a permanência do regime colonial português, foi, segundo Adriano de Freixo (2007), o facto de Portugal estar *“económica e tecnicamente incapacitado para aproveitar plenamente, e de forma lucrativa, os imensos recursos existentes em suas colónias-fez com que estas se tornassem áreas de especial interesse para o capital internacional”*.

Quem também ressalta a importância desse fato, foi Elisa Silva Andrade (1996, p.239), que nos diz que *“ as autoridades coloniais portuguesas quiseram, assim, associar os outros países capitalistas desenvolvidos, na defesa dos seus territórios do Ultramar, mesmo se para tal, tivessem que abdicar de uma parte da sua soberania sobre esses territórios”*.

Mas uma vez dentro da ONU, com o decorrer dos tempos e à medida que foram entrando novos países, que tinham bem viva em sua memória, as consequências de estarem sob o manto colonial, rapidamente voltam sua atenção ao caso português.

Segundo Pedro Aires Oliveira (2007, p.177), foi aquando da entrada de Portugal na Organização das Nações Unidas, em Dezembro de 1955, que o regime de Salazar começou a sofrer ataques com maior frequência. *“ Se até então a política colonial do Estado Novo conseguira passar relativamente despercebida nos principais fóruns internacionais, a partir de então ela converter-se-ia num dos alvos mais apetecíveis dos críticos do colonialismo na ONU, remetendo Portugal para uma posição crispada e defensiva”*.

Nas palavras de António Costa Pinto (2001, p.20), a ONU registrou um grande aumento no numero de jovens países africanos dentro do organismo internacional, *“ em 1960, com 17 novos membros deste continente e, dois anos mais tarde, detinham já, com a Ásia, a maioria*

dos votos na organização, constituindo rapidamente o bloco “afro-asiático”, tão estigmatizado pela imprensa do Estado Novo durante os anos da guerra colonial”.

Com os primeiros sinais de problemas para política colonial portuguesa, a eleição do novo presidente norte-americano, John Fitzgerald Kennedy, em 1960, não ajudou em nada a causa portuguesa. Pelo contrário, Kennedy colocou-se a favor da libertação de todos os territórios dependentes.

Tanto que, em 1961, o novo embaixador americano em Lisboa, Charles Burke Elbrick, recebeu instruções para encontrar-se com Oliveira Salazar e comunicar-lhe a nova postura adotada para a problemática colonial, segundo Rodrigues, L. In Jerónimo, M (2014, p.60), *“Os norte-americanos estavam preocupados com a “deterioração” da posição portuguesa em África e na Organização das Nações Unidas, onde as recém-independentes nações africanas tinham agora um peso significativo na Assembleia Geral”*. Para o autor, apesar de toda essa clivagem nas relações luso-americanas até 1962, novos acontecimentos dentro do contexto da Guerra Fria que estavam para acontecer, iriam alterar de novo a forma como se relacionariam a partir de então. E, com isso a importância da base das Lajes nos Açores seria cada vez maior.

A famosa crise dos mísseis de Cuba, viria realçar a necessidade estratégica dos Açores para auxiliar no trabalho de contenção e reação aos soviéticos, *“ durante a crise dos mísseis de Cuba, os Açores foram essenciais para a vigilância da atividade submarina dos soviéticos em território cubano”*, Rodrigues, L. In Jerónimo, M. (2014, p.63).

Depois desse episódio, nota-se claramente uma diminuição da tensão entre Estados Unidos e Portugal. Com a necessidade de assegurar a sua posição nos Açores, temos agora uma nova postura dos Estados Unidos, mais tolerante com as políticas colonialistas e até relutante em votar contra Portugal no seio nas Nações Unidas. *“ Segundo a visão dos governantes portugueses, a postura intransigente do governo português durante o episódio dos mísseis de Cuba teria sido um factor decisivo no evoluir das relações luso-americanas durante a presidência de John F. Kennedy”*, Rodrigues, L. In Jerónimo, M. (2014, p.63).

Os Estados Unidos a partir desse momento, fizeram tudo para não porem em risco a manutenção das bases dos Açores. Deixou de haver aquelas declarações públicas com respeito as políticas coloniais portuguesas e, até mesmo no que diz respeito ao armamento negociado entre Portugal e os Estados Unidos, passou a ser menos restritivo.

Como nos diz Luís Nuno Rodrigues, “ os Estados Unidos que, como vimos, em 1961 haviam proibido a venda a Portugal de armas que pudessem ser transportadas e utilizadas nos territórios africanos, começam a ser menos rigorosos no controlo que fazem desta situação.”

O autor também realça a mudança no comportamento dos Estados Unidos dentro da ONU, “A política seguida desde Março de 1961 inverteu-se totalmente a partir de Agosto de 1962. No comité de descolonização das Nações Unidas, os Estados Unidos votaram contra duas resoluções relativas aos territórios portugueses (Moçambique e Angola) em Agosto e Setembro de 1962.”

No caso de Angola, em Abril de 1963, sua resolução seria apresentada na Assembleia Geral, mas seria recusada novamente e, nem mesmo a resolução do chamado Comité dos 24, iria fazer com que os Estados Unidos alterassem sua posição. Isso repetiu-se no Conselho de Segurança em Julho desse ano, segundo Rodrigues, L. (2014).

No que tange a área financeira, o autor faz referência a diversas contribuições económicas dos Estados Unidos ao longo de 1962, com empréstimos a volta dos 55 milhões de dólares, mais 12 milhões destinados aos juros de capital, provenientes do Banco americano Export-Import. E, Portugal com um prazo de 20 anos para saldar essa dívida.

Não foi somente com os Estados Unidos, que Portugal manteve durante esse período, um jogo de aparências que estavam sujeitas a repentinas alterações, dependendo do modo como Salazar conduzisse a questão colonial.

A Inglaterra, depois do final da Segunda Guerra Mundial e principalmente depois de ultrapassar um rápido processo de libertação das suas colónias, encontrava-se agora numa posição diferente de Portugal.

De acordo com Pedro Aires Oliveira (2014, p.84), havia certos acontecimentos que ainda estavam presentes na memória dos portugueses, como o elevado preço exigido por Londres no período das guerras napoleónicas, a pressão exercida sobre Portugal para extinção do seu tráfico de escravos em suas colónias e o mais notório, sem dúvida, foi o Ultimato de 1890 do Lorde Salisbury.

Com a saída de Winston Churchill da cena política em Londres e, a entrada do novo governo, Oliveira P. In Jerónimo e Pinto (2014, p.86) “Salazar registou com agrado os sinais

que apontavam para uma continuidade básica da política externa da Grã-Bretanha sob a liderança de Atlee, assim como pela intransigente posição anticomunista que distinguiu a posição trabalhista nos alvares da Guerra Fria”.

Ainda segundo o autor, mais uma vez, era a ONU, o palco onde eram discutidas todas essas questões, com relação ao colonialismo português. E, era lá que Portugal queria ver materializado as parcerias com os Estados Unidos e a Inglaterra. Apesar do Reino Unido ser geralmente compreensivo com a sua recusa em acatar aos pedidos com relação as suas Províncias Ultramarinas. Não somente neste aspeto, “ *e por razões que tinham muito a ver com os seus ainda significativos compromissos coloniais em África, a delegação do Reino Unido foi instruída para se abster em várias soluções que visavam diretamente Portugal*”.

O autor, também nos diz que a Grã-Bretanha, representada por sua delegação, optou por abster-se numa votação com o intuito de exigir de Portugal uma solução rápida para sua política colonial. A Grã-Bretanha também não se encontrava em um situação onde pudesse agir como bem entendesse, como nos mostra o autor, ela tinha de agir como muita cautela, para não perder de vista outros objetivos, claramente não queria estar na linha de frente em ações que poderiam isolar Portugal dentro na NATO.

Mas também não tinha nada a ganhar se optasse por fazer frente aos Estados Unidos, na defesa dos interesses coloniais portugueses, pelo contrário. Em 1956, naquela que ficou conhecida como a Crise de Suez, onde a Inglaterra, França e Israel levaram uma ofensiva militar contra o Egito de Nasser, ficou claro, principalmente depois que os Estados Unidos e a União Soviética manifestaram-se contra essa ofensiva, que a Grã-Bretanha não tinha qualquer intenção de fazer frente as duas super potências.

Uma relação que Harold Macmillan (1957), se apresentando como Primeiro-ministro de Inglaterra, também faz questão de preservar, tendo em conta os interesses estratégicos do país. A Inglaterra não poderia dar-se ao luxo de se indispor com os Estados Unidos, visto a dependência tecnológica que tinha dos americanos, a aquisição do sistema Polaris para sua frota de submarinos se revelava de grande importância, Oliveira (2011, p.21).

Macmillan rapidamente se apercebe do problema que seria, se a Grã-Bretanha mantivesse sua política colonial e, devido aos recentes incidentes como o “*massacre de Hola Camp*” no Quênia, conspirações tendo como alvos, colonos europeus em Niassalândia, este opta assim por dar início ao processo de descolonização.

A Inglaterra queria apresentar-se ao novo mundo como um país moderno e defensor dos Direitos Humanos. Por isso, queriam estar na linha de frente no processo de descolonização, com receio que os franceses ou os belgas, ficassem com todos os créditos e, por recearem serem classificados juntamente com os portugueses, como entraves á mudança, segundo Ovendale (1995, p.445).

Tendo em conta todo esse cenário, não era de se estranhar o fato da Inglaterra ter-se absterido na votação de resoluções que afetariam diretamente a política colonial portuguesa. Segundo Pedro Aires Oliveira (2011, p.21), isso era *“uma atitude que demonstrava bem a importância que Londres atribuía à necessidade de conservar algum crédito junto do cada vez mais influente bloco afro-asiático”*.

O governo de Harold Macmillan, estava totalmente condicionado, entre sua parceria com os Estados Unidos, o objetivo de apresentar ao mundo uma imagem de país moderno e estar na linha de frente com o processo de descolonização. Além de querer preservar suas relações com os integrantes da Commonwealth.

É interessante notar que, aquando da mudança de comportamento dos Estados Unidos com Portugal, isso entre finais de 1961 e início de 1962, claramente também, devido a condicionante “Açores”, a Grã-Bretanha também moderava sua atitude perante os portuguêsese, Oliveira (2011, p.21).

Em relação à França e à sua relação com Portugal no período de resistência à descolonização, é interessante repararmos que, apesar de De Gaulle ter conduzido sua política descolonizadora de forma rápida e eficiente, poderíamos esperar que este país viesse a exigir o mesmo ao governo de Salazar, como refere Fonseca e Marcos in Jerónimo e Costa (2014, p.119).

A ação descolonizadora da França perante suas colónias, permitiu-lhe usufruir de um certo reconhecimento por parte dos Estados africanos e, Salazar conseguiu aproveitar do estatuto do governo francês para que este passasse a intermediar sua relação com os estados africanos.

Para este autor o apoio francês a Portugal, não foi desprovido de segundas intenções, ou seja, De Gaulle tinha objetivos a alcançar ao defender no seio da ONU a posição portuguesa e apoiar militarmente o exército português. Nomeadamente, França pretendia demarcar sua posição face as potências internacionais e afirmar seu papel tanto na Europa como em África.

Considera ainda que a ajuda militar vinha desde 1958, enquanto a defesa dos interesses de Portugal na ONU por parte da França começaram após o início da guerra colonial em 1961. Essa cooperação entre portugueses e franceses atingiu seu auge entre 1964-65 e mesmo apesar de terem diminuído até 1974, elas nunca cessaram. Não nos podemos também esquecer o contributo da República Federal da Alemanha para com o governo de Salazar, uma ajuda de extrema importância no campo militar, que se inicia com a entrada da RFA à NATO, em 1955.

Fonseca e Marcos in Jerónimo e Costa (2014, p.126) referem que as relações entre Portugal e a RFA, “ *tinham um carácter de equivalência, isto é, a cedência de meios militares e de tecnologias por parte da RFA era vista puramente como contrapartida às concessões portuguesas para as autoridades militares da Alemanha Federal*” Os autores consideram que, com o despoletar das guerras no ultramar português, essa relação complicou-se principalmente para o lado alemão, isto porque, a RFA queria ganhar mais influência junto dos estados africanos, para tentar contrabalançar a vizinha RDA. Mas, ao mesmo tempo manteve sua relação com Portugal, evitando criticar o estado português, um cenário que continuava a favorecer Portugal.

De acordo com Pedro Aires Oliveira (2015, p.65) o ano de 1973 não foi de forma alguma benéfica ao governo de Marcelo Caetano. O choque petrolífero que atingiu Portugal, devido a cedência da base das Lajes aos americanos, no âmbito da Guerra de Yom Kippur, em 1973. Fez com que o governo de Lisboa, ficasse exposto a retaliações de países árabes, em um momento que Portugal dependia e muito desse recurso, quase 75%.

De acordo com Thiago Carvalho (2012), a conjuntura internacional “ *que emergiu após a II Guerra Mundial alterou a correlação de forças do sistema de alianças, obrigando a diplomacia portuguesa e a brasileira a reajustarem as respectivas políticas externas.*” Para este autor, a distensão da ordem bipolar permitiu ao Brasil implementar uma política externa mais autónoma e flexível. Com isso, o governo brasileiro decidiu priorizar suas relações com o continente africano, o que por sua vez, tornava a defesa do ultramar português, algo inconciliável.

Foi neste mesmo ano que o Brasil também não conseguiu permanecer por mais tempo em cima do muro. Através do Itamaraty em 27 de Março de 1974, destacou seu apoio às legítimas aspirações anticolonialistas, verificadas nos territórios ultramarinos portugueses, Rosas, Machaqueiro e Oliveira (2015, p.66).

Ao nível interno, tivemos muitos fatores que precipitaram os acontecimentos do 25 de Abril e acordo com Luís Moita (1985, p.17), “ *nos primeiros anos da década de 70 se foi generalizando a oposição à política colonial do regime, mercê da confluência daquilo a que, porventura grosseiramente, poderíamos designar por consciência civil e consciência militar.*”

Dentro da sociedade civil portuguesa, já se começava a sentir a indignação de certas alas da sociedade, a chamada oposição democrática, que ia demonstrando seu desagrado, dentro da estreita margem de manobra permitida pela ditadura. O movimento estudantil se encontrava nas primeiras filas, também manifestando sua revolta, segundo Moita (1985, p.17). O autor ainda menciona, “ *os sectores cristãos progressistas distinguiram-se em ações corajosas na denúncia dos crimes praticados e na afirmação do direito dos povos à independência; os núcleos dos exilados tinham maior margem de manobra, incluindo a possibilidade de contactos directos com os próprios movimentos de libertação das colónias.*”

Era todo um movimento que se começava a sentir dentro e fora de Portugal, uma tomada de consciência que emanava até mesmo do próprio centro das forças armadas portuguesas. Nas palavras de Luís Moita (1985, p.17), “ *A firmeza destas manifestações vinha a par da crescente hesitação quanto à política colonial por parte de sectores influentes, afectos ao regime ou situados na sua franja, sectores predominantemente tecnocráticos, desenvolvimentistas, europeístas, de tendência liberalizadora, para os quais eram incompatíveis, o esforço de guerra e as necessidades do desenvolvimento, a política colonial e a modernização da sociedade*”.

Aliado a esses fatores, tínhamos na altura, registado o avanço da guerrilha nos territórios da Guiné e Moçambique, o que aumentava ainda mais a fadiga entre os militares, que não sentiam essa vontade por parte de Lisboa para resolver rapidamente esta situação.

Era na Guiné, que se fazia sentir por parte dos militares sua desmoralização e fadiga. Era lá que esse sentimento se encontrava mais generalizado e era exprimido mais abertamente, segundo John Wollacott (1983, p.1131). De acordo com o autor, “ *Os oficiais, tanto os do quadro permanente, como os do quadro complementar, começaram, pois, a reunir-se...para discutir as suas condições e situações pessoais, as perspectivas da guerra, as razões da luta, os objetivos do PAIGC, e as necessidades dos povos guineense e português*”.

Outro fator de grande importância, para o despoletar dos acontecimentos, nesse caso, o acelerar dos acontecimentos que conduziram ao 25 de Abril, foi sem dúvida, o lançamento do livro de Spínola, “Portugal e o Futuro”, em 22 de Fevereiro de 1974. Um livro que segundo Richard A. H. Robinson, veio quebrar o silêncio oficial quanto a questão das guerras no ultramar, que transforma o descontentamento militar em descontentamento político, segundo Robinson, R. In Stewart e Pinto (2003, p.5).

Spínola apesar de todo o combate que deu ao PAIGC, na Guiné, foi chamado de volta por Marcelo Caetano, mas ele já vinha com sua ideia estabelecida. A solução daquele conflito não passava pelo campo da guerra, mas sim, pelo campo político. Suas ideias são plasmadas no livro, “*Portugal e o Futuro*”, ou seja, Spínola tornou-se no representante máximo, de todo sentimento negativo que se fazia sentir quanto ao desgaste consequente dessa longa batalha.

Spínola (1974, p.47), vem pôr a nu as fragilidades pelas quais Portugal estava passando e, tenta demonstrar que esse ciclo iria sugar todo capital português, tanto humano como monetário. De acordo Spínola, esta guerra estava reduzindo o capital financeiro de Portugal e que, a longo prazo, isso não seria sustentável, pondo em risco as reservas do país. Está situação punha o exercito português numa posição de desvantagem face a um inimigo que estava cada vês mais bem equipado para complicar ainda mais o cenário na Guiné.

No que dizia respeito ao capital humano, para Spínola (1974) “ *a nossa capacidade de mobilização ronda os limites, encontrando-se os quadros permanentes das Forças Armadas em crescente desequilíbrio, pois o seu prematuro envelhecimento físico e psicológico não é de forma alguma compensado pela natural renovação.*”

Segundo Woollacott (1983, p.1131) dentro das forças armadas, havia duas correntes de dissidência, uma era de origem spinolista e outra, procedente do Movimento dos Capitães, todas com origem na Guiné. O 25 de Abril representou a junção dessas duas correntes e, tudo devido a necessidade de impor uma solução política e não militar para a situação no Ultramar.

Adriano de Freixo (2007), nos diz que, a ação lavada a cabo pelas altas patentes do exército português, foi de tal modo eficaz e surpreendente, que até mesmo os observadores internacionais mais atentos não puderam prever tal cenário, fazendo com que os olhos do mundo voltassem para o pequeno país ibérico.

Spínola (1974, p.148) defendia no seu livro que os territórios ultramarinos seriam completamente livres quando, “ *puderem dar expressão às suas instituições tradicionais, fazendo-as evoluir dentro de um contexto português; quando puderem, de facto, votar as leis aplicáveis às suas comunidades; quando puderem eleger sem restrições os seus representantes*”.

Ou seja, logo essa suposta mudança que se fazia sentir no meio dos partidos que lutavam pela independência, não seria algo tão simples assim. Mas isso não iria fazer com que eles se contentassem com nada que não fosse sua liberdade, sem condições e sem mais demoras, ou a guerra continuaria.

De fato, Spínola (1974) não defendia a imediata libertação dos povos sob o jugo português e, podemos notar isso bem assente no seu livro, dizendo que, a resolução do problema ultramarino não passava pelo simples abandono dessa gente, que ficaria assim mais ameaçados pelos interesses de outras potências. “ *Não podemos abandonar quantos, africanos e europeus, construíram no Ultramar as suas vidas, alimentando todas as suas esperanças à sombra da Bandeira Portuguesa.*”

Para o general, a solução de todo esse problema estava na construção de um suposto sentimento que unisse os diversos grupos humanos que constituíam a nação portuguesa. Isso bastaria para que esses grupos não mais quisessem abandonar a metrópole e, que optassem conscientemente para permanecer unidos a Portugal, fazendo com que a comunidade internacional também aceitasse.

Com explica Norrie Macqueen (1998, p.114), “ *Existia, no entanto, um enorme abismo entre a teoria de Spínola e a realidade africana. Nem o PAIGC, nem a FRELIMO, tinham a ganhar fosse o que fosse se pusessem fim às suas operações militares. Pelo contrário, fazê-lo seria agir diretamente contra os seus interesses políticos.*”

Da mesma forma que os movimentos anticoloniais elevaram sua expectativa com o 25 de Abril, nomeadamente para o término dessa guerra, essa mesma expectativa também abateu-se sobre os militares que combatiam no espaço ultramarino. Para Macqueen (1998) “*Quaisquer que fossem as intenções dos dirigentes revolucionários em Lisboa, para os militares, nas colónias, o principal objectivo devia ser acabar com as guerras e não, simplesmente, redefinir o seu objectivo.*”

De fato, os acontecimentos posteriores ao 25 de Abril não seguiram exatamente do modo que Spínola pretendia, ultrapassando os propósitos iniciais estabelecidos por ele mesmo. Teve de proibir a participação de militares do MFA nas negociações da Guiné e, a *“contragosto, teve de homologar as posições defendidas e propostas pelo PAIGC em todo o processo negocial que conduziu ao reconhecimento do Estado da Guiné-Bissau e à independência de Cabo Verde”* Pereira (2003, p.237).

Quando se tem notícia de uma possível revolução em Portugal, que prometia uma resolução política do problema ultramarino, os movimentos anticoloniais começaram a desconfiar das boas intenções vindas de Lisboa. Tanto o PAIGC na Guiné, a MPLA e FNLA em Angola e a FRELINO de Moçambique, que não queriam estar sob o manto português, decidiram pela continuação da luta armada no Ultramar.

De acordo com João Paulo Guerra (1996, p.60), o 25 de Abril não conseguiu por si só, resolver os problemas no ultramar, a guerra em Angola, Guiné e Moçambique, foram provas disso. Por exemplo, a UNITA após o 25 de Abril, mais especificamente no dia 26, rompeu as tréguas que havia estabelecido com as tropas coloniais. Houve também reações da FNLA em Kinshasa. No dia 27, a FRELIMO fez saber que só haveria paz com o reconhecimento do direito a independência e, o PAIGC também se manifesta dizendo que o fim da guerra na Guiné dependia desse mesmo reconhecimento por parte da metrópole, tanto para a própria Guiné, como para Cabo Verde.

Neste capítulo, observamos como Portugal agiu perante um cenário nacional e internacional cada vez mais hostil à ideia de colónia. Mesmo apesar de toda essa pressão dentro da ONU, o governo de Salazar perdeu mas também soube manter aliados, como os Estados Unidos. Aproveitando-se da base das lajes e da sua crescente importância em períodos de guerra, Portugal garantiu o aliado mais forte da Guerra Fria. Mas todos estes eventos culminam com o 25 de Abril, isto porque, a nível interno o regime não sobreviveu ao crescente desgaste que a guerra colonial causava, materializado no livro de Spínola.

III – Capítulo

3. - Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Neste capítulo, falarei sobre a origem do PAIGC, seu percurso, o caminho traçado para sua independência, as razões que conduziram este movimento anticolonial ao recurso as armas, bem como sua personalidade de maior destaque, Amílcar Cabral.

Começo inevitavelmente neste caso específico de análise do PAIGC pelo seu expoente máximo, Amílcar Cabral, que depois de ter completado seus estudos no Instituto Superior de Agronomia (1950), em Portugal, volta para Bissau a fim de exercer sua profissão e ajudar seu povo, que padecia de vários males.

De acordo com Oscar Oramas (1998), desde sua chegada e devido as diversas atividades em que estava envolvido Amílcar Cabral, rapidamente desperta a atenção das autoridades coloniais. Depois de uma tentativa de criar em Bissau uma Associação Desportiva, que englobasse todos sem discriminação, Cabral tem seu primeiro confronto com o Governador. Nas palavras do autor, o Governador de Bissau, Oramas (1998, p.41) “ *o adverte que não deve criar problemas ao Império, proibindo-o de permanecer em Bissau por temporadas prolongadas, e não mais de uma vez por ano*”. E isso serve para Cabral se aperceber das dificuldades que se advinham perante sua vontade de ajudar seu povo.

Cabral não é o primeiro a criar um movimento anticolonialista em Bissau, aquando da sua estadia, ele tem conhecimento do MING (Movimento para a Independência da Guiné), “*dirigido por Rafael Barbosa e constituído por intelectuais e assalariados, que fora criado em 1955, ao qual se une*”, Oramas (1998). Depois de verem suas primeiras tentativas, neutralizados pela PIDE, Cabral apercebe-se da ineficácia do MING e opta por se desligar dela, mas não do objetivo. A necessidade de uma organização mais forte e com capacidade para agir a nível nacional e internacional torna-se primordial.

Ele seguiu na sua busca de obter um maior conhecimento sobre a realidade do país. Ao mesmo tempo estabelecendo contato com pessoas que o pudessem vir a ajudar na criação do PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde). Um partido que seria constituído por guineenses e cabo-verdianos.

O fato de ter essa ambição, ou seja, um partido com capacidade para representar não um, mas 2 países, demonstrava claramente a grande visão unificadora que ele possuía com relação aos africanos. Essa união entre cabo-verdianos e guineenses não era vista do mesmo modo por Portugal. De acordo com António Tomás (2008, p.132), essa unidade poderia ser exatamente o que os destruiria e, assim começou a PIDE a fazer esforços para demonstrar que tal unidade não existia de facto.

Segundo Elisa Andrade (1996, p.243) “ *a decisão de travar uma luta conjunta tinha o seu fundamento na história comum desses dois países. Cabo Verde foi essencialmente povoado por escravos ou negros livres vindos sobretudo da Guiné-Bissau. Desde 1466 este país tinha ficado ligado a Cabo Verde por intermédio do comércio e do tráfico de escravos. Em 1550, as autoridades coloniais portuguesas nomearam, pela primeira vez, um Capitão Geral para as ilhas, ficando esses dois territórios submetidos à mesma administração, até finais do século XIX*”.

Para a autora, a forma como Cabral foi recebido, após o término dos seus estudos, em Bissau, junto dos guineenses, fez com que ele sentisse a necessidade de estabelecer uma luta conjunta para libertação desses dois territórios. A fundação desse partido encontrou no princípio de “unidade e luta” pelos dois países, uma grande fonte de força e coesão.

Elisa Andrade (1996) também destaca os desenvolvimentos a nível internacional que estavam acontecendo, como a vaga de libertação nacional em África, com vitórias no Egito em 1952, Bandung em 1955, Sudão, Marrocos e Tunísia em 1956. Também os acontecimentos que tiveram lugar no exterior e que foram também marcantes, como a Revolução de Outubro, a revolução Chinesa e sua nova forma de posicionamento perante esse novo cenário internacional.

De acordo com Leila Leite Hernandez (2002, p.151), a Conferência Afro-Asiática de Bandung, serviu para eleger e “*proclamar como metas básicas; as lutas contra o colonialismo pela consolidação das independências recém-conquistadas, assim como pela garantia do máximo de unidade à luta de libertação*”.

Cabral desde dos tempos de estudante já se mostrava preocupado e engajado em diversas atividades para uma “ *reafricanização dos espíritos*”, segundo Elisa Andrade. Depois do término dos seus estudos, voltou a Guiné com o intuito de ajudar seu povo a livrar-se do tormento colonial.

De acordo com Julião Soares Sousa (2012, p.135), durante o tempo de formação em Portugal, “ *para além da integração e envolvimento direto na luta antifascista e da interiorização da experiência das lutas clandestinas, as leituras contribuíram também (e muito) para formação política e ideológica de Amílcar Cabral.*” O autor chega mesmo a mencionar alguns livros, como o de Harold J.Laski, socialista e distinto professor da Ciências Políticas nos anos 40 e, outro do filósofo alemão Friedrich Engels e do escritor russo, Fiodor Dostoievski.

Sousa (2012) menciona ainda, o contacto direto que Amílcar Cabral, teve com os movimentos de esquerda e, que isso deverá ter alargado ainda mais seu leque de opções com relação a leitura. Outro elemento de grande importância, terá sido a chegada de outros africanos provenientes de outros países de África, como Marcelino dos Santos e Agostinho Neto, Mário de Andrade e Eduardo Mondlane, que só ficaria alguns meses, para depois seguir viagem para os Estados Unidos.

Segundo Julião Sousa Soares (2012, p.142), com a chegada desses jovens, que resultou em um ativo grupo, em termos culturais e políticos. Influenciados pelos acontecimentos mundiais, suas atividades logo ganharam “ *outra dinâmica e vitalidade cruciais no arranque de um novo ciclo, marcado por um gradual afastamento, por parte dos africanos, da luta comum ao lado da esquerda portuguesa e a opção pela luta anticolonial.*”

O PAIGC é criado a 19 de Setembro de 1956, na Guiné, em uma das visitas permitidas pelo Governador. Amílcar Cabral aproveita a oportunidade juntamente com seus camaradas para lançar o partido, e tinham como missão despertar o povo guineense e cabo-verdiano para a necessidade de serem eles a conduzirem suas vidas.

A data de 19 de Setembro de 1956 tinha sido escolhida por eles, Amílcar, Luís Cabral e o Aristides, em Conakry. Tudo para acalmar o então presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor, que os via com alguma desconfiança, pensando que eles pudessem ser algum ramo do PAI de Senegal. A ideia do “GC” foi apresentada pelo Luís Cabral, exatamente para os diferenciar, segundo José Vicente Lopes (2012, p.95).

Para Soares, somente em Junho de 1960, é que Amílcar Cabral, começou a assumir o papel de coordenador dos movimentos de libertação da Guiné e Cabo Verde existentes nos países vizinhos. E, é também nesta altura que começavam a ser distribuídas os primeiros materiais de propaganda.

Segundo Lopes (2012, p.227), Amílcar Cabral, desde cedo procurou realçar a importância depositada na unidade entre Guiné e Cabo Verde, falando dos elementos históricos e culturais entre esses povos. Uma posição que não era partilhada por todos, havendo quem defendesse que a Guiné tinha mais em comum com o Senegal e a Guiné-Conakry do que com Cabo Verde.

Nas palavras de Luís Cabral (1984, p.41), ao fazer o relato do que Cabral dizia para demonstrar ainda mais essa unidade, estava o facto de ambos os territórios estarem ainda submetidos a dominação da mesma potência colonialista e que, se não fossem capazes de efetuar essa união, corriam um sério risco de os portugueses utilizarem guineenses para enfrentarem cabo-verdianos, ou o contrário.

A primeira fase de ação do PAIGC na Guiné foi mais clandestina. Para não atrair a atenção dos colonos, tentando sempre trazer mais pessoas para o partido e volvidos 3 anos, eles agora tiveram um choque com a natureza tirânica do regime português. Naquele que ficou conhecido como o Massacre de Pidjiguiti, em que “*cinquenta trabalhadores africanos que participavam num movimento grevista, a 3 de Agosto de 1959, foram massacrados à queima-roupa no pequeno cais de Pidjiguiti*”, Andrade (1996, p.243).

De acordo com Amílcar Cabral (1984, p.5), a luta de libertação nacional poderia revestir diversas formas, dependendo das circunstâncias. “*No nosso caso concreto, esgotámos todos os meios pacíficos ao nosso alcance para levar os colonialistas portugueses a uma modificação radical da sua política no sentido da libertação e do progresso do nosso povo. Só encontramos repressão e crimes. Decidimos então pegar em armas para nos batermos contra a tentativa de genocídio do nosso povo, decidido a ser livre e senhor do seu próprio destino.*”

Nas palavras de Aristides Pereira, num discurso proferido em 1975 “*foi analisando serena e objetivamente esse acontecimento maior da nossa história que o nosso Partido decidiu optar pela única via que podia de facto conduzir à libertação nacional*”². Ou seja, o partido pode observar com a ação de Portugal, que a luta armada era a única solução possível, se quisessem alcançar seus objetivos.

² Mensagem proferida pelo Secretário-Geral do Partido, camarada Aristides Pereira, por ocasião do 16 aniversário do Massacre de Pidjiguiti, 3 de Agosto de 1975.

De acordo com Dalila Cabrita Mateus (2004, p.231), a propaganda do PAIGC surge na Guiné só em 1962, mas já com problemas causados pela PIDE, que logo começa a mover esforços para captura de pessoas ligadas ao partido e a confiscar bens que seriam utilizados na disseminação das ideias de libertação. Nas palavras da autora, “ *em Junho, são detidos vários elementos do PAIGC, alguns dos quais tinham frequentado cursos de preparação militar em países do Leste. São apreendidos documentos, armas e munições*”. Da mesma forma que aumentava o sentimento nacionalista, também aumentava a repressão exercida pelas forças coloniais. Quanto ao preparo para guerra, (2004, p.271) “ *a organização militar do PAIGC nasceu em 1964 com a criação das Forças Armadas Revolucionárias Populares (FARP), que englobavam o Exército Popular (constituído por grupos móveis com base na secção, compreendendo de 120 a 150 homens), a Guerrilha Popular e a Milícia Popular.*”

3.1. A luta armada no território da Guiné

Neste capítulo, iremos analisar os contornos da luta armada em território guineense. A forma como o governo português conduziu essa guerra, principalmente com a chegada de Spínola. Ao mesmo tempo, falaremos do modo como o PAIGC liderado por Amílcar Cabral, conseguiu através de suas táticas e ajudas recebidas, controlar grande parte desse território.

A Guiné situa-se na costa ocidental de África, entre o Senegal a norte e a República da Guiné-Conacri a sul, com a superfície de 36 125 km². Descontando a vasta área que é periodicamente coberta pelas marés, que se encontra revestida por mangais e tarrafo, a área emersa é de cerca de 28 000 km².

O território inclui um cordão de ilhas: Geta, Pecixe, Bissau, Bolama, Como e o arquipélago dos Bijagós. As fronteiras com os países vizinhos são convencionais, sem obstáculos naturais e resultam da Convenção Luso-Francesa de 1905. Só entre 1929 e 1933 foram efetuadas as delimitações, com a colocação dos marcos fronteiriços, facto que facilitou, durante o período da guerra, o trânsito entre os países vizinhos e o interior do território, tanto dos guerrilheiros do PAIGC como dos seus apoios, Cervelló, J. In Ancieto e Gomes (2005, p.88).

O grande palco de ação do PAIGC foi sem dúvida a Guiné, era onde haviam reunidas todas as condições para o embate militar pela qual estavam a prepara-se. Apesar do PAIGC

defender a independência da Guiné e Cabo Verde, o arquipélago apresentava inúmeras desvantagens, que serão abordadas mais a frente.

De acordo com António E. Duarte Silva (1997, p.338), o PAIGC tentou por meios pacíficos por fim ao colonialismo português. Ao mesmo tempo que se preparava para o pior dos cenários, que era a luta em si. Amílcar apostara na diplomacia, para uma maior sensibilização da comunidade internacional. O autor enumera o que considera ser os momentos decisivos nesta fase, “ *o Manifesto do MAC, a realização da Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, a Proclamação da ação direta, a Nota aberta ao Governo português, a fundamentação jurídica da luta armada apresentada por Cabral na ONU e na II Conferência de Juristas Afro-Asiáticos, realizada em Conakry de 15 a 22 de Outubro de 1962, e o começo da luta armada em Janeiro de 1963.*”

O PAIGC opta por uma guerra de guerrilha contra as forças armadas portuguesas. Eles não tinham a intenção de um combate nos moldes tradicionais, em que dois exércitos combatiam em campo aberto, até que um fosse vencido. Esse tipo de guerra só iria favorecer Portugal, pela experiência e capacidade militar, mas graças a densidade florestal da Guiné e ao conhecimento desse território por parte dos combatentes da liberdade, esse seria seu maior trunfo, afim de conseguirem prolongar esse conflito o máximo possível. Digo isso porque, Amílcar Cabral e seus companheiros não pretendiam derrotar militarmente Portugal, eles queriam sim a saída das tropas portuguesas dos territórios guineense e cabo-verdiano. Logo, uma guerra de longa duração seria extremamente custosa para os portugueses, sendo que eles estavam engajados em outras batalhas.

De acordo com John P. Cann (1998, p.105) as Forças Armadas portuguesas estavam bem instruídas nos princípios da contrainsurreição, encontravam-se conscientes de que as tropas não estavam a combater uma guerra convencional clássica e sabiam que as forças necessitavam de ser alteradas e adaptadas para executar essa tarefa. Ainda nas palavras do autor, “ *para cumprirem os requisitos de contra-insurreição, quase todas as unidades, qualquer que fosse sua designação e objetivo inicial, foram eficazmente transformadas em companhias de infantaria ligeira e atuavam como tal.*”

Portugal como já tinha assinalado nos capítulos anteriores, estava sobre muita pressão internacional. Estava a combater em três territórios diferentes, Angola, Guiné e Moçambique. Estes encontravam-se bem longe de Portugal, segundo Cann (1998, p. 20) e com distâncias

consideráveis entre si, a Guiné a 3.400 quilómetros a sul de Lisboa, Angola a mais de 4.000 quilómetros a sul de Bissau, e Moçambique a mais de 3.000 quilómetros a sudeste de Luanda.

De acordo com John P. Cann (1998), “ *apesar do estado de atraso da economia portuguesa, dos enormes desafios geográficos e de forças armadas sem preparação, Portugal sentia-se confiante em que conseguiria concluir a tarefa facilmente e ultrapassaria estes problemas.* Essa confiança, era oriunda da longa experiência em África. Fazendo com que Portugal desenvolvesse seu próprio estilo de campanha de contrainsurreição.

Já para Basil Davidson (1993, p.172), Portugal estava utilizando 45% do seu capital nacional para financiar essa guerra. E que, somente com o contínuo financiamento económico e militar de seus aliados internacionais, é que foi possível para os portugueses seguirem em frente naquela batalha.

Sem esquecer o compromisso de António Salazar pelas suas colónias e tudo que elas representavam para Portugal, como um país pequeno no cenário mundial, ao lado de grandes potências. Salazar depositava na sua política colonial uma grande esperança para contrariar esse pensamento.

Os portugueses nunca tiveram vida fácil na Guiné, desde a sua chegada, até o início do processo de colonização. Os guineenses nunca quiseram aceitar o manto colonial e resistiram de todas as formas possíveis.

Nas palavras de Aristides Pereira (2003, p.25), “ *A tenacidade da resistência guineense foi tal que, no galgar do século XIX para o XX, o Governo colonial de Lisboa teve de contar com importantes reforços em homens e materiais para fazer face à resistência heroica dos Guineenses à colonização*”. Ainda segundo o autor, a partir da segunda metade do século XIX, além do abandono extremo a que a colónia foi votada, um estado que chegava a ser deplorável quando comparado com as outras colónias portuguesas de África, “ *O ambiente permanentemente belicoso gerado, nos primeiros três séculos de presença portuguesa, pela posse de escravos, pelas guerras de colonização, associado ainda ao facto de até essa altura a Guiné se encontrar, do ponto de vista administrativo, sob a dependência do Governo-Geral de Cabo Verde, conferiu-lhe no contexto da política colonial portuguesa um estatuto marginal*”.

Não irei debruçar-me muito sobre esses aspetos, com relação aos primórdios da ocupação portuguesa na Guiné ao longo deste capítulo. Falarei sim da relação de forças entre Portugal e o PAIGC, além do modo como se travou essa batalha.

Nas palavras de John P. Cann (1998, p.28), *“era impressionante que Portugal estivesse preparado para encetar e manter uma campanha militar comparativamente grande, uma vez que aparentava ter fracos recursos nacionais para tal empreendimento.”*

Para o autor, Portugal não estava em posição de realizar esse enorme feito, principalmente se levarmos em conta o fato de que, quando comparado com outros países como Grã-Bretanha, França, ou os Estados Unidos, a economia portuguesa não tinha nenhum peso significativo, *“ O PIB de Portugal nas vésperas da guerra, em 1960, era de 2.5 bilhões de dólares. O da Grã-Bretanha, de 71,0 bilhões, era 28 vezes o de Portugal. O da França, de 61,0 bilhões, era 24 vezes maior. A economia dos Estados Unidos, de 509,0 bilhões, era 203 vezes maior que a de Portugal.”*

Portugal conseguiu um enorme feito, que foi manter-se num confronto em três frentes. John P. Cann (1998) destacou dois elementos chaves, que ajudaram o país naquela árdua tarefa. *“ O primeiro era disseminar o mais possível o fardo da guerra; o segundo, manter o ritmo do conflito suficientemente lento para que os recursos fossem suficientes.”*

É interessante salientar o fato de que, tanto Portugal, como o PAIGC, viam a durabilidade do combate como um fator necessário para alcançarem seus objetivos, ou seja, ambos procurando vencer o adversário pela fadiga e cansaço.

A implementação destas táticas, por parte de Portugal no decorrer da guerra, o autor chama de *“o modo português de fazer a guerra”* e uma das soluções encontradas foi também, aproveitar-se das suas colónias no que diz respeito a economia e capital humano, *“No início do conflito, em 1962, o PIB de Portugal continental era de 2,88 bilhões de dólares. A estes números devem acrescentar-se os 803,7 milhões do PIB de Angola, a importância semelhante de 835,5 milhões de Moçambique, e os 85,1 milhões da Guiné.”* Isso serve também para nos mostrar o motivo pela qual Portugal não queria abrir mão de suas colónias.

Quanto ao capital humano Cann (1998) refere, *“ em 1960, a população de Portugal continental era de 8.889.392 habitantes e a das três colónias africanas contava coletivamente com 11.959.373 habitantes. Assim, o potencial da população Africana para fornecer tropas era maior do que a de Portugal metropolitano em cerca de um terço”*.

Os portugueses sabiam que esta luta era uma guerra que os militares não poderiam vencer sozinhos. A complicada rede de administração civil, da polícia e dos militares tinha de ser tecida num todo coeso, capaz de funcionar como uma máquina de guerra, Cann (1998).

Para o autor, Portugal começou logo o processo de recrutamento em 1961, “ *com índices modestos, quando representava 14,9 por cento das forças em Angola, 26,8 por cento em Moçambique e 21,1 por cento na Guiné. Em 1974, por altura do fim das guerras, e com a expansão das forças de segurança a milícias e outras organizações paramilitares, os africanos representavam no total 50 por cento das forças em Angola, 50 por cento na Guiné e 54 por cento em Moçambique.* ”

É interessante notarmos que Portugal tenha encontrado dentro das suas colónias, uma ajuda preciosa para poder empreender sua campanha contra os diversos movimentos de libertação e debelar fatores importantes como distancia e logística.

Antes do início das hostilidades, de acordo com Cervelló, J. (2005, p.83), o PAIGC tentou de todas as formas uma solução pacífica. Com o envio de várias propostas ao governo português para que desse uma oportunidade aos habitantes da Guiné e Cabo Verde de decidirem seu destino. Em Outubro de 1961, o PAIGC exigiu o direito à autodeterminação, caso contrário, o partido se veria na obrigação de iniciar a luta armada.

O autor John Woollacott (1983, p.1131), realçou também, que antes de iniciar o conflito armado, “ *os militantes do PAIGC levaram cerca de três anos a investigar pacientemente as condições locais, concentrando seu esforço junto dos grupos étnicos mais susceptíveis de apoiar e sustentar a rebelião, tirando-lhes paulatinamente dúvidas, angariando a sua simpatia e desenvolvendo uma forma de propaganda política que sintetizava de facto as razões de queixa do povo.* ”

Numa reunião a Setembro de 1959, de acordo com Aristides Pereira (2003, p.142), “ *o PAIGC decidiu instalar-se na República da Guiné, onde deu início a um trabalho aturado de preparação para a luta armada. Criou-se então o chamado Lar dos Combatentes em Conacri, que acolhia voluntários e patriotas que chegavam para receber explicações sobre os objectivos da luta que se propunham empreender contra o colonialismo português.* ”

Josep Sanchez Cervelló in Ancieto e Gomes (2005, p.83) também destaca a importância desses três primeiros anos de preparação, “ *A fase pré-insurreccional, de 1959 a 1963, teve especial importância para o PAIGC, porque muitos quadros preparados em Conacri*

passaram clandestinamente a fronteira para viver no seio das comunidades locais, onde levaram a cabo um permanente trabalho político.”

Uma fator muito importante que poderia influenciar todos acontecimentos nessa guerra, era sem dúvida o povo guineense. Quem quer que fosse o vencedor, teria de primeiro ganhar o coração desse povo e, o PAIGC tinha plena consciência que a única forma de vencer o conflito seria conquistando seu público-alvo.

De acordo com David Martelo (2005, p.99), “ *em termos etnonacionalistas, os Balantas e os Mandingas foram as etnias que maior apoio deram ao PAIGC, enquanto os Fulas terão sido os que mais colaboraram com as autoridades portuguesas*”. Como já tinha mencionado, o apoio do povo era algo fundamental no decorrer da guerra.

Segundo Norrie Macqueen (1998, p.59) “ *O povo balanta desta região tinha um historial de oposição aos Portugueses e fora o último a ser “pacificado” em 1915. No entanto, embora esta tradição de resistência aos Portugueses predispusesse os balantas para a mobilização pelo PAIGC, também criou algumas dificuldades no estágio inicial da guerra. Para a visão que Amílcar Cabral tinha da libertação nacional era fundamental a doutrina da primazia política sobre a ação militar*”.

Os Guineenses, divididos por ancestrais conflitos, dedicavam-se à agricultura de subsistência nas bolanhas ou a trabalhos indiferenciados de apanha de produtos agrícolas para as grandes empresas. Foi nestas massas que o PAIGC recrutou os seus militantes e combatentes segundo martelo, D. In Ancieto e Gomes (2005, p.100).

Nas palavras de Cervelló, J. (2005, p.427) “ *na Guiné, a fase pré-insurreccional e de doutrinação política acabou em 23 de Janeiro de 1963, com um ataque do PAIGC ao quartel de Tite, no Sul do território, região que seria a primeira zona de combate.*”

Nos meses seguintes, desencadearam ações na região de Xime, zona leste, explodiram o primeiro fornilho na Guiné, na estrada São João-Fulacunda, sector sul e, destruíram a primeira mina anticarro, também na região de São João.

Para John Woollacott (1983), o PAIGC conseguiu rapidamente vitórias consideráveis, como na batalha pelas Ilhas Como em 1964, que ficou marcado como um momento de grande importância no decorrer do combate.

De acordo com Norrie Macqueen (1998, p.60), “ *A nomeação, em maio de 1964, de Arnaldo Schulz, antigo Ministro do Interior e um fidelíssimo de Salazar, como governador-geral e comandante militar, não restabeleceu a situação a favor de Lisboa. Uma força de mais de 30 000 homens foi incapaz de conter e, muito menos, de inverter os ganhos de cerca de 5000 combatentes do PAIGC.*”

A tentativa por parte do exército português em reaver esse território, acaba mesmo “*constituindo um sério revés militar e psicológico para o colonialismo português, e um enorme reforço para a moral e determinação do PAIGC. Os efetivos do exército colonial na Guiné foram subsequentemente, aumentados para um total de 30 000 homens-30 000 homens armados para controlar uma população ativa «nativa» que não ultrapassava o meio milhão*”, (Woollacott, 1983, p.1131).

De acordo Aristides Pereira (2003, p.172), “ *a batalha de Komo, para além de ter funcionado como balão de ensaio para as batalhas vindouras, permitiu ainda ao PAIGC, no plano exterior, a conquista de prestígio e solidariedade internacionais.*”

Ainda durante 1964, tivemos o PAIGC a conduzir operações militares mais a Sul, com o apoio da República da Guiné, enquanto o Senegal estava apoiando o FLING inicialmente, mas queria ver os dois movimentos trabalhando em conjunto.

Segundo Martelo in Ancieto e Gomes (2005, p. 101) do lado dos portugueses, tivemos troca de lugares, o governador comandante Vasco Rodrigues e o comandante-chefe, brigadeiro Louro de Sousa, foram substituídos pelo brigadeiro Arnaldo Schulz, que acumulou o cargo de governador e comandante-chefe. Para o autor no ano de 1965, o PAIGC realizou suas primeiras ações na fronteira norte, na região de São Domingos, local onde até então atuava o FLING, que estava com grandes dificuldades para manter-se nessa luta, devido a decisão do conselho de ministros da OUA (Organização da Unidade Africana), ter decidido canalizar o seu apoio para o PAIGC.

Nas palavras de Luís Cabral (1984, p.287), “ *ao nível do continente africano, ação da Organização de Unidade Africana, e os objectivos de libertação por ela confirmados em cada uma das duas reuniões, veio reforçar altamente o nosso combate. O Comité de Libertação Africana, deslocando-se aos países vizinhos e às nossas fronteiras para se informar seriamente sobre a luta, teve um papel de extraordinária importância na eliminação dos falsos movimentos que só queriam criar a confusão.*”

Isso aconteceu devido a uma das grandes forças do PAIGC, que era sua excelente estratégia diplomática, que estava empreendendo pelo mundo. Sendo capaz depois de se afirmar perante outros países e o próprio exército português, como a legítima representante do povo Guineense e cabo-verdiano.

Segundo José Sanchez Cervelló (2005), “ *pode dizer-se que a principal contribuição da OUA para a luta de libertação foi sobretudo de natureza política, já que a ajuda militar procedia em grande parte de fora do continente, facilitada pelo ambiente da guerra fria*”. Este, é um ponto que será desenvolvido no próximo capítulo.

As forças portuguesas adotaram um dispositivo clássico de divisão do território em três sectores-comandos de agrupamento, com sede em Mansoa, Bafatá e Bolama, com os 13 batalhões mais concentrados no Norte e no Sul e com menor densidade no Leste. Conduziram uma guerra defensiva, assente no vetor da ação militar, guerra menos virada para a conquista das populações e mais para a manutenção de posições no terreno, limitando-se, de forma geral, a reagir às ações do PAIGC, segundo Martelo, D. In Ancieto e Gomes (2005, p. 101-102).

Portugal encontrava-se assim, sem soluções que pudessem minimizar a ação do PAIGC, apesar de controlar o espaço aéreo, carecia de plano terrestre eficiente, que pudesse fazer frente as dificuldades impostas pelos combatentes da liberdade.

Foi então que Salazar resolveu nomear para luta no início de 1968, um de seus notáveis nas guerras coloniais, António Sebastião Ribeiro de Spínola, que já era um dos oficiais mais prestigiados do Exército português, aquele que tinha a missão de trazer um novo alento para suas tropas e uma abordagem vencedora ao combate.

Segundo Carlos Santos Pereira (1999, p.30), António de Spínola nascido em Estremoz no dia 5 de Abril de 1910-cinco meses antes da revolução que porá termo a monarquia. De família abastada, cedo abraçou a carreira das armas. Frequentou o Colégio Militar e, aos 20 anos ingressou na Escola do Exército, onde concluirá o curso de Cavalaria. Seguiu-se uma carreira nos moldes tradicionais- tenente em Dezembro de 1937, capitão em Março de 1944.

Temos um homem que dedicou toda a vida ao Exército português e que foi moldado também, segundo Carlos Santos Pereira, por importantes acontecimentos ao longo de sua formação, como a Guerra Civil Espanhola. Além de ter sido testemunha dos avanços do exército nazi em 1942, na Rússia.

Aos 52, já tenente-coronel, ofereceu-se como voluntário para Angola. Ali se distinguiu à frente do batalhão 345, que comandou entre 1961 e 1963- um período que, a dar fé ao próprio Spínola, será decisivo na sua visão futura da questão do Ultramar, Pereira (1999).

Para Woollacott (1983, p.1134), a nomeação de António de Spínola, em 1968, para o cargo de Governador Geral em Bissau, representava um desenvolvimento qualitativo na escalada da luta. Tudo isso devido aos “*espetaculares sucessos da luta de libertação dirigida pelo PAIGC*”, que “*forçaram o colonialismo português a darem um passo audacioso na Guiné-um passo sem paralelo nas outras colónias, também em guerra.*”

Mal desembarcado na Guiné, o brigadeiro Spínola não perdeu tempo. Durante cerca de dois meses, percorreu o território de lés a lés. Reuniu então no palácio do governador os comandantes dos 16 batalhões em serviço e anunciou-lhes uma remodelação dos comandos e uma mudança completa do dispositivo das forças portuguesas, Pereira (1999, p.28).

Para o autor, Spínola, sem esquecer as guerras travada por Portugal em outros territórios, chegou assim a Guiné, com o lema «*Reagir para permanecer*». Nas palavras de Spínola, “*Um eventual êxito do processo subversivo na Guiné virá a produzir necessariamente uma atitude irreversível no complexo internacional de apoio aos movimentos de libertação de Angola e Moçambique*”.

O plano de ação traçado por Spínola, passava por, segundo Pereira (1999, p.31). “*Tornar a vida impossível à guerrilha nas zonas que o PAIGC diz «libertadas» através da ação da artilharia e das «forças de intervenção... solidificar as zonas sob controlo e furtar as populações ao contacto com aguerrilha; cortar, enfim, os eixos de reabastecimento aos guerrilheiros através de manobras de «contra-penetração» nos «corredores» que vinham dos países vizinhos*”.

De acordo com Mustafah Dhada (1993, p.38), Spínola chegou a conclusão que, somente pelo lado militar, não conseguiria derrotar o PAIGC de Amílcar Cabral. O verdadeiro problema era a forma como Cabral estava conduzindo esse conflito, não com discursos utópicos, mas com ações concretas, como; enfermarias rurais, hospitais, vacinações, programas de saúde pública, entre outros.

Ainda segundo Dhada (1993, p.39), Spínola queria desestabilizar as bases do poder interno no PAIGC, causando assim danos irreparáveis na supremacia nacional que o partido tinha. O que significava, entre outras coisas, livrar-se das bases do PAIGC em Conakri e destruir a

veia cabo-verdiana que estava implantada na liderança do partido, tudo para depois poder concentrar-se no engajamento militar, que a esta altura seria mais fácil de lidar.

Spínola tinha muito claro suas intenções e sabia que uma das chaves para vencer aquela batalha, passava pelo controlo da população. Por causa disso, ele queria estabelecer uma melhor relação com o povo guineense e, apresentar uma nova imagem do colonialismo português, para que o povo não precisasse depositar todas suas esperanças no PAIGC.

Para concretizar a sua manobra psicológica, criou no estado-maior duas repartições inovadoras no organograma clássico dos quartéis-generais-uma Repartição de Assuntos Cívicos e Ação Psicológica (RepACAC) e outra para Assuntos de População (RepPop). À frente destas colocou oficiais da sua confiança, integrados nos seus conceitos, segundo Cervelló in Ancieto e Gomes (2005, p.482).

Para Pereira (1999, p. 28), Spínola mudou a maneira de encarar essa guerra, desde a circulação de cartazes com negros e brancos de mãos dadas, até a mudança na emissão radiofónica das Forças Armadas. Que passaria a ser emitido em cinco línguas locais e, com recompensas de 10 mil escudos a cada guerrilheiro do PAIGC que se apresentasse com sua arma.

A mudança de estratégia foi algo impressionante e com ações inesperadas, como quando “*Spínola ordena a libertação de 93 prisioneiros detidos em Fevereiro de 1962 em Bissau, num momento em que o PAIGC se esforçava por infiltrar na capital. Entre eles, Rafael Barbosa, presidente do comité central do PAIGC, número dois da hierarquia do partido*”, de acordo com Carlos Pereira (1999).

Segundo o autor, tivemos em 1970 a criação do Congresso dos Povos da Guiné, processo que tinha sido lançado desde o ano anterior, com a criação das primeiras assembleias populares, primeiro em Bafatá e Gabu, com a promoção, em Bissau, dos «clubes» populares enquadrados pela Ação Nacional e a realização das primeiras «cimeiras» de régulos e outros notáveis. Spínola mostrou-se sempre presente perante o povo guineense e, tudo fazia parte da sua manobra “*socioeconómica e sociopsicológica*”, com o intuito de neutralizar o PAIGC, tornando-lhes a vida mais difícil.

Carlos Perreira (1999) refere ainda que “*Depois, uma colaboração particularmente estreita da PIDE. Frágoso Allas, o chefe da equipa da Pide na Guiné (completada com*

Ferreira Dias e Matos Rodrigues) será um dos homens de confiança direta de Spínola, e o inspetor-superior Coelho Dias é um amigo pessoal do General”.

Ou seja, além de uma estratégia muito bem delineada por Spínola, ele ainda tinha a seu favor uma excelente rede de amigos, ajudando na causa. Também dispunha ainda de recursos financeiros reforçados.

Spínola tentava de todas as formas aliciar jovens guineenses a aderirem ao exército português. Com incentivos que iam desde o uso de uma farda lustrosa, ao aumento do ordenado, que lhes permitia sustentar a família, até à convocação regular da população ao Palácio do Governador, sempre acompanhada de batuques e comezainas.

No início de 1972, a manobra do «chão» manjaco pareceu à beira de um êxito espetacular. Está acordada a rendição das forças locais do PAIGC. Fez-se chegar aos responsáveis do partido na região de Caboiana-Churo a disponibilidade para o diálogo sobre a situação dos combatentes locais do PAIGC.

De acordo com o citado por Pereira (1999, p.33) prometeu-se “*transformar as forças de guerrilha do PAIGC em Unidades Africanas das Forças Armadas Portuguesas. Spínola fala da nomeação de Amílcar Cabral para o cargo de secretário-geral da província*”. A manobra deveria ser rematada com um desfile dos antigos guerrilheiros do PAIGC, já integrados na «força africana» de Spínola.

Tudo isso significava êxitos indiscutíveis, que seriam reconhecidos dentro do próprio PAIGC. Corriam rumores de Cabral furioso com essa nova abordagem, dizendo que se o Spínola tivesse estado presente desde o início, as coisas seriam diferentes, segundo Pereira.

Outra componente da plano spinolista, estaria centrado na “suposta” unidade entre guineenses e cabo-verdianos, algo que foi sempre defendido principalmente por Cabral, viria a ser posto a prova agora pelo Spínola. Que desde cedo percebeu certos aspetos na forma como estava organizado o PAIGC, principalmente no fato de o partido ter cerca de cinco a seis mil guerrilheiros, sendo os cabo-verdianos menos de dez por cento. Ainda assim, predominavam nos postos de comando militar e político segundo Pereira, (1999, p.33).

Ou seja, os cabo-verdianos tinham posições de destaque dentro do partido, mas eram os guineenses quem arriscavam suas vidas na selva. O que não era culpa dos cabo-verdianos, o fato de eles estarem um pouco mais capacitados para trabalharem em outras áreas. Mesmo

assim, esse fato não passou despercebido por Spínola, que via ali uma oportunidade de semear a discórdia dentro do partido.

Para Pereira, a máquina da propaganda spinolista jogou habilmente com isso. Algumas demissões espetaculares de pequenos chefes de administração cabo-verdianos, a promoção ostensiva de elementos guinéus a pequenos postos da carreira administrativa a que antes não tinham acesso, tudo isso originavam muitos ressentimentos. Em Maio de 1973, uma concentração em frente do Palácio do Governador descamba rapidamente em agitação contra os cabo-verdianos, perante a passividade da polícia, de acordo com Pereira (1999, p.34).

Spínola estava a ganhar terreno, mais precisamente, estava a ganhar os corações dos guineenses e, a provocar discórdia dentro do PAIGC, ou seja, estava tudo a correr dentro do que este tinha planeado. Por isso, talvez seja mais difícil de entender o porque de ele ter apoiado Alpoim Calvão, no que ficaria conhecido como Operação Mar Verde.

A operação, que nunca foi assumida por Portugal, aproveitou a existência da oposição ao regime de Sekou Touré, disponíveis para participarem numa ação deste género e, visou a instalação em Conacri, de um regime mais favorável às posições portuguesas Pereira (1999, p.34).

Para o autor era uma operação que tinha como principais objetivos, o derrube do regime de Sekou Touré, a destruição dos Mig da Guiné-Conacri e detenção de Amílcar Cabral. Realizada no final de 1970, com uma força especial comandada por Alpoim Calvão, resultou em um completo fracasso, e originando sérios embaraços políticos para Portugal.

Esta operação, “ *ficou muito aquém das metas fixadas. A crédito, ficou apenas a libertação dos 26 militares presos e o afundamento de sete vedetas armadas rápidas. Tudo o mais falhou- os Mig não estavam na base aérea, Sékou Touré ausentara-se do palácio e Cabral viajara para o Leste europeu. As razões do falhanço são unanimemente atribuídas a um mais que deficiente trabalho de inteligência*”, Castanheira (1999, p.65).

Segundo o autor, essa operação não foi bem recebida no plano internacional. Portugal foi a 10 de Dezembro, severamente condenado pelo Conselho de Segurança da ONU e, politicamente o regime ficou mais isolado. Spínola, convenceu-se que a solução dessa guerra não passava exclusivamente pelo campo de batalha. Outro detalhe importante apresentado por este autor, foi o facto que depois do sucedido, Sékou Touré optou por conceder permissão

permanente a União Soviética, mais especificamente, a Marinha Soviética no porto de Conacri.

De acordo com Stephen T. Hosmer e Thomas W. Wolfe (1983, p.49), o apoio oferecido pela União Soviética, não foi sem contrapartida. O objetivo principal da União Soviética passava por explorar a dependência de Sékou Touré e assim assegurar a permissão para utilização do porto de Conacri.

Segundo Pereira (1999, p.35), *“ao iniciar-se a época da seca de 1971-1972, pode dizer-se que a situação militar entrou de novo num impasse. Mas a balança vai começar a pender para o PAIGC. Spínola esgotou praticamente os meios que podia mobilizar. Em contrapartida, o PAIGC dispõe de armamento cada vez mais moderno e de uma organização mais sofisticada.”*

David Martelo (2005), diz-nos que *“O gráfico das ações militares do PAIGC registadas pelas forças portuguesas assinalava 765 ações da iniciativa dos guerrilheiros em 1972, contra um total de 708 até Dezembro de 1971, o que demonstra o incremento da sua atividade”*.

Mas foi no Verão de 1972, que Spínola cometeu outro grande erro, segundo Carlos Pereira (1999), ao *“lançar uma série de importantes operações contra os bastiões do PAIGC no Sul numa atitude em contradição aberta com a estratégia definida pelas primeiras diretivas operacionais. É assim que Spínola mobiliza todos os recursos disponíveis para um ataque ao Cantanhês”*.

Spínola vendo a situação piorar consideravelmente nos últimos tempos e, com o PAIGC a conseguir cada vez mais o apoio internacional. Este, opta por encontrar-se com o presidente senegalês, Leopold Sedar Senghor no Senegal, em 18 de Maio de 1972. para elaboração de um plano que beneficiasse a todos, a ser apresentado ao PAIGC.

Para Pereira (1999, p.35), um dos objetivos principais seria, *“um cessar-fogo imediato, e de um período de dez anos de autonomia progressiva com vista a uma ulterior independência”*. Spínola sempre afirmou ter a aprovação do PAIGC para negociarem os detalhes desse plano, o que não foi confirmado.

Para o autor um aspeto de grande importância para o desenrolar desse plano, era a aceitação de Marcelo Caetano, algo que deve ter apanhado o próprio Spínola de surpresa.

Quando este recusa fazer esse tipo de negociação, dizendo preferir “*sair da Guiné com uma derrota militar com honra do que por acordo negociado com terrorista*”.

3.2. A morte do Líder Amílcar Cabral

Mustafah Dhada (1993, p.44) diz-nos que, Marcelo Caetano achava Spínola muito fraco para aguentar a pressão de Amílcar Cabral na mesa de negociações. Tudo isso devido ao facto de Cabral possuir grandes capacidades diplomáticas, que era exatamente o que seu regime temia. E que, Caetano não estaria preparado para incluir Cabo Verde nas negociações.

Outro aspeto, era a disponibilidade do próprio Amílcar em submeter-se a esta alternativa, vinda de um inimigo astuto e de um presidente de outro país africano. Dhala, não acredita que Cabral estivesse de todo investido neste plano e, que ele deveria saber que Marcelo Caetano não iria liberar as ilhas de Cabo-Verde tão facilmente e, sendo Spínola um representante do Caetano, este não teria força suficiente para manter qualquer acordo, sem a devida autorização.

De acordo com Carlos Fabião (1985, p.309) “*Face a esta posição de intransigência e de cegueira política do governo português, perde-se, ingloriamente, a última oportunidade de se poder negociar uma solução política para a guerra na Guiné*”. Para o autor, Spínola sabia desde cedo que uma solução política, acertada conjuntamente com o PAIGC seria a melhor solução para o conflito. E, quando isso foi-lhe negado por Marcelo Caetano, “*ficou-lhe apenas a hipótese de continuar com a guerra, uma vez que o governo não aceitava outra solução que não fosse a vitória militar*”.

Para Mustafah Dhada (1993, p.45) Spínola voltou a insistir na destruição do partido por dentro. Atacando a unidade guineense-cabo-verdiana mais uma vez, utilizando pessoas como Aristides Barbosa e Mamadu Touré, tentando assim quebrar a unidade do partido. Mas sem sucesso, visto ambos terem sido identificados e presos, ao passo que outros que eram suspeitos de espionagem dentro de partido, sem provas, foram colocados em posições nada relevantes.

A maioria desses traidores seriam poupados, na sequência da celebração do décimo sexto aniversário do partido, em Setembro de 1972, esse gesto de clemência, não foi totalmente inocente segundo Mustafah Dhada (1993, p.47). Isso aconteceu por motivos políticos, Cabral

não queria esse tipo de publicidade, algo que poderia ser usado por Spínola para manchar a imagem do PAIGC dentro da ONU.

Mas ao mesmo tempo, este gesto de Amílcar teria consequências inimagináveis, porque ali estava os tentáculos de uma operação que marcaria para todo sempre a história do PAIGC e, principalmente, o próprio Amílcar Cabral, algo que será examinado ainda neste capítulo.

De acordo com Julião Soares Sousa, *“Ao longo do ano de 1972 assistiu-se ao incremento da ação diplomática de Amílcar Cabral na tentativa de isolar o regime de Marcelo Caetano, e assim granjear apoios políticos para uma eventual proclamação da independência da Guiné”*.

Segundo Sousa (2012, p.501), podemos mesmo afirmar que, depois da referida visita da missão da ONU, nada voltou a ser como dantes, conforme atestava um relatório preliminar elaborado pela equipa das Nações Unidas. O cerco e as pressões políticas contra Portugal tornaram-se mais intensos, a tal ponto que, logo a 13 de Abril, o Comité Especial das Nações Unidas, reunindo em Conakry, adoptou por unanimidade uma resolução na qual reconhecia o PAIGC como único e autêntico representante do Povo da Guiné Bissau.

Com a junção destes fatores, Operação Mar Verde, o Plano Senghor e as vitórias do PAIGC no campo político, com a receção de uma delegação especial, do Comité especial de Descolonização da ONU (Comité dos 24), nas áreas libertadas da Guiné, entre 2 e 8 de Abril de 1972 (Pereira, 1999, p.35). Spínola estava sendo pressionado mais do que nunca.

Segundo Fabião (1985, p.310), Portugal dispunha ainda de importantes meios aéreos; do domínio absoluto dos ares; de unidades especiais-entre as quais se destacava o Batalhão de Comandos Africanos-bem preparadas, equipadas e helitransportadas, o que lhes conferia grande mobilidade, capacidade de raio de ação. Spínola tinha assim meios para continuar a pressionar o PAIGC, que não tinha abrandado em seus esforços, pelo contrário, estava ganhando cada vez mais força e ousadia. Nomeadamente com a intenção de proclamar as áreas libertadas.

Para o autor, essa operação militar, atingiu em grande força o PAIGC, que na tentativa de reagir, era sempre confrontado com fortes ações aéreas. *“ Porém, nos fins de Março e em plena operação, o «strella» apareceu nos céus da Guiné. Foi o fim do domínio dos ares; a Força Aérea Portuguesa encontrou um adversário à altura contra o qual não conseguiu arranjar uma resposta adequada, com oportunidade”*.

Mais uma vez, graças a boa política externa levada a cabo pelo PAIGC, Amílcar Cabral conseguiu uma última cartada antes de ser assassinado em Conakri, a 20 de Janeiro de 1973. A introdução destes mísseis de origem russa, destruíram os planos de Spínola bruscamente e, a este só restava agora, ir aguentado até a inevitável derrota.

Esta ação que pôs fim a vida de Amílcar Cabral, teve suas raízes nas ações de Spínola, quando libertou prisioneiros de guerra cabo-verdianos, para passarem a trabalhar sob suas ordens. E, como já tinha dito, apesar de descobertos, tinham sido libertados por Cabral em 1972.

Amílcar Cabral se ausenta do país em 21 de Dezembro de 72, numa das suas muitas viagens diplomáticas, Aristides Pereira aponta para o cargo de segurança da secretária do PAIGC, Mamadu Njai. Quando Spínola é informado disso, ele bombardeia o Sul para depois instigar um grupo de refugiados a fugirem para Conakri e, conseguiu fazer passar membros infiltrados nesse grupo, segundo Dhada (1963, p.46).

Para o autor, Cabral é avisado de rumores envolvendo estes acontecimentos e ele chamou Mamadu Njai, pedindo-lhe que aumentasse a segurança a volta do secretariado do partido. Mas Njai segundo Dhala (1993), não executou as ordens de Cabral e, este chega mesmo a ameaça-lo de dispensa caso não fizesse o ordenado.

Na noite de sexta-feira eles deram início ao evento, com o objetivo de neutralizar a liderança cabo-verdiana no seio do partido, de acordo com Mustafah, um grupo de homens liderados por Mamadu Njai, apreendeu Aristides Pereira e levaram-no em um jipe que estava a espera.

Dirigiram-se a uma zona do cais reservada às embarcações do PAIGC, onde estavam aparelhadas três lanchas rápidas, sendo Aristides metido no porão da vedeta nº4, e Inocêncio Cani que teria embarcado na vedeta nº7. Ainda segundo José Pedro Castanheira (1999, p.84), *“a presumível intenção dos raptadores é atingir Bissau, para entregar o número dois do PAIGC a Spínola”*.

De acordo com este Castanheira, Aristides teve muita sorte, devido a preciosa ajuda dos caças Mig, os navios soviéticos não tiveram dificuldades em intercetar a embarcação que o transportava, sendo a vedeta retida à ordem do governador de Boké, que se fez acompanhar por José Pereira, o responsável da guerrilha naquela fronteira.

Como nos refere Dhala (1993, p.46)), Dividiram-se em grupos, o segundo grupo, já tinha apanhado e levado para montanha, Vasco Cabral, José Araújo, António Buscardini, António Leite, Ana Maria Cabral, e Henriette Vieira. Com o terceiro grupo, composto por Aristides Barbosa e Mamadu Touré, a ficarem de guarda nessa prisão.

E, quanto a ação principal, Inocêncio Kani foi aquele que ficou com a tarefa de apreender Cabral, amordaça-lo para depois encaminhar-lho juntamente com Aristides Pereira para serem transportados de Lancha. Só não contaram com a resposta de Cabral, que de modo algum queria ser algemado.

Para o autor, Kani, por raiva, ou nervosismo, acaba mesmo atirando a queima-roupa sobre o líder do PAIGC e, depois ordena que seus acompanhantes terminassem o serviço. O barulho que se seguiu a essa ordem teria sido escutado na residência do embaixador de Cuba, que logo entra em contato com o presidente Touré. Este ao ser informado do acontecido, agiu rapidamente para apreender os conspiradores e conduzir uma comissão de inquérito do sucedido, para aplicação das penas referentes a tais atos.

O plano para cortar a cabeça dos dirigentes do PAIGC, não funcionou como esperado. Ficando sempre a lembrança de Amílcar Cabral, que deixava assim o PAIGC, não antes de ter implantado no partido as estruturas que o tornavam capaz de seguir em frente mesmo sem o próprio. O que Mustafah Dhala classifica, como a maior herança deixada por Cabral.

Segundo Cabrita (2004, p.166) o assassinato de Amílcar Cabral sempre esteve envolto à muita suspeita, com relação aos mandantes do crime, a PIDE/DGS desde 1967 tinha planos para sua liquidação. De acordo com Dalila Cabrita Mateus, essas tentativas vinham desde 1967 até 1971. “ *A PIDE/DGS, agora através da sua delegação em Cabo Verde, volta a planejar o assassinio de Amílcar Cabral e, simultaneamente, a destruição de material de guerra, em Conacri. Para operação são disponibilizados mil contos (quantia avultada que, nos anos 70 do século passado, corresponderia a várias dezenas de milhar de contos).* ”

Este trabalho não tem por objetivo, a investigação a fundo de tudo que está envolvido com a morte do líder do PAIGC. Nomeadamente se foi a PIDE/DGS, Spínola, ou se terá sido algo preparado somente por africanos pertencentes ao partido ou fora do partido, cabe aqui simplesmente realçar este triste acontecimento, sem mais pretensões.

A morte de Amílcar Cabral não surtiu o efeito desejado, que passava sem dúvida pela desestruturação do partido. Podemos mesmo dizer, que isso acabou por motivar ainda mais os combatentes e aumentar a pressão sobre o exército português.

Para comprovar isso, “ *em Abril, um míssil terra-ar Strella abate pela primeira vez um avião português, um Fiat G-91. As forças portuguesas acabavam de perder a supremacia aérea, o último grande argumento que lhes restava no plano militar*”, segundo Carlos Pereira.

Logo a PIDE ficou a par dessa nova arma. “*Em 10/4/74, procedente da base de Koundara, República da Guiné chegou à base de kassou, Senegal 1 grupo calculado em 100 terroristas a fim de atacar, em breve, Susana. O Grupo é portador de uma arma antiaérea tipo bazooka que será utilizada contra a FAP, caso os seus aviões acorram aos pedidos de apoio de fogos da guarnição de Susana....A arma antiaérea tipo bazzoca deve ser o lança-mísseis solo-ar SS 7 STRELLA.*”³

Segundo Pereira (1999, p.36) o PAIGC desencadiou em Março uma vasta operação em pinça, cujas pontas se batem sobre Guilege, no Sul, a 15 km da fronteira com a Guiné-Conacri, e Guidage, no Norte, a escassos 200 metros da fronteira com o Senegal. Guilege acabou por cair. Só nesse mês, em Maio de 1973, as forças do PAIGC realizaram 220 ataques, causando 63 mortos e 260 feridos às forças portuguesas.

De acordo com David Martelo (2005, p.103), “*a perda da supremacia aérea na Guiné provocou alteração profunda. É neste contexto que deve ser entendido o agravamento da situação nas regiões de Guidage, no Norte, e de Guilege/Gadamael, no Sul.*”

Segundo Carlos Fabião (1985), desde que Portugal perdeu o controlo aéreo da região, o que lhes permitia lançar ofensivas com algum sucesso sobre as áreas libertadas do sul da colónia. A solução foi de voltar “*aos velhos tempos do «aguentar enquanto fosse possível»*”.

Pela primeira vez, os militares portugueses sentiram o desconforto de saber que poderiam não ser evacuados do campo de batalha ou que não teriam a presença tranquilizadora de um Fiat ou de um helicóptero sobre suas cabeças (Martelo, 2005, p.103).

³ Torre do Tombo, Arquivos da PIDE. Ministério do Ultramar, Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Assunto: Intenções do PAIGC, Origem: D.G.S.-Guiné.10/4/74.Nº 3073.

Depois em Julho de 1973, no segundo Congresso do PAIGC, temos agora um novo Secretário-geral do partido, Aristides Pereira e Luís Cabral como secretário-geral adjunto. Francisco Mendes e João Bernardo Vieira (Nino), como secretários adjuntos, segundo David Martelo.

Essa eleição não teria sido tão simples assim, segundo os documentos da PIDE, *“A nomeação de Aristides Pereira para o cargo de chefe em exercício do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), depois do assassinio do Dr. Amílcar Cabral, tornou-se possível só depois de Aristides Pereira ter feito diversas concessões a Conacri. Pereira se comprometeu perante o presidente guineense, Sekou Touré, a consultá-lo em todos os níveis com respeito a operações políticas e militares do PAIGC. Pereira, além disso, prometeu que a Guiné Portuguesa depois de ter conseguido a independência assinará sob sua chefia um tratado de amizade com o governo em Conacri que compreende também um projeto de defesa comum. Além disso deverá ser incluída na constituição de uma futura GUINÉ/BISSAU, independente, uma cláusula referente à instituição de uma união comercial e uma união aduaneira.”*⁴

O documento ainda nos diz que, caso Aristides Pereira não tivesse aceitado estas condições, possivelmente, este não seria eleito pelo partido. Visto que Sekou Touré iria intervir a favor do irmão de Amílcar, ou seja, Luís Cabral. Tudo porque, Aristides teria no passado se manifestado contra uma união económica e política com a Guiné, ele pretendia um estado independente que mantivesse relações políticas normais com Conacri.

Martelo (2005, p.103) refere que com o descalabro a beira de atingir o exército português, Marcelo Caetano, retirou Spínola do comando das operações na Guiné e põe no lugar deste, *“o General Bettencourt Rodrigues, antigo secretário de Estado e ministro do Exército, oficial do estado-maior com duas comissões em Angola”*.

Para Fabião (1985) com efeito, a situação política e militar na Guiné, após a partida de Spínola, entrou em acelerada degradação. A pressão dos guerrilheiros do PAIGC, nas três zonas operacionais do TO, nomeadamente a Leste a Sul, sobre as dispersas e desmoralizadas guarnições portuguesas intensificou-se e só o 25 de Abril conseguiu evitar um completo desastre militar.

⁴Torre do Tombo, Arquivos da PIDE. Assunto: Aristides Pereira fêz concessões a CONACRI para tornar-se chefe do PAIGC. Agosto de 1973.Nº 1142/61, NT 3087.

De acordo com Norrie Macqueen (1998, p.65), “ *Conhecendo bem a disposição da diplomacia internacional nessa época, o PAIGC desferiu então um golpe importante que a enfraquecida posição internacional de Portugal foi incapaz de neutralizar*”

Em Setembro de 1973, o PAIGC declarou a independência das áreas libertadas da Guiné-Bissau. Um ato que foi imediatamente reconhecido por 75 nações e em Novembro, a OUA admitiu assim a Guiné como seu quadragésimo segundo estado membro. Tudo isso fez com que a assembleia geral da ONU elaborasse uma resolução exigindo que Portugal parasse com todas as hostilidades (Dhada, 1993, p.50).

Terminava assim o embate entre duas das personalidades de maior destaque durante a Guerra na Guiné, sem nem ao menos ter havido alguma espécie de contato pessoal entre eles. Dois homens em posições contrárias, mas que sabiam da necessidade de um do outro para assim por termo ao longo confronto.

Ou seja, ambos defendiam que a chave para resolução dessa guerra não se encontrava na embate militar tão-somente. Mas sim, no campo político, na negociação para chegarem a um resultado que beneficiasse a todos, algo que o Governo de Portugal não aceitava de modo algum.

Embora, na metrópole, a intervenção popular tivesse assegurado profundas e imediatas repercussões para o 25 de Abril, as transformações ocorridas em Lisboa, não provocaram alterações súbitas na maior parte do disperso Império Português. Enquanto, em Lisboa, a Junta foi compelida a desmobilizar e a prender os agentes da odiada PIDE/DGS, nas colónias esta foi simplesmente reorganizada sob um nome diferente (Woollacott, 1983, p.1145).

Um mês depois, o novo governo português, aceita um cessar-fogo, e o próprio Spínola, vai a televisão anunciar a vontade portuguesa em conceder a independência a Guiné. No mesmo mês, as tropas portuguesas começavam a deixar o território guineense e, em Outubro, os líderes do PAIGC tomam controlo de Bissau (Dhada, 1993, p.53).

Aristides Pereira não ficou convencido com o rumo dos acontecimentos após o 25 de Abril e principalmente da ação de Spínola. Ele já desconfiava da forma como Spínola iria conduzir a situação, mencionando o livro Portugal e o Futuro. Dizendo que, “ *Spínola não tem a intenção de reconhecer a independência do nosso país. Para ele, o essencial é encontrar uma*

alternativa que garanta a manutenção da dominação portuguesa...por uma espécie de COMMONWEALTH, luso-africano.”⁵

Segundo Julião Soares Sousa (2012, p.501), *“a derrocada do regime de Caetano, a 15 de Abril de 1974, abriu o caminho, finalmente, para a abertura do processo negocial com o Governo português que culminaria nos acordos de Argel e com o reconhecimento formal da jovem República da Guiné-Bissau por parte de Portugal, a 10 de Setembro de 1974.”*

3.3. A ajuda externa militar recebida pelo PAIGC

Neste capítulo, irei analisar de que forma o PAIGC, através da figura do seu líder, conseguiu galvanizar os esforços necessários para capacitar-se militarmente e, poder assim empreender uma luta pelo território guineense. Tentarei demonstrar através do seu itinerário de viagens, aonde que o movimento foi buscar os meios necessários para tal. Por fim, tentarei demonstrar um pouco as motivações que norteavam as ações de países importantes como Cuba, China, União Soviética e os Estados Unidos.

Amílcar Cabral teria aproveitado a sua campanha rural, para preparar todo um itinerário diplomático, tentando apresentar as ideias do PAIGC e conseguir o apoio bélico que tanto necessitavam. Para tal, visitou onze países nesse período. A sua primeira visita foi no Cairo em 1961, a princípio para atender uma Conferência Afro-asiática de Solidariedade, mas na verdade ele teria ido com o intuito de fazer lobby para sua causa (Dhada, 1993, p.12). Amílcar Cabral seguiu para Moscovo no mesmo ano, mas não conseguiu convencer os soviéticos a apoiarem seu movimento sem que este tivesse primeiramente garantido a total colaboração do Presidente Sékou Touré segundo o autor.

Os primeiros resultados positivos vieram com Gana e Marrocos, que aceitaram treinar os integrantes do PAIGC e disponibilizar armas para a causa. Amílcar enviou essas mesmas armas para Guiné, sem a aprovação de Ahmed Sékou Touré. De acordo com Mustafah Dhada (1993, p.13), Amílcar Cabral, teria voltado a Moscovo em 1962 mais confiante até,

⁵ Torre do Tombo, Arquivos da PIDE. Direcção Geral de Segurança-Delegação da Guiné.” Entrevista concedida em 25 de Março, de 1974, à publicação francesa “AFRIQUE-ASIE”.NT-3087, N°1142/61.

mas mesmo assim teria sido recusada qualquer ajuda por parte dos soviéticos, sem que este tivesse primeiramente garantido a total colaboração do Presidente Sékou Touré.

Segundo a autora Dalila Mateus Cabrita (2004, p.246), Sékou Touré teria confiscado armas que estariam disfarçadas de conservas de sardinha, o que teria feito o presidente ordenar a prisão de vários membros do PAIGC juntamente com o material. Mas Cabral, ao ser informado da situação, conseguiu resolver o problema com Sékou Touré aquando da sua chegada e, assim o movimento abriria suas primeiras bases militares na República da Guiné.

O PAIGC começou assim a armazenar armas e a treinar seus soldados, além de estabelecer uma rota de Conakry até o sul da Guiné. Muitos foram os países que ajudaram o PAIGC na sua campanha contra o colonialismo português. As ajudas vieram a todos os níveis, educacional, bens de consumo, assistência medica e claro militar. Para Dhada (1993, p.180) essas ajudas provenientes da África foram de países como, Argélia, Congo, Egito, Gana, Guiné, Mauritânia, Marrocos, Nigéria, Senegal, Tanzânia e pela OUA (Organização da Unidade Africana).

A ajuda africana não terá sido de forma alguma linear, segundo Dalila Cabrita Mateus (1999, p.125), apenas a Argélia de Ben Bella, a Tunísia de Bourguiba, a Nigéria de Aboubakar Balewa, a Guiné de Ahmed Sekou Touré, o Ghana de Kwamme N`Krumah e a Etiópia de Hailé Selassié respeitavam as promessas de ajuda aos movimentos de libertação nacional. Mas houve períodos em que essas ajudas foram interrompidas, devido a variados acontecimentos como, a deposição de N`Krumah em 1966 no Ghana. No Congo Leopoldville, o sargento Mobutu ascendeu ao poder em 1965, na Nigéria, em 1967 começou uma guerra civil com a secessão do Biafra, o que dividiu a própria OUA.

Do Bloco Comunista, o apoio militar destinado ao PAIGC, veio da parte de: China, Cuba, Checoslováquia, República democrática Alemã, Vietname do Norte, e a União Soviética. Nas Américas e Europa, nomeadamente, Brasil, Dinamarca, Finlândia, França, Holanda, Noruega, Suécia e Inglaterra, as ajudas recebidas pelo movimento, foram nas áreas de educação, bens de consumo e medicamentos segundo Dhada (1993, p.180).

É de realçar que, de acordo com Juan F. Benemelis (1986, p.81), a URSS já estaria dando os primeiros passos para apoiar os movimentos anticoloniais, mesmo que numa medida mas contida, através da *“promoção da Frente Revolucionária para a Independência Nacional das*

Colónias Portuguesas, criada na Guiné, em 1959, por intermédio do Embaixador soviético, Daniel SOLOD.”

Outra vertente das ajudas que foi de grande utilidade, eram os cursos oferecidos aos membros do PAIGC, nomeadamente para o combate militar, datadas desde 1961, quando foram convidados a irem para Checoslováquia, para frequentarem cursos político-militares e também no mesmo ano na China, segundo com Dalila Ribeiro.

De acordo com Juan F. Benemelis (1986, p.91), *” O PAIGC recebeu da China a ajuda necessária para lançar as suas primeiras ações militares, nos princípios de 1963. Desde o início de 1960, membros do PAIGC eram enviados por Amílcar Cabral para receberem treino militar na China, Checoslováquia e Ghana.”*

Dalila Ribeiro (2004, p.311) diz-nos também que, em 1967, foram quarenta elementos à China para receberem instruções em diferentes especialidades, como aviação e, que na mesma altura teriam ido para União Soviética 150 guineenses para frequentarem cursos de Marinha. E que em 1968 teria sido enviado militantes para União Soviética, Argélia e Cuba.

Esse fluxo de idas e vindas continuaria a decorrer ao longo da guerra travada contra Portugal, fazendo com que o PAIGC beneficiasse de militantes cada vez mais qualificados, o que lhes permitia ter acesso a um armamento mais pesado, visto que agora tinham pessoas capazes de operar esses materiais bélicos.

Segundo Gleijeses (2002, p.186), o país de Fidel Castro foi de extrema valia aos objetivos do PAIGC, sua ajuda no treino dos guerreiros do PAIGC e, também sua ajuda militar provaram-se fundamentais. Mas essa ajuda não aconteceu espontaneamente, Amílcar teria requisitado a ajuda dos cubanos em 1963, com uma resposta positiva, sem que isso tivesse sido posto em prática.

De acordo com o mesmo autor, a relação do PAIGC com Cuba, ganha força graças a intervenção de Che Guevara. Teria sido ele aquando da sua viagem a África em 1964, a ter entrado em contacto com esses movimentos de libertação e ainda teria ficado mais tempo na Guiné para que pudesse se encontrar com Amílcar Cabral, em Janeiro de 1965.

A partir daí segundo Gleijeses (2002, p.187), essa relação torna se mais forte. Já em Maio, chegam bens alimentícios, armas e medicamentos para o PAIGC. Depois, em Julho podemos constatar a ida de um grupo de estudantes cabo-verdianos que estavam na Europa, com

destino a Havana e, em 1966, Cabral fazia então sua primeira viagem a Cuba e teria conversado com Fidel Castro por longas horas.

É interessante reparar-mos que com a União Soviética, essa relação não começa logo na primeira e segunda tentativa, de obter ajuda, visto essa mesma ajuda ter sido descartada a princípio. Mas ao longo do conflito, podemos ver claramente uma mudança por parte dos soviéticos. Essa mudança não se deveu aos Estados Unidos.

A partir do momento que a China, na figura do seu Primeiro-Ministro, Chou En-Lai, entre Dezembro de 1963 e Janeiro de 1964, efetua uma viagem inédita a dez países africanos, tornava-se claro que a “conquista” da África seria uma mais-valia nas relações futuras da China, com os Estados Unidos e a URSS, segundo Witney W. Schneidman (2005, p.101).

Ainda de acordo com este autor, não era somente a União Soviética que se sentia ameaçado por este avanço chinês, os Estados Unidos também teriam ficado alarmados. *“Ignorado e isolado do mundo ocidental, o comunismo de Pequim parecia a Washington mais subversivo e sinistro do que o de Moscovo. As preocupações americanas aumentaram em Setembro de 1965 quando Lin Piao, o Ministro da Defesa chinês, ameaçou o Ocidente com uma série de revoluções no terceiro mundo que “cercariam” os países industrializados”.*

Do lado soviético, nas palavras de Juan F. Benemelis (1986, p.92), *“O bureau político soviético, ficou inquieto, perante a campanha chinesa em África e Ásia. Mikail Suslov, alertou o resto dos dirigentes, numa notícia secreta, em 14 de fevereiro de 1964, sobre as intenções suas”.* A partir desse momento, a União Soviética resolve redobrar seus esforços com vista a ampliar as suas relações com os Estados africanos constituídos.

Ainda de acordo com o autor, o objetivo político da China em relação ao continente africano vinha desde a Conferência de Bandung “onde estabelecia os seus primeiros laços com países como a Líbia, Egipto, Libéria, Etiópia e uma quantidade de exilados políticos afro-árabes. A formação de uma aliança terceiro-mundista era o objectivo central que lhe possibilitaria manter-se politicamente perante os EUA e a URSS.”

Ou seja, nesta altura, o foco da União Soviética estava sobre a China, enquanto os Estados Unidos continuavam bloqueados por Portugal, pelo fator “base das Lajes”. Foi nesse sentido que Portugal conseguiu espaço de manobra e, ainda aproveitou para receber dos americanos uma ajuda considerável para manter sua campanha no Ultramar.

Como pudemos constatar nos arquivos da PIDE, Portugal cedeu a Guiné para a companhia americana Esso Exploration Guiné, que já tinha investido no território, mas, tinha agora a exclusividade. “ *Em troca, forneceu ao colonialismo importante soma para este cobrir as despesas militares que este ano o governo fascista fez ascender a 196768 contos conforme foi há dias tornado público.*”⁶

De acordo com Schneidman (2005, p.65), “*Excepto casos como o Biafra, que despertou a simpatia e atenção de Nixon, os problemas de África em 1969 não pareceram complicar-se pelos avanços da União Soviética e da China. A tranquilidade dos rivais estratégicos dos Estados Unidos e a falta de desenvolvimento socioeconómico da região foram razões-chave para afastar a África da agenda de política externa da nova administração quando Nixon tomou posse*”.

Já nos anos 70, temos uma sequência de acontecimentos que vieram possibilitar um maior envolvimento da URSS com o PAIGC. Depois de militares cubanos terem evitado que o presidente Touré sofresse um golpe de estado. Desde então o presidente passou a ceder as bases para que os cubanos pudessem treinar com maior persistência os guerrilheiros do PAIGC. “ *A Guiné tinha-se transformado num dispositivo militar apreciável de apoio para os soviéticos e cubanos, na área, dependendo Touré totalmente das mesmas*” (Benemelis, 1986, p.94).

Nas palavras de Tiago Moreira de Sá (2011), “*depois da concessão de um modesto apoio económico e militar ao PAIGC durante a década anterior, em 1973 o Kremlin decidiu intensificar o seu auxílio ao movimento, fazendo-a através da já referida cedência dos mísseis terra-ar, mas também por via de aconselhamento técnico e treino das tropas*”.

Podemos dizer que esse novo armamento antiaéreo cedido pelo Kremlin, foi a última cartada de Amílcar Cabral e, que seria determinante no prosseguimento da luta. De acordo com Piero Gleijeses (2002, p.210), essas armas foram garantidas por Cabral numa de suas viagens a União Soviética, em 1972.

Mas esse apoio bélico por parte da União Soviética ao PAIGC, deveu-se ao fato das relações entre cubanos e soviéticos que estariam comprometidas até 1968, terem melhorado, segundo Westad (2010, p.213). Isso demonstrava que o empenhamento dos russos iria

⁶ Torre do Tombo, Arquivos da PIDE. Os povos das colónias VENCERÃO!. Órgão Dos Comitês De Luta Anti.Colonial E Anti-Imperialista. Nº 6, 20 de Fevereiro, 1973.

aumentar nos anos seguintes, o que acabou também por despertar o interesse dos Estados Unidos.

Fato é que essa ajuda teve um peso determinante ao longo da guerra. Fazendo mesmo com que os portugueses pela primeira vez não mais pudessem controlar o ar e, com isso, sofreram um terrível golpe material e moral, do qual eles não iriam recuperar tão cedo. Sem dúvida este facto marcou um ponto de viragem na luta, mesmo após o assassinato de Cabral.

Para Juan F. Benemelis (1986, p.209), *“as intenções castro-soviéticas para consolidar um encadeamento de objectivos nos portos de Conakry, Freeport e Cabo Verde. Encaram, assim, os planos futuros em relação à Guiné-Bissau que coadjuvavam o usufruto de facilidades portuárias para a frota pesqueira cubana e de guerra soviética, tal como do corredor aéreo URSS-África, Havana-África.”*

Analisando a questão da participação de estrangeiros na luta do PAIGC, podemos constatar que mesmo apesar de Amílcar Cabral insistir em não querer pessoas que não guineenses e cabo-verdianos na luta armada. Tivemos militares cubanos no terreno, mesmo que reduzido a um número mínimo, segundo Piero Gleijeses (2002, p.210).

Na opinião deste autor o papel da Suécia também não pode ser descartado. Isso foi reconhecido por Amílcar Cabral, que teria dito, que esse país teria contribuído mais que um grande número de países socialistas juntos. Mas a ajuda mesmo decisiva para o final do conflito, foi de longe da União Soviética, sendo a grande fonte de armas, apesar do envolvimento cubano ter sido considerado único.

Opinião também compartilhada por Luís Cabral, realçando o apoio na formação de quadros, na China, Marrocos, Checoslováquia e ainda a Argélia, mesmo assim, considerou que o apoio mais significativo teria vindo mesmo da União Soviética, apesar dos soviéticos terem num primeiro momento recusado sua ajuda, de acordo com Dalila Mateus Cabrita (1999, p.133).

A União Soviética teria começado seu programa de ajuda ao PAIGC em 1962, bem antes do envolvimento cubano, mas as origens da relação do PAIGC com Cuba, nada teriam a ver com o bloco soviético. Essa relação estaria enraizada nas viagens de Che Guevara ao continente africano segundo Piero Gleijeses (2002).

Mas sem dúvida que a junção de forças desses dois países, nomeadamente com o envio de armas mais a frente na guerra através de Cuba e, o treinamento do contingente militar do PAIGC por estes dois países, com a assistência técnica de cubanos no território da Guiné, foram primordiais para o sucesso dessa operação.

Neste capítulo, pudemos perceber que a ajuda necessária para que o PAIGC pudesse iniciar e manter sua luta armada pela independência da Guiné e Cabo Verde vieram do Bloco Soviético. Países como Cuba e China foram determinantes neste sentido. Sem esquecermos dos países africanos, que muito ajudaram o movimento de Amílcar Cabral.

Quanto aos Estados Unidos, como já tinha mencionado antes, sua relação com o movimento de Cabral, nunca foi palpável. “ *Os donos da política americana tinham pouco contacto com o PAIGC*. Apesar dos Membros do Gabinete de Assuntos Africanos nas administrações Kennedy e Johnson terem dito que estavam fazendo pressão para que o Departamento de Estado prestasse maior atenção à sua causa, “*mas se já era difícil convencer os altos funcionários da importância de Angola e Moçambique, a Guiné-Bissau estava fora de cogitação*”(Schneidmam, 2005, p.181).

IV – Capítulo

4. O desenrolar dos acontecimentos em Cabo Verde

O arquipélago de Cabo Verde é constituído por dez ilhas e cinco ilhéus que perfazem uma superfície de cerca de 4 033 km². Situa-se ao largo do Oceano Atlântico, entre o trópico de Cancer e o Equador, a mais ou menos 455km da costa ocidental africana, entre o Senegal e a Mauritânia. As ilhas e ilhéus formam dois agrupamentos segundo a sua posição em relação aos ventos dominantes do nordeste. As do Barlavento: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista, e os ilhéus Branco e Raso. E as do Sotavento: Maio, Santiago, Fogo e Brava, e os ilhéus Grande, Rombo e Cima, (Andrade, 1996, p.26).

Neste capítulo, irei analisar como o movimento de libertação nacional, comandado pelo PAIGC, visto terem a vontade mas não os meios para empreender a luta armada no arquipélago.

A realidade quotidiana da vida do povo de Cabo Verde, assim como as próprias leis portuguesas que lhe foram impostas no plano político, administrativo, económico, social, judicial e cultural, demonstram que a soberania foi sempre exercida no arquipélago pelas autoridades portuguesas sem qualquer participação do povo no funcionamento dos órgãos de soberania ou das instituições políticas e administrativas locais.⁷

O sistema político e administrativo português é, deste ponto de vista típico: todo poder pertence ao Governador, nomeado pelo Ministro das Colónias (ou do Ultramar) e aos administradores nomeados pelo Governador, todos europeus, salvo raras exceções, tanto nas ilhas de Cabo Verde como na Guiné. (PAIGC, 1974, p. 117).

No mesmo relatório podemos ver que apesar da revisão constitucional em Portugal, o facto é que, não teve nenhum impacto no modo como a dominação colonial portuguesa operava, independentemente da *“grande campanha demagógica levada a cabo tanto no plano local como no plano internacional para fazer crer que o arquipélago de Cabo Verde gozava (...) de uma autonomia interna.”*

Em Cabo Verde, tínhamos um Governador, designado pelo Conselho de Ministros português, sob proposta do Ministro do Ultramar. É ele que preside à Assembleia Legislativa, e nessa mesma Assembleia, somente uma minoria social privilegiada é de facto representada.

O colonialismo português desenvolveu ao máximo o sistema de trabalho forçado, sistema pior que a escravatura, pois o dono tinha interesse em assegurar a subsistência e a vida do escravo, ao passo que o «contratado», doente ou morto, era imediatamente substituído por um outro, que não custava nada, pode ainda ler-se no mesmo relatório. Em particular nas ilhas de Cabo Verde, o camponês devia entregar aos grandes proprietários de terras, um terço ou metade da sua colheita, em produtos de exportação. Como o terreno cultivado representava cerca de 0,25 hectares por habitante e 80% da população que vivia da agricultura, o que restava para sua alimentação e a sua família não era suficiente. Era esta a causa essencial das fomes, e não as secas, a que as autoridades colonialistas atribuíam todas as responsabilidades (PAIGC, 1974, p.118).

Amílcar Cabral explica essa situação da seguinte forma, distinguia primeiramente as ilhas agrícolas e não agrícolas, como também aquelas de grandes propriedades das ilhas de

⁷ PAIGC. Sobre a Situação em Cabo Verde. Relatório apresentado ao Comité de Descolonização da ONU, por ocasião da 970ª sessão, que teve lugar na sede em Nova York, no dia 29 de Março de 1974, pelo camarada Abílio Duarte. Livraria Sá da Costa Editora.P-8, 1974.

pequenas propriedades. A estrutura social do arquipélago de Cabo Verde estava dividida da seguinte forma, tínhamos os grandes proprietários, os pequenos proprietários e os rendeiros. O grande proprietário era naturalmente hostil à ideia de libertação nacional, porque esse sistema o beneficiava e muito. Já no caso do pequeno proprietário, havia divergências de opiniões, alguns eram favoráveis porque esperavam aumentar suas propriedades com a libertação, outros por estarem numa posição mais desvantajosa temiam quaisquer transformações políticas e sociais.⁸

Não se afigurava nada fácil, a missão dada aos militantes do PAIGC, que tiveram a incumbência de desenvolver um trabalho de cariz político no arquipélago, de modo a dar início ao processo de tomada de consciência do povo cabo-verdiano residente nas ilhas quanto a sua independência da metrópole.

De acordo com José Augusto Pereira (2015, p.130), eles tinham que “ *capitalizar em prol da causa nacionalista as carências sentidas por largas camadas da população cabo-verdiana, convencê-la de que a extrema pobreza, as injustiças e a falta de perspectivas estavam necessariamente associadas à dominação colonial exercida sobre Cabo Verde, acicatar o espírito de insurreição e predispor as massas populares para o apoio a ações armadas que deveriam surgir aos seus olhos como a única via possível para a destruição do sistema colonial rumo a independência*”.

Para Amílcar Cabral, era de grande importância que antes do início da luta armada no território cabo-verdiano, que o povo tivesse antes a oportunidade de passar por um amplo e profundo trabalho de mobilização. Mais ou menos como foi feito na Guiné, para só depois poderem estar em condições de pegar nas armas, segundo Pereira, (2015, p.131).

Nas palavras de Aristides Pereira (2003, p.149), “*em 1958, Abílio Duarte, militante da primeira hora do PAIGC, segue para São Vicente com o propósito de iniciar a mobilização clandestina de cabo-verdianos e assegurar a sua adesão à luta de libertação nacional...disfarçando-se de estudante, Abílio conseguiu formar à sua volta um grupo conhecido por do 3º ciclo, o qual não foi senão um pretexto para encobrir a mobilização dos jovens estudantes e trabalhadores para a causa da luta*”.

⁸ PAIGC. A arma da teoria-Breve análise da estrutura social da Guiné e de Cabo Verde. Fundamentos e objectivos a Libertação Nacional em relação à estrutura social. Colecção “Cabral ka muri”. Nº 7. Edição de Departamento de Informação, Propaganda e Cultura de C.C. do PAIGC, P-14 a 15,1984.

Segundo José Augusto Pereira (2015, p.135) o PAIGC pretendia em um primeiro momento, levar a palavra aos camponeses e, *“ esta opção, particularmente visível na década de 60, tinha um óbvio alcance político dado que, lançado entre os camponeses o tema da distorção existente quanto à posse, o uso e a repartição dos frutos da terra, os militantes clandestinos pretendiam engrossar as fileiras anticolonialistas, canalizando a revolta popular contra um fenómeno que acreditavam os responsáveis do PAIGC, representava uma das faces do regime colonial em Cabo Verde.”*

O autor identifica outras alas da sociedade cabo-verdiana, que seriam também abordadas pelo partido, como a pequena burguesia ligada ao aparelho administrativo da província, bem como a camada estudantil. Estes grupos eram vistos pelo partido como aqueles que melhor poderiam testemunhar a discriminação racial gerada pelo sistema colonial português. E quanto as ilhas consideradas prioritárias no processo de captação de mais pessoas para a luta, o PAIGC ordenou pelo seu peso demográfico e predominância agrícola, as ilhas de Santiago, Santo Antão e São Vicente.

De acordo com Aristides Pereira (2003, p.162), *“ na perspectiva de preparar o terreno para um eventual início da luta armada em Cabo Verde, Cabral enviou para a ilha de Santiago Fernando dos Reis Tavares (Toco), com objectivos precisos de identificar e proceder ao reconhecimento de locais adequados para acolher e esconder os guerrilheiros”.*

Mas o grau de penetração do partido variava de ilha para ilha, refere José Augusto Pereira (2015, p.136). Enquanto que em Santiago, com destaque para o concelho de Santa Catarina, com um elevado numero de militantes do partido. Já em São Vicente, o movimento não conseguia bons resultados.

Outro aspeto trabalhado pelo PAIGC, no que diz respeito a mobilização de pessoas, para junto do partido. Era nunca esquecer da comunidade dos emigrantes cabo-verdianos, o que segundo José Augusto Pereira, demonstrava um reconhecimento por parte do partido, pela importância que essa vertente do povo das ilhas acarretava nesse processo. Com especial destaque para associação de cabo-verdianos criada em 1967 na Holanda, mais precisamente, Roterdão que segundo o autor *“ para além de prestar apoio e assistência aos seus membros, cedeu o seu palco a sessões de esclarecimento onde marcaram presença vários dirigentes e responsáveis do partido. Holanda afirmou-se como um destacado centro de militância nacionalista cabo-verdiana.”*

As dificuldades de comunicação também desempenhavam um grande empecilho ao partido, principalmente, “*entre os vértices que compunham o triângulo Cabo Verde, Lisboa e Conacri*”. Além claro da insularidade característica do território cabo-verdiano, que dificultava ainda mais as aspirações do partido em todos os aspetos. Essa insularidade, em última instância, por todos os problemas que causava as aspirações do partido, nomeadamente, na tentativa de desembarcar homens para a luta armada e o estabelecimento de linhas de comunicação. Acabava por beneficiar o trabalho da própria PIDE, no controle de tudo que fosse material do PAIGC, ou de pessoas ligadas ao partido. O que resultou em Setembro de 1962 na apreensão de papéis do PAIGC, nomeadamente os estatutos e o programa do partido, a declaração do PAIGC sobre a situação do povo de Cabo Verde apresentada no Comité Especial da ONU, com alguns exemplares do jornal de Libertação, Pereira (2015, p.139).

E por fim, a própria PIDE, a polícia política da metrópole, suas intervenções tiveram grande impacto nas ações do PAIGC, sempre condicionando grande parte de suas investidas. Beneficiavam de grandes poderes nas ilhas, efetuaram muitas prisões no período compreendido de 60 até às vésperas do 25 de Abril.

Foi a ação da PIDE, que fez com que Abílio Duarte, um dos primeiros a levar a mensagem do PAIGC às ilhas, nomeadamente, a de São Vicente, tivesse de fugir de Cabo Verde, para que não fosse capturado. Mesmo tendo deixado Cabo Verde à pressa, o seu trabalho não foi em vão. Isto porque, segundo Aristides Pereira (2003, p.150) “*muitos dos então jovens estudantes e operários mobilizados por Abílio Duarte vieram a revelar-se extremamente úteis e eficientes na tarefa de consolidação da estrutura clandestina do PAIGC em Cabo Verde e ainda na mobilização dos emigrantes cabo-verdianos em Portugal, França, Holanda e Bélgica.*” Para o autor a ação da PIDE foi de tal forma eficiente, que o partido teve de rever toda sua estratégia para Cabo Verde “*Após estas prisões, Cabral resolve proceder a uma reestruturação profunda da estrutura clandestina do PAIGC em Cabo Verde, na medida em que a mesma tinha sido infiltrada e desmantelada, com a prisão dos seus principais responsáveis.*”

Para José Augusto Pereira (2015, p.147) temos caso de militantes do PAIGC que antes mesmo de chegarem a Cabo Verde já estavam sob os olhos da PIDE, pessoas como Onésimo Silveira, que chegou a São Vicente em 1963. E segundo o autor, era “*um homem de quem as autoridades portuguesas conheciam o posicionamento político, claramente contrário à*

presença portuguesa nas colónias africanas.” Onésimo Silveira também foi alvo de grande controlo por parte da polícia política da metrópole. Devido aos seus escritos, nomeadamente, a poesia, que utilizava para expressar seu desagrado com a situação colonial, o sofrimento nas ilhas e em outras partes do império colonial português. A este não restou outra solução a não ser a fuga do arquipélago em 1965.

Mas o partido continuou a enviar mais militantes devidamente disfarçados, para prosseguirem com o trabalho feito até então, Pereira (2015, p.161). Na opinião do autor a terrível seca que assolou as ilhas nos anos 1970, juntamente com a incapacidade da metrópole em fornecer comida aos trabalhadores, mesmo com todas as medidas tomadas como, “*o aprovisionamento e distribuição de alimentos e comprimidos polivitamínicos e a abertura de novas frentes de trabalhos públicos*”, serviram para aumentar o desagrado do povo das ilhas.

Neste sentido, o autor considerou que estes aspetos tiveram como resultado, em muitos dos casos, revoltas da população, fato este que não passou despercebido pela PIDE: “*no Tarrafal, em julho de 1970, a DGS mostrava-se surpreendida com a mudança de comportamento dos operários envolvidos nas frentes de trabalhos públicos que, perante os funcionários encarregues de realizar os pagamentos, exprimiam lamentos*”.

De acordo com José Augusto Pereira (2003, p.163), “*é numa conjuntura marcada pelo espectro da crise alimentar e da agitação social que militantes do PAIGC assinalam um crescimento no número de militantes, sobretudo na ilha de Santiago.*” Podemos dizer que o partido soube aproveitar-se dessa instabilidade e falta de solução por parte da metrópole, para despertar ainda mais no povo uma consciência política que os conduziria mais rapidamente a liberdade.

Apesar do número de militantes estar a aumentar, Jorge Querido mostrava-se alarmado com essa vontade que esses novos integrantes tinham para passarem a ação concreta, ou seja, para iniciarem a luta armada. O partido estava a crescer, mais ainda não dispunha de um sistema seguro e estável no arquipélago que desse segurança suficiente para ações de grande envergadura. De acordo com José Augusto Pereira (2015, p.170), a prova disso eram os acontecimentos seguintes: “*visando dismantelar a rede clandestina do PAIGC em Cabo Verde, a PIDE/DGS infiltrou inúmeros informadores e agentes cujo trabalho de sapa resultou na prisão de muitos nacionalistas. Na mesma linha de preocupações, as autoridades coloniais introduziram um falso coronel, de nome José Borges, que dizia ser enviado do PAIGC, que ludibriou 11 destacados responsáveis da clandestinidade, levando-os a uma*

cilada, que resultou na sua prisão pouco tempo depois de terem tomado de assalto o navio Pérola do Oceano no dia 21 de Agosto de 1970.”

Segundo José Pereira (2015, p.173), não houve muitas alterações no balanço das atividades tanto da PIDE como do PAIGC entre Agosto de 1970 e o 25 de Abril.” *A insularidade erigiu-se como poderoso condicionante ao impor uma barreira às comunicações entre o interior do arquipélago e a direção do partido em Conacri.”*

Com relação ao desembarque em Cabo Verde de homens devidamente treinados para fazerem a guerra no arquipélago, fato este que nunca aconteceu, mas era parte integrante do plano de Cabral no processo de independência da Guiné e Cabo Verde. O partido escolhia as ilhas mediante certas condições que poderiam contribuir para o sucesso dessa missão.

O autor José Pereira (2015, p.173), referiu que essas escolhas teriam sido feitas com base em quatro critérios: relevo montanhoso, população, maior produção agrícola e abundância de reservas de água e, finalmente, maior área de forma a permitir maior liberdade de movimentos. As ilhas que reuniam todas essas características eram Santo Antão e Santiago. Para o autor os militantes que iriam executar este ambicioso plano, receberam uma formação em marinha de guerra, proporcionado pela União Soviética, *“que se iniciou em finais de 1970, durou dois anos e decorreu nas águas do Mar Negro, tendo por base o porto de Odessa, na Ucrânia.”*

Nas palavras de Aristides Pereira (2003, p.170), *“a missão, de facto, era preparar um desembarque em Cabo Verde, previsto para 1967. Nessa altura, estava em voga a teoria de foco de guerrilha de Che Guevarra. Enquanto aguardávamos a melhor oportunidade, aconteceu o caso da Bolívia, no qual Che perdeu a vida, vindo a saber-se que nessa operação tinham atuado agentes cubanos infiltrados pela CIA.”* O autor ainda nos diz que, o plano que envolvia um possível desembarque de forças operacionais do PAIGC no arquipélago, estaria sendo seguido pela PIDE e já havia um certo período de tempo e, isso aumentava ainda mais o risco que toda essa missão exigia. Mas apesar das dificuldades, esse plano nunca teria sido posto de parte em nenhum momento, destacando a criação da marinha do PAIGC, a criação da Comissão Nacional de Cabo Verde em 1973.

É difícil apontar com clareza as razões que conduziram a não realização dessa missão de alto calibre. Talvez ela se tenha revelado mais complicada do que a princípio se mostrava. Ou poderá ter sido uma consequência da morte de Cabral. O líder do PAIGC tinha uma visão

estratégica bem apurada e ela estava bem assente na unidade Cabo Verde-Guiné. De facto a PIDE estava mesmo monitorizando a situação com bastante cuidado, como podemos ver nos seus arquivos, que eles já teriam recebido informações como *“uma mensagem de Bissau, a qual informava que um grupo de terroristas estava a ser treinado na fronteira Guiné, Konakri-Senegal, por um tal Barros, para serem enviados para esta Província, juntamente com material de guerra devidamente encaixotado, na próxima viagem do navio que normalmente faz as viagens Daka-Cabo Verde. O embarque seria efectuado em Dakar....Dado decerto saberem que este Posto exerce sempre à chegada de rotina, a uma busca e identificação, não se crê como verdadeiramente provável que PAIGC realize tal proeza.”*⁹

O 25 de Abril teve um enorme impacto em Cabo Verde, de acordo com David Hoffer Almada (2011, p.31), a notícia demorou uns dias mas chegou. *“Os detidos não sabiam o que se passava, pois não tinham tido qualquer informação sobre os últimos acontecimentos, já que não tinham acesso aos serviços de comunicação social nem ao telefone e ninguém lhes havia dado a notícia da revolução de 25 de Abril em Portugal, apesar de já terem decorrido cerca de cinco dias”*. O autor destaca um fato que serviu para acelerar as movimentações políticas, que foi a amnistia concedida a todos os presos políticos, incluindo os que estavam detidos nos estabelecimentos prisionais das antigas Colónias Portuguesas. Foi naturalmente com muito alegria, que vários presos políticos acabaram escapando a um mau período que se adivinhava e, aquando da sua libertação, foram recebidos pelo povo como heróis, *“a libertação deu-se a 01 de Maio de 1974, numa jornada que se transformou numa das maiores manifestações políticas até então vistas em Cabo Verde”*.

O que tivemos nos dias seguintes, foram celebrações desse novo período que se iniciara. Mas o facto interessante foi que, não estava claro para todos os cabo-verdianos apesar de reconhecerem o valioso e indispensável contributo do PAIGC, que seria esse partido a governar Cabo verde.

É com base nisso que David Hoffer Almada (2011, p.33) diz-nos que *“desde logo, é constituída na Cidade da Praia a primeira organização coordenadora das movimentações políticas, com vista à sensibilização da população e a conquistar os cidadãos para os propósitos da Independência total e imediata propugnada e defendida pelo PAIGC,*

⁹ Torre do Tombo, Arquivos da PIDE. Assunto: P.A.I.G.C. Mensagem Destinada ao Chefe da delegação da D.G.S-PRAIA-.procedente do Posto da D.G.S. Mindelo, 16 de Junho de 1971. Nº62, NT 5376.

organização essa constituída por militante até então na clandestinidade e por simpatizantes da causa.”

Segundo Hoffer (2011, p.38) foi de facto o PAIGC, o partido que lutou contra o regime fascista português, foi esse partido que conduziu a luta armada na Guiné, ao mesmo tempo que operava uma luta clandestina em Cabo Verde. Mas o efeito produzido pelo 25 de Abril foi tão forte, que *“começaram a surgir pessoas e grupos a querer organizar-se ou a aparecer para tomar posição em relação ao processo político já em curso em Cabo Verde.”*

O próprio Aristides Pereira (2003, p.272) reconheceu esse facto, dizendo que *“apesar do trabalho intenso e positivo desenvolvido pela estrutura clandestina do PAIGC desde pelo menos a segunda metade da década de 50, até aos primeiros meses que se seguiram ao 25 de Abril, não foi notória a supremacia do PAIGC relativamente às outras forças políticas criadas após o 25 de Abril.”*

Começamos a ter agora no arquipélago, a formação de novos partidos políticos, como a UPICV (União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde), cujo líder havia sido obrigado a fugir do país por causa das perseguições da PIDE. Tivemos também a formação da UDC ou União Democrática Cabo-Verdiana, um partido que a princípio advogava a uma processo de independência faseada, e conduzida por Portugal, até que o país pudesse caminhar sozinho, de acordo com Hoffer Almada (2011).

É interessante notarmos que esses partidos segundo Aristides Pereira (2003, p.272), gozavam do apoio do Presidente português, António de Spínola e, que isso fazia parte de uma estratégia do presidente para que o PAIGC não fosse a única força política no terreno.

Opinião também partilhada por Norrie Macqueen (1998, p.144), que diz ser *“difícil determinar que apoios tiveram estes grupos no período compreendido entre o 25 de Abril e o acordo de independência em Novembro de 1974. É evidente que ambos os partidos gozaram de um tratamento preferencial durante o tempo da presidência de Spínola, a UDCV como porta-bandeira da solução federal, a UPICV como conveniente opositor radical ao PAIGC.”*

O presidente português defendia um sistema diferente para Cabo Verde e aproveitava a conjuntura internacional da época para dar mais força ao seu argumento. Ou seja, o fato do PAIGC ter laços estreitos com a União Soviética, no caso de conseguir o poder, iria facilitar para os russos a entrada no arquipélago, de acordo com Aristides Pereira (2003).

Na sua opinião a UDC defendia ideias que estavam na linha do federalismo proposto no livro de Spínola “Portugal e o Futuro” sendo interessante que essas ideias fossem também utilizadas por esses partidos. “ *Nesse período, tanto a UDC como a UPICV fizeram da pretensa «sovietização» e do projeto de unidade da Guiné-Bissau e de Cabo Verde o seu maior cavalo-de-batalha contra o PAIGC.*”

Mesmo com esse apoio de Spínola, esses novos partidos, partiam com uma larga desvantagem com relação ao PAIGC. Que já era conhecido no meio urbano, graças a campanha que vinha fazendo ao longo de todo o processo de independência e tinha para si, a poderosa aura de Amílcar Cabral, que era reconhecido por quase todos os cabo-verdianos. Além disso, pesava o fato de o PAIGC poder “*contar com o reconhecimento do terreno por parte dos militantes da clandestinidade e ainda o facto de ter sido reconhecido como único e legítimo representante de Cabo Verde pela OUA e pela ONU*”, de acordo com Aristides Pereira (2003).

Para desfazer ainda mais as aspirações desses partidos, o PAIGC tinha como aliado os representantes do MFA. Que haviam sido destacados para o arquipélago e somado ao apoio de jornais e rádios, tudo isso “*contribuiu, decisivamente, para que o PAIGC fizesse passar, com alguma facilidade, a sua mensagem e tivesse uma grande capacidade de penetração no seio das populações, destacando alguns dos seus militantes e pessoas da sua confiança para a mobilização nas diversas ilhas*” (Hoffer, 2011, p.39).

Com a Guiné independente, faltava agora para complemento dos objetivos principais do partido, que eram a libertação dos dois territórios, a independência de Cabo Verde. O que não foi tão fácil de conseguir visto a ênfase da luta ter sido na Guiné, apesar de todo trabalho feito clandestinamente no arquipélago.

Portugal resistiu e tudo fez para manter o arquipélago, “*a própria posição geográfica de Cabo Verde, no contexto da guerra fria e as especificidades várias que esse território apresentava no conjunto das ex-colónias portuguesas trouxeram expectativas favoráveis àqueles que, juntamente com o general Spínola, acreditavam numa solução federalista para o problema das colónias portuguesas.*” (Pereira, 2003, p.270)

Norrie Macqueen (1998, p.143), também segue na mesma linha dizendo que, “*a importância estratégica da sua posição geográfica, numa altura em que, apesar da détente geral entre as superpotências, a competição naval no Atlântico Sul estava a agudizar-se. A*

orientação antiocidental do PAIGC durante a luta armada e a sua dívida política e material para com o bloco soviético eram universalmente reconhecidas.”

Para o autor, um fator que veio abrir uma luz para a solução desse problema foi, *“A queda de Spínola, no fim de Setembro de 1974, deu um impulso decisivo à evolução da situação. Quadros importantes do PAIGC, incluindo Pedro Pires, podiam agora movimentar-se livremente entre a Guiné e Cabo Verde.”*

Spínola sempre teve ligado a esse processo de independência de Cabo Verde, querendo ou não. Segundo Macqueen (1998), com sua saída, *“uma série de reuniões em Lisboa, no mês de Outubro de 1974, permitiu esboçar um acordo. O que resultou foi essencialmente um sistema híbrido entre a ideia spinolista de consulta e a insistência dos movimentos de libertação (e cada vez mais do MFA) em transferir o poder para grupos legitimados pela ação revolucionária.”*

Um detalhe importante realçado pelo autor, foi a pressão exercida pelo MFA durante as negociações entre Pedro Pires e Almeida Santos, que estavam a decorrer entre 15 e 22 de Novembro. Para Macqueen (1998, p.147), *“A posição portuguesa foi minada pelo MFA de Cabo Verde que, desconfiando de atrasos na conclusão de um acordo e cada vez mais consciente do seu poder, enviou um ultimato a Lisboa, ameaçando simplesmente transferir a autoridade para o PAIGC e organizar uma retirada militar em seu próprio nome.”*

De acordo com Norrie Macqueen o período do governo de transição passou sem incidentes significativos. E, no dia 30 de junho de 1975 realizaram-se as eleições para a Assembleia Constituinte, tendo sido eleitos todos os 56 candidatos do PAIGC, incluindo Pedro Pires e Aristides Pereira. O PAIGC obteve 92% dos votos numa percentagem de 85% de votantes. No seguimento do constitucionalmente exigido - mas na realidade já decidido - Voto da Assembleia, Cabo Verde celebrou a sua independência no dia 5 de julho. Aristides tornou-se Presidente e Pedro Pires Primeiro-Ministro.

O que conseguimos observar neste capítulo foi, que o domínio do PAIGC em território cabo-verdiano não esteve nunca livre de obstáculos. O 25 de Abril permitiu o regresso de muitas pessoas com influência política para se apresentarem ao povo das ilhas como soluções viáveis. Mas mesmo com a ajuda do presidente Spínola, partidos como UDC e UPICV, não conseguiram contrabalançar todo o trabalho feito pelo PAIGC até então, que acabou sendo eleito em 1975.

4.1. A separação do partido após a independência

Neste capítulo, demonstramos as causas que conduziram a separação do PAIGC. Desde o golpe de estado sofrido na Guiné, até a proclamação do novo partido que se assumiam assim, como os novos herdeiros da vontade de Amílcar Cabral, neste caso o PAICV.

A questão da unidade Guiné/Cabo Verde, foi alvo durante todo o processo de luta colonial, de um intenso ataque. Foi posto debaixo de fogo primeiramente pelos guineenses, depois por cabo-verdianos e principalmente por portugueses, ao longo de sua existência.

É bastante curioso que logo após o PAIGC ter conseguido alcançar seu objetivo principal, que era a independência tanto da Guiné, como de Cabo Verde também, o que viria a acontecer mais tarde (1975). Essa unidade depois de ter resistido a todo tipo de ataque durante a guerra de libertação, tenha sido quebrada.

Por um lado, podemos dizer que essa ligação sempre muito contestada cumpriu com o seu objetivo, que era efetivamente a libertação desses territórios. Mas, fatores como a distância, diferentes costumes, até mesmo a morte de Amílcar, seu principal defensor, teriam vindo a influenciar no seu término.

Podemos constatar pelos arquivos da PIDE, que havia muita competição interna por causa dessa unidade. Amílcar Cabral teria remodelado o órgão executivo supremo do partido, devido aos graves conflitos entre cabo-verdianos e guineenses. Ficando como titulares daquele órgão, além de Amílcar Cabral, o seu irmão Luís Cabral e Aristides Maria Pereira.¹⁰

Quer Cabo Verde, quer a Guiné construíram-se sob o colonialismo português, tem uma história em comum e, juntos encontraram forças para fazer frente a esse controlo. Amílcar Cabral tinha uma visão muito estratégica e não via a Guiné sendo livre, sem Cabo Verde partilhar dessa mesma liberdade.

Não podemos negar, que a força do PAIGC se deveu sem dúvida, a essa unidade. Cabo-verdianos e guineenses trabalhando juntos, fizeram com que o partido ficasse mais forte, mas não era só isso, tanto um como o outro teria maior alcance a nível geográfico, os dois juntos podiam superar suas fraquezas.

¹⁰ Torre do Tombo, Arquivos da PIDE. Extrato do jornal o “Arquipélago” do dia 9/9/1971. Nº62, NT 5376.

Nas palavras de Pedro Pires (2015), *“A aliança entre os dois países e povos contribuiria para diminuir os efeitos negativos destes dois handicaps de natureza estrutural. Uma Guiné com uma extensão insular e atlântica seria outra coisa e teria maior peso junto dos seus vizinhos. De igual modo, um Cabo Verde com uma extensão continental seria também diferente e com maior expressão junto dos países continentais”*.

O acontecimento que da origem ao processo de cisão na unidade Guiné/Cabo Verde, se encontra situado no golpe de estado efetuado na Guiné-Bissau, a 14 de Novembro e, que ditou o afastamento do presidente do Conselho de Estado, Luís Cabral, PAICV (1981, p.28). A seguir ao Golpe de Estado, foi instalado um Conselho da Revolução, *“dirigido pelo comandante de Brigada (o mais alto grau das forças armadas) João Bernardo Vieira, conhecido pelo seu nome de Guerra «Nino» que exercia as funções de Comissário Principal (Primeiro-Ministro).”*

Não houve muito derramamento de sangue, apesar de se ter ouvido pela rádio ANOP em Lisboa, que dois dirigentes teriam sido mortos, quando tentaram resistir. Tratava-se de Srs. António Buscardini, Director dos Serviços de Segurança e Otto Schatt, alto funcionário do PAIGC.

Logo que essas graves notícias chegaram a Cabo Verde, o Conselho de Ministros condenou o golpe de estado. Considerando-o como algo contrário aos princípios defendidos pelo partido. Mesmo não querendo intrometer nos assuntos internos da Guiné, esse Conselho de Ministros reservar-se-iam no direito de rever suas posições até então assumidas em relação aos dois Estados.

Depois do ocorrido, João Bernardo Vieira, enviou uma carta ao Secretário-Geral do PAIGC e Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira. Em que ele garantiu ter preservado a integridade física do ex-presidente, Luís Cabral, afirmando não ter havido derramamento de sangue e nenhum ato de vingança no processo. E, que se mantinham fiéis aos objetivos do partido, (PAICV, p.41).

Ao responder essa mesma carta, o Presidente de Cabo Verde, demonstrou seu desagrado com essa situação, dizendo que, um golpe de estado nunca tinha sido um método viável para resolução de seus problemas. O partido tinha elegido órgãos internos para resolução de quaisquer problemas. E, a garantia da integridade física de Luís Cabral por si só era insuficiente, (PAICV, p.43).

Na resposta, João Bernardo Vieira, classificou suas ações como única saída possível face ao que o ex-presidente estava fazendo com o país e, ao que o próprio Aristides não estaria fazendo. *“A atitude passiva do Camarada Secretário-Geral do Partido perante comportamento e posições antidemocráticos do camarada Luís Cabral contribuiu largamente para deterioração da situação no país”*. Ele chega mesmo ao ponto de ameaçar o então Secretário do Partido, chamando sua atenção para o fato que, *“Qualquer tentativa de influenciar a nossa marcha será categoricamente rejeitada e o Camarada Secretário-Geral poderá daí tirar as conclusões que entender.”*¹¹

Aristides Pereira, respondeu recorrendo a composição orgânica do Partido e seus meios de resolução de conflitos, que deveriam ser resolvidos internamente. Ele chega mesmo a dizer que *“O que de facto aconteceu é que em vez de te servires deste órgão e do seu Comité Permanente para lutar contra o que qualificas de comportamento e posições antidemocráticas do camarada Luís Cabral bloqueaste pura e simplesmente o funcionamento destas instâncias que o Partido pôs sob tua responsabilidade”*

Apesar de todas essas farpas entre estes dois chefes de estado, até então ninguém tinha renunciado ao projeto de unidade Guiné/Cabo Verde. O próprio Aristides Pereira, manifestou em uma dessas cartas a sua disponibilidade em encontrar-se com João Bernardo Vieira na ilha do Sal, isso em 22/11/80. Mas esse convite foi imediatamente recusado pelo Nino, no 12/12/80 sob a desculpa que visto Cabo Verde ainda não se ter pronunciado oficialmente sob sua posição quanto ao fato ocorrido na Guiné, que o Conselho da Revolução iria aguardar um momento mais oportuno para um encontro.¹²

Tivemos a partir daqui, uma clara alteração no modo como estes dois chefes de estados se confidenciavam. Chegando ao ponto do chefe de estado cabo-verdiano dizer que tinham constatado através de um emissário enviado a Bissau *“a persistência em pretender endossar as responsabilidades de todos os males da Guiné e Cabo Verde aos cabo-verdianos e até ao seu Presidente através de toda a sorte de calúnias injúrias e insultos proferidos em Bissau e no estrangeiro por membros assessores e representantes do Conselho da Revolução.”*¹³

¹¹ PAICV. Do PAIGC ao PAICV-Documentos.P-45, Abril de 1981.

¹² PAICV. Do PAIGC ao PAICV-Documentos.P-49, Abril de 1981.

¹³ Idém,P-50,1981.

E sendo assim, os dirigentes cabo-verdianos, juntamente com o povo não iriam aceitar as responsabilidades por uma situação criada na Guiné. *“Somos obrigados a nos demarcarmos claramente de toda a confusão política e ideológica e de qualquer demagogia.”*¹⁴

Num discurso feito na Conferência Nacional dos Militantes do PAIGC, a 16 de janeiro de 1981, Aristides Pereira, diz *“Sabia-se que era natural que o importante investimento político e divisionista realizado pelo inimigo aumentasse as dificuldades da caminhada comum. Não era, porém, previsível que, sete anos decorridos após o bárbaro assassinato de AMÍLCAR CABRAL e no sexto aniversário da libertação total da República da Guiné-Bissau, viéssemos a assistir a um segundo golpe de significado e consequências ainda mais graves do que o anterior.”*¹⁵

Outra razão que teria deixado Aristides Pereira triste e, que foi por ele considerado a razão mais irracional, foi quando os membros do então formado Conselho da Revolução na Guiné, terem proferido palavras alegando que, queriam se ver livres do que consideravam ser um colonialismo cabo-verdiano.¹⁶

Mediante todo esse problema, iniciado na Guiné e perante todos os obstáculos que João Bernardo Vieira e o seu Conselho da Revolução vinham pondo com relação a resolução do assunto. Também pelo fato de eles não desejarem nenhuma interferência externa, não restou nenhuma alternativa ao Presidente de Cabo Verde a não ser a separação oficial do partido.

Assim veio a proclamação na Conferência Nacional dos militantes do PAIGC em Cabo Verde, a 20 de Janeiro de 1981, fazendo referência ao duro golpe sofrido na Guiné e, das consequências daí advindas para as estruturas de direção supranacional do PAIGC. Que, face a este cenário, não restava outra solução, senão a transformação do partido numa entidade nacional cabo-verdiana, com características próprias.¹⁷

Ou seja, a partir de então, tínhamos em Cabo Verde um partido nacional, atendendo pelo nome PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde) que iriam manter-se segundo seus representantes, fiéis ao pensamento de Amílcar Cabral. Denominando como os legítimos herdeiros da missão histórica do PAIGC, assumindo seu conteúdo ideológico e

¹⁴ Idém, P-51, 1981.

¹⁵ PAICV. Do PAIGC ao PAICV-Documentos. P-77, Abril de 1981.

¹⁶ Idém, P-78, 1981.

¹⁷ Idém, P103, 1981.

mantendo a vontade de preservar as relações privilegiadas com os partidos e organizações que sempre lhes apoiaram.¹⁸

Desse Congresso, temos Aristides Maria Pereira como Secretário de Estado e Pedro Verona Rodrigues Pires para Secretário-Geral Adjunto. Este que, assumindo o cargo de Primeiro-Ministro, vem explicar a nova sigla do partido aos cabo-verdianos e ao mundo.

O nome do Partido do qual saiu o PAICV é o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde. *«Partido Africano da Independência» o «Africano significa que Cabo Verde é África, significa a luta permanente contra a alienação, a luta permanente contra a divisão e é por isso que mantemos a estrela negra da unidade dos povos africanos. Continuamos com o «Africano», portanto continuamos com a estrela negra do nosso Partido inicial. «Da independência», porque queremos a verdadeira independência do nosso martirizado continente. Estas três palavras-Partido Africano da Independência- significam para nós a vontade, a determinação dos povos africanos na construção duma África unida, próspera e independente.*

Conclusão

Tivemos ao longo da história grandes guerras mundiais. Foram essas mesmas tragédias que trouxeram consigo mudanças na vida e no pensamento das pessoas. Depois de séculos de colonização, as duas grandes guerras mundiais fizeram com que africanos e europeus lutassem juntos por uma mesma causa. O que nasceu desse evento histórico, tornou-se irreversível.

O final da Segunda Guerra Mundial trouxe ao mundo uma nova era, com conceitos renovados e a emergência de novas nações. A partir de 1945 o pan-africanismo tornou-se mais presente na mente dos líderes africanos e podemos constatar isso com as diversas Conferências realizadas, como a de 1958, Conferência dos Estados Independentes da África, em Monróvia, ou a de Agosto de 1959 em Accra. Depois em Conacri (1960), realizou-se a II Conferência dos Povos de África, quando o conflito ideológico entre chineses e soviéticos se tornou público (Hernandez, 2002, p.152).

¹⁸ Idém, P-104 a 105, 1981.

O próprio Amílcar Cabral fez referência a esse modo de pensar, que emergiu da Segunda Guerra Mundial. Vendo as colónias francesas e inglesas a libertarem-se das amarras coloniais, o líder do PAIGC chegou à conclusão que o regime colonial português era algo que não tinha lugar nesse novo mundo.

No decorrer da Guerra Fria, tivemos uma época bastante singular, em que duas potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética, apesar de não desejarem uma guerra nos termos normais, também não queriam ser ultrapassados pelo rival. A luta passou a ser conduzida em outros territórios ao redor do mundo, cada um buscando o maior número de aliados possível.

O PAIGC fundado em 1956, por Amílcar Cabral, decidiu iniciar a luta de libertação contra a metrópole, Portugal. E é neste contexto internacional que o movimento anticolonial foi buscar os meios que o capacitariam a fazer sua luta política e militar, visto que sem o recurso à força, Portugal não estaria inclinado a conceder essa independência tão cedo.

Ao longo deste trabalho, tivemos como objetivo principal, demonstrar o processo de descolonização de Guiné e Cabo Verde perante o cenário de Guerra Fria. Ou seja, a forma como o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde soube aproveitar essa conjuntura internacional para alavancar sua luta pela libertação nacional. E saber de que forma o contexto internacional pós-Segunda Guerra Mundial ajudou na causa do PAIGC.

Começamos pela análise das teorias de relações internacionais, de modo a explicar o comportamento dos atores mais importantes como Estados Unidos, União Soviética e Portugal, fazendo referência às teorias realistas, liberais e marxistas. No modo de pensar e agir dos Estados Unidos e União Soviética, as teorias realista e neorrealistas oferecem um bom ângulo para entendermos a busca por influência ao redor do mundo. A teoria liberal ajuda na explicação dos novos organismos como ONU, que foi um grande palco para estas superpotências, onde também Portugal teve de se defender de vários ataques contra a sua política no Ultramar. O Marxismo que trouxe consigo um ataque feroz ao capitalismo e imperialismo, também foi importante na compreensão daquilo que os movimentos de libertação lutavam contra, nomeadamente o PAIGC.

Já no segundo capítulo, fizemos um enquadramento histórico da conjuntura internacional da Guerra Fria, focando-nos nas origens desse confronto. Referimos alguns dos atores mais importantes, para além dos eventos que marcaram aquele período. Segue uma breve descrição dos processos de descolonização que antecederam a guerra colonial portuguesa, caso da

Inglaterra e França, para depois nos concentrarmos no caso em particular, o português, que não foi tão pacífico como os outros, visto a descolonização das colónias ter sido negociada somente depois de anos de luta e depois da deposição do regime autoritário português a 25 de Abril de 1974. Já no final do capítulo, também descrevemos os acontecimentos ao nível interno e externo em Portugal, que antecederam ao 25 de Abril, ou seja, tudo isso para que pudéssemos entender a Guerra Fria, a forma como que Portugal respondia aos desafios internos e externos, e o peso que essa guerra estava gerando no governo português.

O terceiro capítulo, é onde explicamos a trajetória do líder do partido, Amílcar Cabral, até à criação e preparação do PAIGC para a sua difícil tarefa, a independência da Guiné e Cabo Verde. Descrevemos todo o confronto bélico ocorrido na Guiné, entre as forças portuguesas e os guerrilheiros do partido, passando pela trágica morte do líder máximo do partido, até a independência da Guiné em primeiro lugar e depois Cabo Verde. No final examinamos a ajuda externa conseguida pelo PAIGC, ou seja, quais os países que apoiaram o partido e o impacto dessas ajudas na causa do partido. Terminamos o trabalho analisando o desenrolar dos acontecimentos em Cabo Verde, e explicando as causas aparentes da separação do PAIGC após a vitória.

Pudemos constatar que, do lado dos americanos, apesar de uma vontade inicial na defesa do anticolonialismo, houve certos acontecimentos que enquadrados no contexto da Guerra Fria, acabaram neutralizando essa mesma vontade e consequentemente favorecendo Portugal. Devido a sua base nos Açores, o governo de Salazar soube conter essa superpotência de modo a que pudesse se beneficiar da mesma, conseguindo financiamento e armamento, para sustentar sua guerra contra o PAIGC e não só, porque também estava em guerra com movimentos anticoloniais em Angola e Moçambique.

Os Estados Unidos não apoiaram o movimento de libertação de Amílcar Cabral, ao passo que o bloco Comunista teve um enorme impacto nas ações do PAIGC. Podemos mesmo dizer que, sem essa ajuda, teria sido quase impossível que o PAIGC conseguisse se manter do modo como conseguiu, até o colapso do regime português.

A ajuda proveniente de países como Cuba, China, União Soviética, entre outros desse bloco, foi imprescindível à vitória do PAIGC na Guiné, sem desvalorizar nunca a contribuição dos países africanos, como Argélia, Marrocos e Guiné Conakry. O próprio Amílcar destacou o apoio do bloco comunista na sua causa.

De fato, não tivemos na Guiné e muito menos em Cabo Verde, um confronto clássico entre Estados Unidos e União Soviética. Mas sem dúvida nenhuma, o contexto da Guerra Fria serviu como um facilitador para que o PAIGC conseguisse grande parte das ajudas necessárias para obtenção da independência da Guiné e Cabo Verde, posteriormente.

O que conseguimos perceber nesse caso específico foi a forma como a China, União Soviética e Cuba foram moldando seu comportamento de acordo com a ação de cada um e não dos Estados Unidos, apesar que em última instância, toda essa ação fosse para contrapor os americanos em algum momento. Como já tínhamos mencionado, a China queria utilizar esses territórios para ter mais peso sobre os Estados Unidos e a URSS; Cuba queria também poder contar com a localização estratégica de Cabo Verde; finalmente, a União Soviética também tinha essa pretensão. Até mesmo Portugal utilizou esse argumento para adiar a liberdade no território cabo-verdiano, numa altura em que os Estados Unidos começavam a olhar para as colônias portuguesas temendo a influência soviética, chinesa e cubana.

Portanto, apesar de não haver no caso da Guiné e Cabo Verde o embate clássico da Guerra Fria, nomeadamente entre Estados Unidos e União Soviética, tivemos os países do bloco comunista a lutarem por uma chance de exercer influência sobre o PAIGC e, tudo isso para fazer frente aos Estados Unidos nessa parte do globo. Podemos afirmar desta forma que o contexto internacional ajudou o PAIGC na obtenção do armamento necessário à sua luta anticolonial, além de expor Portugal a todo tipo de censura dentro da ONU, pelos países recém-independentes saídos da Segunda Guerra Mundial.

Referências Bibliográficas

Arquivos Torre do Tombo

Torre do Tombo, Arquivos da PIDE. Extrato do Jornal o “Arquipélago” do dia 9/9/1971. Nº62, NT 5376.

Torre do Tombo, Arquivos da PIDE. Ministério do Ultramar, Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Assunto: Intenções do PAIGC, Origem: D.G.S.-Guiné.10/4/74.Nº 3073.

Torre do Tombo, Arquivos da PIDE. Assunto: Aristides Pereira fez concessões a CONACRI para tornar-se chefe do PAIGC. Agosto de 1973. Nº 1142/61, NT 3087.

Torre do Tombo, Arquivos da PIDE. Direcção Geral de Segurança-Delegação da Guiné. Entrevista concedida em 25 de Março, de 1974, à publicação francesa “AFRIQUE-ASIE”. NT-3087, Nº 1142/61.

Torre do Tombo, Arquivos da PIDE. Os povos das colónias VENCERÃO!. Órgão Dos Comités De Luta Anti-Colonial e Anti-Imperialista. Nº 6, 20 de Fevereiro, 1973.

Torre do Tombo, Arquivos da PIDE. Assunto: P.A.I.G.C. Mensagem destinada ao Chefe da delegação da D.G.S-PRAIA procedente do Posto da D.G.S. Mindelo, 16 de Junho de 1971. Nº62, NT 5376.

Torre do Tombo, Arquivos da PIDE. Extrato do jornal o “ Arquipélago” do dia 9/9/1971. Nº62, NT 5376.

PAIGC. Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde. Mensagem proferida pelo Secretário-Geral do Partido, camarada Aristides Pereira, por ocasião do 16 aniversário do Massacre de Pidjiguiti, 3 de Agosto de 1975.

Bibliografia Crítica

ALEXANDRE, V. (2006). “A descolonização portuguesa em perspectiva comparada”, AAVV, *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*. Lisboa, FLAD.

ALEXANDRE, V. (2006). “Traumas do Império. História, Memória e Identidade Nacional”, *Cadernos de Estudos Africanos* [Online], 9/10 | 2006, posto online no dia 27 Maio 2014, consultado o 13 Maio 2015. URL : <http://cea.revues.org/1201> ; DOI : 10.4000/cea.1201.

ALMADA, David Hopffer (2011). *A construção do Estado e a Democratização do Poder em Cabo Verde*. Praia, Artemedia, 2ª Edição.

Almada e Santos, Aurora. (2011). A ONU e as Resoluções da Assembleia Geral de dezembro de 1960. *Relações Internacionais* (R:I), (30), 61-69. Consultado em 17 de abril de 2016, URL: <http://www.scielo.mecpt/scielo.php?script=sciarttex&pid=S1645-91992011000200004&Inq=pt&tlng=pt>.

ANDRADE, E. (1996). *As Ilhas de Cabo Verde da «Descoberta» à Independência Nacional (1460-1975)*. Paris, Éditions LHarmattan. Tradução: Amélia Sanchez Araújo.

BENEMELIS, J. (1998). *Subversão e Terrorismo em África*. Lisboa, Editora Europress.

BOUCHER, D. (1998). *Political Theories of International Relations-From Thucydides to the Present*. Oxford, Oxford University Press.

BRADLEY, M. (2010). “Decolonization, the global South, and the Cold War, 1919-1962”, In P.M. Leffler, A. O. Westad. *The Cambridge History of the Cold War*. Volume 1. Cambridge University Press.

BURCHILL, S., & LINKLATER (2005). *Theories of International Relations*. London, Palgrave Macmillan, third edition.

CABRAL, L. (1984). *Crónica da Libertação*. Edições O Jornal.

CABRITA, D. (2004). *A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961-1974)*. Lisboa, Terramar.

CANN, J. (1998). *Contra-Insurreição em África - O Modo Português de Fazer a Guerra, 1961-1974*. Lisboa, Edições Atena, Lda. Tradução: Dinorah Ferreira e Ana Dias.

CARR, H. (2001). *Vinte Anos de Crise:1919-1929. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília.

CASTANHEIRA, J. (1999). *Quem Mandou Matar Amílcar Cabral?*. Lisboa, Relógio D'Água Editores. 3ªEdição.

CERVELLÓ, J. (2005). In Ancieto, A. & Gomes, C. (2005). *Guerra Colonial*. Lisboa, Notícias Editorial.

DAVIDSON, B. (1993). In Madox, G., Wellier, T. *Colonialism And Nationalism In Africa - A four-Volume Anthology of Scholarly Articles*. New York, Garland Publishing.

DHADA, M. (1993). *Warriors at Work-How Guinea Was Set Free*. Colorado. University Press of Colorado.

DOUGHERTY, J. & PFALTZGRAFF, Robert (2001). *Contending Theories of International Relations. A Comprehensive Survey*. New York, Addison Wesley Longman, Inc.Edition 5.

DOUGHERTY, J. & PFALTZGRAFF, Robert (2003). *Relações Internacionais. As Teorias em Confronto*. Lisboa, Gradiva Publicações.

DUGOS, C. (1975). *Descolonização Portuguesa. O Malogro de dois Planos*. Lisboa, Edições Acrópole, Lda.

DUNNE, T., KURKI, M. & SMITH, S. (2010). *International Relations Theories*. Oxford, Oxford University Press, 2ª ed.

DUROSELLE, J. & KASPI, A. (2009). *História das Relações Internacionais de 1945 aos nossos dias*. Lisboa, Edições Texto e grafia Lda.

ENGERMAN, David (2010). “Ideology and the origins of the Cold War, 1917-1962”, In Leffler, P., Westad, A. *The Cambridge History of the Cold War*. Volume 1, Cambridge, Cambridge University Press.

FABIÃO, C. (1985). *A Descolonização na Guiné-Bissau: Spínola – a figura marcante da guerra na Guiné*. Lisboa, Associação da Comunidade de S. Tomé e Príncipe.

FONSECA, M., & MARCOS, Daniel (2014). “Portugal, a RFA e a França: O Apoio Internacional E A Questão Colonial Portuguesa”, In Jerónimo, M., Pinto, A. *Portugal e o Fim do Colonialismo. Dimensões Internacionais*. Lisboa, Edições 70, Lda.

FREIXO, A. (2007). *As Pressões Internacionais e a Crise do Último Império: A Política Colonial Portuguesa nas Décadas de 1950 e 1960*. São Leopoldo.

GADDIS, J. (2005). *The Cold War*. New York, The Penguin Press.

GADDIS, J. (2007). *A Guerra Fria*. Lisboa, Edições 70, Lda. Tradução: Jaime Araújo.

GLEIJESES, P. (2002). *Conflicting Missions-Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*. Carolina, The University of North Carolina Press.

GUERRA, J. (1996). *Descolonização Portuguesa: O Regresso das Caravelas*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

HERNANDEZ, L. (2002). *Os Filhos da terra dos sol: A formação do Estado-Nação em Cabo Verde*, São Paulo, Summuns.

HOBBSBAWN, E. (1995). *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras.

HOPFFER, R. et al (1979), *A Descolonização Portuguesa. Aproximação ao seu Estudo*. Lisboa, Instituto Democracia e Liberdade, Vol. I.

HOSMER, T. Stephen & WOLFE, W. Thomas. *Soviet Policy and Practice toward Third World Conflicts. United States of America, 1983*, The Rand Corporation.

JACKSON, R. & SORENSEN, G. (2007). *Introdução às Relações Internacionais - teoria e abordagens*. Tradução Bárbara Duarte, São Paulo, Jorge Zahar Editor Ltda.

JENTLESON, B. *American Foreign Policy-The Dynamics of Choice in the 21st Century*. W.W. Norton Company, Inc. Third Edition.

KENNAN, G. (1946). "Telegram". February 22. In <http://nsarchive.gwu.edu/coldwar/documents/episode-1/kennan.htm>

KENNEDY, C. (2000). *International History and International Relations Theory: A Dialogue Beyond the Cold War*. Wiley on behalf of the Royal Institute of International Affairs. Vol 76.

KISSINGER, H. (2007). *Diplomacia*. Lisboa, Gradiva Publicações.

LOPES, J. (2012). *Aristides Pereira, Minha Vida, Nossa História*. Praia, Spleen edições.

LEFFLER, P., MELVIN, P. & WESTAD, A. (2010). *The Cambridge History of the Cold War*. Volume 1, Cambridge, Cambridge University Press.

LINKLATER, A. (2005). In S. Burchill, et al. *Theories of International Relations*. Palgrave Macmillan. Third edition (pp.120).

MACQUEEN, N. (1998). *A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução de Império*. Lisboa, Editorial Inquérito. Tradução: Mário Matos e Lemos.

MARCOS, Daniel. (2011). "Eisenhower, Portugal e o «ano da África» nas Nações Unidas". *Relações Internacionais* (R:I), (30), 5-20. Acedido em 14 de abril de 2016, http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000200001&lng=pt&tlng=p.

MARTELO, D. (2005), In Ancieto, A., & Gomes, A. *Guerra Colonial*. Notícias Editorial.

MARX, K. & ENGELS, F. (2007). *O Manifesto Comunista*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 17ª ed.

MEARSHEIMER, J. (2010). In Tim Dunne & Milja Kurki. *International Relations Theories*. Tim Dunne, Milja Kurki. Oxford, Oxford University Press.

MOITA, L. (1985). "Elementos para um balanço da descolonização portuguesa". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nª 15/16.

MORAVCSIK, A. (2003). In Elman, C., Fendius-eds, M. *Progress in International Relations Theory-Appraising the Field*. MIT Press Cambridge, Massachusetts.

MORGENTHAU, J. (2003). *A Política entre as Nações*. Brasília, Universidade de Brasília.

NKRUMAH, K. (1977). *A África Deve unir-se*. Lisboa, Panaf Books LDT e Ulmeiro. Tradução de João Fagundes.

NYE, J. (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa, Gradiva, 3ª edição, Tradução: Tiago Araújo.

OLIVEIRA, P. (2009). “O Flanco Sul sob tensão: a nato e a revolução portuguesa”, *Relações Internacionais* (R:I).

ORAMAS, O. (1998). *Amílcar Cabral para além do seu tempo*. Hugin-Editores, Lda.

OVENDALE, R. (1995). The Wind of Change in Africa, 1957-1960. *The Historical Journal*.- 38.02:455-477.

PAIGC (1984). *A arma da teoria -Uma Luz fecunda ilumina o caminho da luta: Lénine e a luta de libertação Nacional*. Edição de Departamento de Informação, Propaganda e Cultura de C.C. do PAIGC.

PAIGC (1981). *História PAICV. Do PAIGC ao PAICV*-Documentos.P-28 Abril.

PEREIRA, A. (2003). *Uma Luta, Um Partido, Dois Países, Guiné-Bissau-Cabo Verde*. Lisboa, Editorial Notícias.

PEREIRA, C. (1999). “Um passo atrás do Destino/António de Spínola”. In *Revista Vida Mundial*, 25 de Abril, numero 15, Publicultura, S.A.

PEREIRA, J. (2015). *O PAIGC perante o dilema Cabo-Verdiano (1959-1974)*. Lisboa, Campo da Comunicação.

PINTO, J. (2013). *Ideologia e Razão de Estado*. Lisboa, Editora Civilização, 2ªed.

PIRES, P. (2015). “Prefácio”, In Pereira, J. *O PAIGC perante o dilema Cabo-Verdiano (1959-1974)*. Lisboa, Editora: Campo da Comunicação, p. XXI.

RADCHENKO, S. (2010). In Leffler, M., Westad, A. (2010). *The Cambridge History of The Cold War*. Volume 2. Cambridge, Cambridge University Press.

RICHARD, R. (2003). In Stewart, L. & Pinto, A. *The Last Empire: thirty years of Portuguese decolonisation*. Intellect Books.

RODRIGUES, L. (2014). “ Os Estados Unidos E A Descolonização Portuguesa” In Jerónimo, M. Bandeira & Pinto, A. Costa, *Portugal e o Fim do Colonialismo. Dimensões Internacionais*. Lisboa, Edições 70, Lda.

ROURKE, J. (2008). *International Politics on The World Stage*. London, McGraw Hill. Twelfth Edition.

ROSAS, F., MACHAQUEIRO, M. & OLIVEIRA, P. (2015). *O Adeus ao Império-40 anos de Descolonização Portuguesa*. Lisboa, Edição Nova Veja.

SÁ, T. (2011). *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Lisboa, Editora D. Quixote.

SÁ, T. (2014). “Os Estados Unidos e o Fim da Guerra Fria”. In *25 anos da Queda do Muro de Berlim/Revista Relações Internacionais* 43. Lisboa, Edições Tinta da China.

SANTOS, V. & FERREIRA, M. (2012). *Teorias das Relações Internacionais*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

SARFATI, G. (2005). *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo, Saraiva.

SCHNEIDMAN, W. (2005). *Confronto em África-Washington e a Queda do Império Colonial Português*. Lisboa, Tribuna da História. Tradução: Nuno Bom de Sousa.

SEIP, A. (2008). In Rodrigues, L. *Franklin Roosevelt e os Açores nas Duas Guerras Mundiais*. Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

SHIPWAY, M. (2008). *Decolonization And Its Impact-A Comparative Approach To The End Of The Colonial Empires*. London, Blackwell Publishing.

SILVA, António E. Duarte, “Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC”, *Cadernos de Estudos Africanos* [Online], 9/10 | 2006, posto online no dia 27 Maio 2014, consultado o 14 Abril 2016. URL: <http://cea.revues.org/1236> ; DOI : 10.4000/cea.1236.

SILVA, António E. Duarte (1997). *A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa*. Porto, Edições Afrontamento.

SOUSA, J. (2012). *Amílcar Cabral (1924-1973)-Vida e morte de um revolucionário africano*. Lisboa, Edição Nova Veja, 2ª Edição.

SPÍNOLA, A. (1974). *Portugal e o Futuro-Análise da conjuntura nacional*. Lisboa, Arcádia.

STEWART, L. & PINTO, A. (2003). *The Last Empire: thirty years of Portuguese decolonisation*. Intellect Books.

TELO, J. (2008). *História Contemporânea de Portugal-do 25 de Abril à Atualidade*. Lisboa, Editorial Presença, Vol. 2.

TOMÁS, A. (2008). *O fazedor de Utopias-uma bibliografia de Amílcar Cabral*. Praia, Spleen edições.

WALT, S. (1998). *International Relation: One World, Many Theories*. Foreign Policy, Washington Spring.

WALTZ, K. (1979). *Theory of International Politics*. New York, McGraw Hill.

WESTAD, A. (2010). *The Global Cold War-Third World Interventions and the Making of Our Times*. Cambridge, Cambridge University Press.

WILLIAMS, M. (2011). In Booth, K. *Realism and World Politics*. London, Routledge.

WOHLFORTH, W. (2008). “The Ethics of Realism” In Snidal, D., Christian, R. *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford, Oxford University Press.

WOOLLACOTT, J. (1983). “A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal”, *Análise Social*. 1131-1155.

ZUBOK, V. (2010). In Leffler, M., Westad, O. *The Cambridge History of the Cold War*. Volume 3. Cambridge, Cambridge University Press.